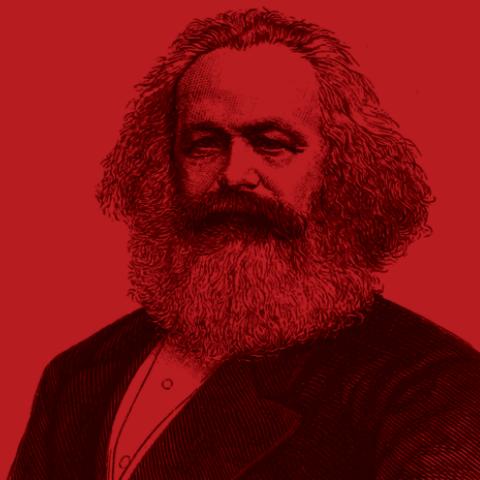




ROBERTO VITAL ANAV

o retorno de KARL MARX

a redescoberta de MARX no século XXI



SERVIÇO
SENTE



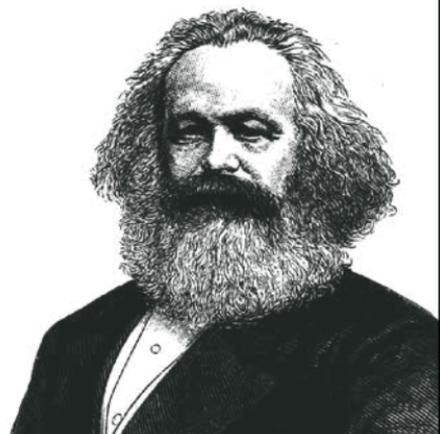
FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



ROBERTO VITAL ANAV

o retorno de KARL MARX

a redescoberta de MARX no século XXI



SERPENTE



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

O RETORNO DE KARL MARX

A REDESCOBERTA DE
MARX NO SÉCULO XXI

ROBERTO VITAL ANAV

SERPENTE



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

2017

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

DIRETORIA

Presidente: Marcio Pochmann

Vice-presidenta: Fátima Cleide

Diretoras: Isabel dos Anjos e Rosana Ramos

Diretores: Artur Henrique e Joaquim Soriano

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Coordenação editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Maria da Costa

Preparação e revisão: Mayara Fernandes e Cecília Zioni

Projeto gráfico e diagramação: Caco Bisol Produção Gráfica

Direitos reservados à Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – 04117-091 São Paulo - SP

Telefone: (11) 5571-4299

Visite a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo: www.fpabramo.org.br

SERPENTE é um selo da editora Veneta.

Coordenação: Alexandre Linares

Rua Araújo, 124, 1º Andar São Paulo, SP – CEP 01220-020 – Brasil

Telefone: 55 11 3211-1233

contato@veneta.com.br

<https://serpenteLivros.com>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A535r Anav, Roberto Vital.
O retorno de Karl Marx: a redescoberta de Marx no século XXI / Roberto Vital Anav. Prefácio de Alexandre Linares. – São Paulo: Serpente; Fundação Perseu Abramo, 2017.

248 p. ; 19 cm.

ISBN 978-85-9571-009-2

1.Marxismo. 2. Economia Política. 3. Sociologia Política. 4. Filosofia Política. 5. Marx, Carl (1818-1883). 6. Comunismo. 7. Capitalismo. I. Título. II. A redescoberta de Marx no século XXI. III. Marx de volta? Para o futuro! IV. A busca por Marx neste século. V. Filosofia, história e economia política em Karl Marx. VI. A crítica da economia política de Karl Marx. VII. A atualidade de Marx. VIII. A influência de Marx na história política dos Séculos XIX e XX. IX. O marxismo estará ultrapassado? X. Linares, Alexandre.

CDU 330
CDD 335.4

SUMÁRIO

- 7 AGRADECIMENTOS E DEDICATÓRIA**
- 11 PREFÁCIO**
 - MARX DE VOLTA? PARA O FUTURO!
 - ALEXANDRE LINARES

- 15 APRESENTAÇÃO**
 - A BUSCA POR MARX NESTE SÉCULO
- 27 FILOSOFIA, HISTÓRIA E ECONOMIA POLÍTICA EM KARL MARX**
 - 31** VIDA E OBRA - UM RESUMO
 - 31** MARX E A FILOSOFIA
 - 41** MARX E A HISTÓRIA
 - 53** AS PREVISÕES DE MARX SOBRE O FUTURO DA SOCIEDADE
 - 56** MARX E A ECONOMIA POLÍTICA
- 59 A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA DE KARL MARX**
 - 59** A MERCADORIA
 - 66** O VALOR-TRABALHO
 - 71** A FORÇA DE TRABALHO
 - 83** A MAIS-VALIA
 - 85** ACUMULAÇÃO E REPRODUÇÃO AMPLIADA DO CAPITAL
 - 96** CONCORRÊNCIA, TENDÊNCIA À QUEDA DA TAXA DE LUCRO E CRISES PERIÓDICAS
 - 113** REPRODUÇÃO AMPLIADA DO CAPITAL E FINANCEIRIZAÇÃO
- 123 A ATUALIDADE DE MARX**
 - 123** MARX E A REALIDADE POLÍTICO-ECONÔMICA DO SÉCULO XX E INÍCIO DO XXI
 - 131** MARX E AS CRISES CAPITALISTAS
- 135 A INFLUÊNCIA DE MARX NA HISTÓRIA POLÍTICA DOS SÉCULOS XIX E XX**
 - 135** AS INTERNACIONAIS OPERÁRIAS DESDE MARX
 - 136** As duas primeiras Internacionais
 - 141** I Guerra Mundial, divisão da II Internacional e teoria do imperialismo
 - 148** A Revolução de Outubro na Rússia e a III Internacional
 - 157** PAÍSES “COMUNISTAS” OU “SOCIALISTAS”?
 - 167** MARX E OS “PAÍSES SOCIALISTAS”
 - 183** CRÍTICAS ANTIMARXISTAS E MARXISTAS À URSS
 - 200** O STALINISMO SEM STALIN: “DESESTALINIZAÇÃO”, CRÍTICA ANTISTALINISTA E RESTAURAÇÃO CAPITALISTA

211 O MARXISMO ESTARÁ ULTRAPASSADO?

223 GLOSSÁRIO

231 BIBLIOGRAFIA

237 LISTA DE *SITES*

242 VIDEOS

245 POST SCRIPTUM

AGRADECIMENTOS E DEDICATÓRIA

À Fundação Perseu Abramo, por tornar real o que parecia uma pretensão excessiva – publicar um livro nascido de desprezível apostila didática, inicialmente em formato de esquema, há mais de uma década. Ao Prof. Sinclair Mallet Guy Guerra, da UFABC, pela primeira leitura integral e incentivo à publicação. Ao jornalista e editor Sérgio Pinto de Almeida, da Editora Papagaio (SP), também pelo estímulo inicial e elogio à qualidade da obra. Ao amigo, ex-chefe e parceiro de outras publicações, Jefferson José da Conceição (economista, doutor em Sociologia pela USP e colega de docência), pelo incentivo e pela cessão de materiais úteis sobre a obra econômica de Marx. Ao historiador Caio Roberto Bourg de Mello, doutor em História Econômica pela FFLCH-USP, cujo envolvimento com aspectos abordados no livro, em virtude de sua tese “*Contribuição ao estudo do sistema de crédito em ‘O Capital’ de Karl Marx*”, levou-o a se oferecer para uma revisão técnica e gramatical do texto. À jornalista Cecília Zioni, pela revisão final do texto. Ao meu orientador de doutorado, Prof. Dr. Jeroen J. Klink. Obviamente, sou o único responsável pelos possíveis erros remanescentes.

Não poderia deixar de agradecer a inúmeros alunos e alunas de graduação em Ciências Econômicas em diversas

instituições de ensino superior. Alguns deles, pelo interesse em buscar mais do que lhes era oferecido em sala de aula, foram quase “cobaia”, recebendo sucessivas edições que agregavam novos temas, fontes e subcapítulos, o que certamente lhes terá causado incômodo. No entanto, os retornos e incentivos que recebi foram relevantes. A iniciativa de agregar um glossário e certas explicações em rodapé, como alternativa a simplificações de texto que poderiam empobrecer seu conteúdo, é fruto da experiência didática que realizei com esses e outros estudantes. A todos, minha eterna gratidão.

Mais que isso, a intenção é exatamente transmitir a estudantes, iniciantes nos movimentos sociais e a todos os interessados em informações e análises mais aprofundadas, um pouco da curiosidade e da empolgação que minha geração, nos anos 1970, sentiu em relação ao marxismo, ao resgate de experiências transformadoras anteriores e à crítica fundamentada ao estado de coisas existente. A hora é de alimentar estas gerações com o desejo de enfrentar novos e antigos desafios do Brasil e do mundo, valendo-se dos erros e acertos de quem os antecedeu – e também da teoria crítica, que consolida a experiência e a reflexão.

Parte da juventude atual, especialmente entre os estudantes secundaristas e universitários, demonstra novo e animador ímpeto de luta por melhorias na educação, o que lhes abre portas à perspectiva de engajamentos mais amplos. Por todo o Brasil, vemos novas gerações se somarem aos movimentos sociais que lutam por condições mais dignas de vida e trabalho. Entretanto, a grande maioria

desses jovens é continuamente incentivada ao conformismo, à adaptação aos valores consumistas e individualistas predominantes e à aceitação acrítica da realidade existente, bem como da informação manipulada pelo cartel midiático que domina nosso país.

Este livro é dedicado aos jovens (e também antigos) batalhadores, militantes, simpatizantes e apoiadores dos movimentos sociais, que já iniciaram nova etapa nas lutas sociais e políticas indispensáveis na via de uma sociedade melhor. Ele também se destina a estudantes e demais pessoas simplesmente curiosas e descrentes da informação padronizada de uma mídia parcial, propagadora da ideologia pró-capitalista, e de manuais acadêmicos que desestimulam a crítica social fundamentada.

Que esta obra seja um instrumento, entre outros, de injeção de espírito crítico, inconformismo, vontade transformadora e ânimo de lançar-se em novas experiências, rumo a uma sociedade mais livre e justa. Que incentive o público a quem se destina a buscar mais conhecimento com intenções voltadas ao interesse coletivo e não apenas individual. E que ajude as novas gerações a acertar mais do que nós, descobrir novos caminhos e poupar-se dos erros de minha geração e das anteriores.

MARX DE VOLTA? PARA O FUTURO!

Em 7 de outubro de 1989 uma manifestação de jovens foi duramente reprimida pela polícia da República Democrática Alemã, mais conhecida como Alemanha Oriental. A repressão funcionou como uma fâsca num estopim. A partir deste dia, manifestações convulsionaram e levariam ao desmoronamento da divisão imposta pelos acordos de Yalta e Potsdam entre as potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial. Nas ruas gritavam “um só povo, uma só Alemanha”.

A queda do Muro de Berlim em 9 novembro de 1989, foi algo muito além da superação da divisão física do mapa da nação alemã.

Segundo o ideólogo conservador Francis Fukuyama, conselheiro do presidente dos EUA, Ronald Reagan, tratava-se do “Fim da História”. Muitos acreditaram na ladainha e literalmente mudaram de lado. Trocaram o socialismo pelo Mercado. “Renovaram-se”. Os entulhos do muro caíam sobre a cabeça de muitos, como se o “socialismo” acabasse e Marx fosse definitivamente relegado às entranhas da Terra no cemitério de Highgate, junto com outros gênios como Douglas Adams e Malcolm McLaren¹.

1. Douglas Adams (1952-2001), popular escritor britânico de ficção científica, sua principal obra é “O Guia do Mochileiro das Galaxias”, “Malcolm McLaren, artista multimídia e idealizador da banda Sex Pistols.

A queda do Muro de Berlim e o desmoronamento da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), dois anos depois, não soterraram o socialismo. Ao contrário. Os entulhos deste desabamento empurrado pelas massas populares soterraram o sarcófago da burocracia parasitária que há muito trabalhava pela restauração do “mercado”, nas nações onde a propriedade dos meios de produção havia sido expropriada. Em sua maioria, os membros dessas burocracias não tiveram dúvidas de mudar de lado e tornarem-se os melhores alunos do Fundo Monetário Internacional, ainda que, no seu seio, militantes fiéis ao socialismo tenham buscado o caminho da resistência, da defesa dos direitos e das conquistas.

Nesta obra do professor, economista e militante Roberto Vital Anav, temos um esforço de retomada do marxismo através do próprio Marx, como numa filosófica caminhada peripatética² pela atualidade da obra do revolucionário alemão.

O leitor não encontrará neste livro um mapa turístico, mas sim um roteiro, descortinando fundamentos das obras do autor do Manifesto do Partido Comunista e d’O Capital.

Leve e didático, sem ser débil ou infantil, o livro é um bom ponto de partida para quem quer ver a atualidade do marxismo. Ele caminha da filosofia até a economia, expondo os diferentes conceitos e categorias mestras, bem como sua atualidade no entendimento da presente crise capitalista em que vivemos.

2. Seguindo o exemplo dos grandes filósofos gregos da antiguidade que ensinavam caminhando.

O grande historiador dos EUA, Howard Zinn, fez sua incursão na dramaturgia na obra *“Marx in Soho”*, traduzida no Brasil na peça de teatro *“Marx na Zona”* pelo dramaturgo e escritor amazonense Márcio Souza. Na versão brasileira desta peça, Marx ressuscita na atualidade, na Zona Franca de Manaus, decide tomar uma cerveja com o público e enfrentar aqueles que dizem que ele está morto, a partir dos fatos da realidade. Howard Zinn, quando escreveu essa peça de teatro, a fez para levar Marx aos estudantes dos EUA, que desconheciam o barbudo alemão.

Sem dúvida, Roberto Anav faz o mesmo percurso: uma ressurreição de Marx para aqueles que mal o conhecem. É um verdadeiro diálogo com seu método, seu esforço de armar as novas gerações com um “mapa da mina” do barbudo revolucionário. *“O Retorno de Karl Marx”* é material de estudo, porém não para obtenção de galardões acadêmicos. Há muito sabemos que *“a academia é o túmulo do marxismo”*. O marxismo presta-se a ser guia do caminho para a ação e transformação da nossa realidade.

Não é obra para um estudo vulgar, pasteurizado e dócil, mas tampouco é hermética e impenetrável.

É uma obra que toma partido. Que convoca Marx para reforçar, com seus ensinamentos sempre úteis, a linha de frente de combate hoje, pelos direitos sociais ameaçados pela burguesia e pelo imperialismo, no Brasil, nos EUA, na China, na Europa e no mundo inteiro.

Vibrante e jovem, será um daqueles livros que frequentará as mochilas dos jovens que enfrentam as injustiças e a repressão nas manifestações pela educação, pelo

passe livre e pelos direitos sociais e queimam bandeiras do imperialismo *yankee*, com o que elas representam.

Armamento de boa qualidade para a nova geração de militantes estudantis, sindicais, populares e políticos, que, depois de anos de políticas de conciliação de classes, reencontrarão em suas páginas noções para superar aquilo que, num tempo recente, buscou-se esquecer: a dinâmica do funcionamento da sociedade capitalista, baseada na propriedade privada dos grandes meios de produção, na exploração do homem pelo homem, promotora da destruição sem precedentes nas forças produtivas com suas crises constantes.

Um livro para a educação militante para a luta de classes. Armamento e munição para o combate pelo futuro, um bom testemunho de que, enquanto houver exploração e opressão social, a obra marxista seguirá viva, sempre pronta e útil à educação para o combate pela supressão de ambas, na via da emancipação dos trabalhadores.

Alexandre Linares³

3. Professor da rede pública e privada e dirigente sindical do Sindicato dos Professores do ABC. Militante do PT, é colaborador do jornal *O Trabalho*. Também é editor do selo Serpente (Editora Veneta) e faz parte do conselho de colaboradores da revista *Margem Esquerda* (Boitempo Editorial).

A BUSCA POR MARX NESTE SÉCULO

Desde o início do século XXI, o interesse pela obra de Karl Marx tem crescido no mundo inteiro. A presente crise econômica, iniciada em 2007/2008, ampliou ainda mais esse interesse.

Exemplos marcantes foram registrados pelo jornalista Marcello Musto, da revista espanhola *Sin Permiso*, já nos primeiros anos do século, antes mesmo da eclosão da crise:

“Em 2003, a revista francesa *Nouvel Observateur* dedicou um número especial a Marx, com um título provocador: ‘O pensador do terceiro milênio?’. Um ano depois, na Alemanha, em uma pesquisa organizada pela companhia de televisão ZDF para estabelecer quem eram os alemães mais importantes de todos os tempos, mais de 500 mil espectadores votaram em Karl Marx, que obteve o terceiro lugar na classificação geral e o primeiro na categoria de ‘relevância atual’. Em 2005, o semanário alemão *Der Spiegel* publicou uma matéria especial que tinha como título ‘Ein Gespenst Kehrtzurück’ (A volta de um espectro), enquanto os ouvintes do programa ‘In Our Time’ da Rádio 4, da BBC, votavam em Marx como o maior filósofo de todos os tempos.”¹

1. Ver a íntegra no *site* 1, presente na lista de *sites* no final do volume..

A partir da crise econômica deflagrada em 2008, verificou-se uma revoada em busca de Marx. Jornalistas, empresários, banqueiros, governantes, muita gente começou a rever a obra do militante-economista alemão do século XIX. Muitos se apressam em dizer: *fracassou sobre o comunismo, mas pode ter acertado coisas importantes sobre o capitalismo.*

Na atualidade, vemos governos, empresários e banqueiros buscando na obra de Marx explicações razoáveis para a pior crise econômica desde a Grande Depressão de 1929. Certamente, nenhum deles se tornará socialista. No entanto, sentem-se insatisfeitos com as explicações da teoria econômica convencional sobre as razões da crise. Buscam Marx não para adotar suas conclusões, mas para tentar encontrar, em sua crítica ao capitalismo, elementos para uma defesa mais eficaz desse regime.

Diversos exemplos desse “retorno a Marx” após a eclosão da crise foram relatados nesta matéria do jornal britânico *The Guardian* (2011):

“De súbito, a crítica da instabilidade do capitalismo de Marx tem desfrutado de um ressurgimento. “Ele está de volta”, gritou o *Times*, no outono de 2008, quando os mercados de ações caíram, bancos foram sumariamente nacionalizados e o presidente Sarkozy da França foi fotografado folheando *Das Kapital* (cujo aumento nas vendas o empurrou para cima nas listas dos *best sellers* da Alemanha). Até o Papa Bento XVI louvou a “grande capacidade analítica” de Marx. Marx, o grande ogro do século 20, havia sido

reanimado em *campi* universitários, reuniões de sucursais e redações de órgãos de imprensa.”

Na mesma matéria, o historiador Eric Hobsbawm, entrevistado, afirmava que:

“A redescoberta de Marx, neste período de crise capitalista, se deve a ele ter previsto muito mais do mundo moderno do que qualquer outro em 1848. Penso que isso foi o que chamou a atenção de um número de novos observadores ao seu trabalho – paradoxalmente, primeiro entre os empresários e comentaristas de negócios, em lugar da esquerda. Lembro-me de ter percebido isso apenas por volta do 150º aniversário da publicação do *Manifesto Comunista*², quando não se faziam muitos planos para celebrá-lo na esquerda. Eu descobri, para minha surpresa, que os editores da revista de bordo da United Airlines disseram que queriam ter algo sobre o Manifesto. Em seguida, um pouco mais tarde, eu estava almoçando com [o financista] George Soros e ele perguntou: ‘O que você acha de Marx?’ Mesmo que não tenhamos concordado em muita coisa, ele me disse: ‘Há definitivamente algo neste homem’.”³

O mesmo Soros – um dos maiores financistas do mundo – escrevera, ainda no final dos anos 1990:

“...o sistema capitalista por si mesmo não mostra tendência em direção ao equilíbrio. Os donos do capital buscam maximizar seus lucros. Entregues à sua própria sorte, eles

2. Em 1998 (Nota do Autor, RVA).

3. Ver a íntegra em inglês no *site* 2. Os trechos incluídos neste capítulo são de tradução livre do autor.

continuarão a acumular capital até que a situação se torne desequilibrada. Marx e Engels deram-nos uma análise muito boa do sistema capitalista há 150 anos, melhor em muitos aspectos, devo dizer, que a teoria do equilíbrio da economia clássica.”⁴

Encontram-se muitos exemplos semelhantes, como o texto do consultor e ex-economista-chefe do maior banco suíço (UBS), recomendando a leitura de Marx, com o sugestivo título “*Deem uma chance a Karl Marx*”.⁵ Ou a notícia de que o governo argentino propôs estudar mais Marx (e também Keynes e Prebisch) nas faculdades de Economia⁶.

O exemplo mais bizarro foi a invocação de Marx pela diretora-gerente do FMI, Christine Lagarde, em 2014, como relata a matéria abaixo do jornal britânico *Morning Star*⁷:

Christine Lagarde invoca Marx na Conferência sobre ‘Capitalismo Inclusivo’

“A chefe do Fundo Monetário Internacional, Christine Lagarde, levantou o fantasma de Karl Marx ontem, em

4. George Soros - *The Crisis of Global Capitalism*. Citado cf. site 3.

5. Veja no site 4.

6. Veja no site 5. John M. Keynes foi o fundador da macroeconomia moderna. Seu livro, *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, publicado em 1936, quebrou diversos mitos liberais e defendeu forte intervenção governamental para estancar o desemprego em massa que se abatia sobre os principais países capitalistas. Sua teoria dominou as universidades e as políticas econômicas do mundo capitalista durante 40 anos, mas perdeu o predomínio no final dos anos 1970, com a ascensão do neoliberalismo. Raúl Prebisch, ex-presidente do Banco Central argentino, formulou nos anos 1940 uma teoria antiliberal que deu base a toda literatura desenvolvimentista na América Latina, por meio da Comissão Econômica Para a América Latina (CEPAL). A CEPAL influenciou a elaboração de planos e políticas de desenvolvimento econômico em diversos países. No Brasil, Celso Furtado foi o maior representante dessa orientação teórico-política.

7. Ver a íntegra no site 6.

Londres, na conferência dos super-ricos sobre ‘capitalismo inclusivo’. A diretora-gerente citou a visão do fundador do socialismo científico, de que ‘o capitalismo carrega as sementes de sua própria destruição’, ao dirigir-se a um auditório de magnatas corporativos na Mansion House e em Guildhall.”

O jornal britânico *The Guardian* (2015) comentou esse paradoxo e acrescentou-lhe outros nesta matéria⁸:

Os oligarcas de Davos estão certos em temer o mundo que criaram

“Os bilionários e oligarcas corporativos reunidos em Davos esta semana estão preocupados com a desigualdade. Pode ser difícil de engolir que os senhores de um sistema que gerou o maior fosso econômico global na história humana estejam angustiados pelas consequências de seus próprios atos.

Mas até os arquitetos da ordem econômica internacional em crise começam a enxergar os perigos. Não é apenas o dissidente dono de fundos de *hedge* George Soros, que gosta de se descrever como traidor de classe. Paul Polman, presidente executivo da Unilever, inquieta-se com ‘a ameaça capitalista ao capitalismo’. Christine Lagarde, diretora-gerente do FMI, teme que o capitalismo possa, de fato, trazer as ‘sementes de sua própria destruição’, conforme Marx, e clama que algo precisa ser feito.”

8. Tradução livre do autor. Ver site 7.

Outra matéria sobre o mesmo encontro, da revista alemã *Der Spiegel*, publicada no *Estadão* (24 de novembro de 2014), informa:

“Hoje, ninguém mais fala dos benefícios da circulação desenfreada do capital. A questão hoje é a ‘estagnação secular’, como colocou o ex-secretário do Tesouro americano Larry Summers. A economia americana não está crescendo nem a metade do que crescia nos anos 1990. O Japão se tornou o doente. E a Europa patina numa recessão. (...) Seja no Japão, na Europa ou nos Estados Unidos as empresas quase não investem em novas fábricas. Em vez disso, os preços estão explodindo nos mercados globais de ações, imóveis e bônus, um *boom* perigoso movido por dinheiro barato não por um crescimento sustentável. Especialistas já identificaram ‘sinais preocupantes’ de um *crash* iminente.

Enquanto os salários estão estagnados e a poupança não cresce, as classes mais ricas estão lucrando. Segundo o mais recente Relatório Mundial de Riquezas, do *Boston Consulting Group* (BCG), a riqueza privada mundial cresceu 15% em 2013, quase o dobro da expansão do ano anterior.

Não é de espantar que o sistema esteja sendo questionado. Segundo o *Allensbach Institute*, só um em cada cinco alemães acredita em ‘justiça’ na economia do país. Quase 90% sentem que a distância entre ricos e pobres está ‘ficando cada vez maior’. Não surpreende que esta situação reforce os argumentos de economistas de esquerda, como Thomas Piketty, autor de *O Capital do Século XXI*. Mesmo liberais

começaram a usar termos como a ‘sociedade do 1%’. O principal comentarista do jornal britânico *Financial Times*, Martin Wolf, já chamou a liberdade dos mercados de capitais de ‘pacto com o diabo’.”⁹

Passando do drama dos poderosos a uma notícia divertida, o que dizer desta matéria do *site* UOL (20 de junho de 2012), intitulada *Marx, teórico do comunismo, vira cartão de crédito na Alemanha?*

“O filósofo alemão que construiu as bases teóricas do comunismo, Karl Marx, agora estampa um dos símbolos cotidianos do capitalismo: o cartão de crédito. O banco alemão Sparkasse, da cidade de Chemnitz (antes chamada de Karl-Marx-Stadt) passou a fazer um cartão de crédito que traz um busto de bronze de Marx como ilustração.

A imagem foi escolhida numa eleição *online* feita pelo banco. No total, havia dez imagens para serem escolhidas, incluindo o escudo de um time de futebol local e construções históricas. (...)

(...) Chemnitz foi arrasada durante a Segunda Guerra Mundial e reconstruída como uma cidade-modelo do socialismo, recebendo, então, o nome de Karl-Marx-Stadt. (...)

Com a volta do capitalismo, a cidade voltou a se chamar Chemnitz, mas desde então tem enfrentado uma depressão econômica, e sua população encolheu 20%. Agora, parece haver uma certa nostalgia dos tempos comunistas. O busto

9. Ver *site* 8.

de Marx teve mais de um terço dos votos.

‘Temos recebido pedidos até mesmo de clientes da Alemanha Ocidental para saber se podem abrir uma conta local conosco e obter um cartão com a face de Marx’, disse à Reuters o porta-voz do banco, Roger Wirtz.”¹⁰

Entre os marxistas ou simpatizantes de Marx, citamos primeiramente o artigo do escritor e editor brasileiro César Benjamin, com o nome *Karl Marx manda lembranças*¹¹, publicado na *Folha de S. Paulo*, em 20 de setembro de 2008. Nele, Benjamin resgata o pensamento de Marx à luz da crise do mercado *subprime*, que então acabava de atingir seu grau mais agudo, logo após a falência do Banco Lehman Brothers.

No início de 2014, o geógrafo marxista David Harvey, em entrevista quando do lançamento da edição brasileira do livro de sua autoria, afirmou que Marx é mais atual na época do neoliberalismo do que no final dos anos 1970, na primeira edição do livro. Harvey não se referia à crise, mas às consequências socialmente regressivas da aplicação do neoliberalismo durante três décadas, com a ampliação das desigualdades. Essa entrevista está parcialmente reproduzida no capítulo IV deste livro.

Finalmente, o livro de Thomas Piketty, *O Capital no Século XXI*, lançado recentemente no Brasil, obteve grande sucesso internacional. Piketty demonstra estatisticamente a concentração da riqueza em poucas mãos e o

10. Ver site 9.

11. Ver site 10.

aumento da desigualdade social nas últimas décadas, confirmando as previsões de Marx, tantas vezes questionadas como falhas. Seu livro foi elogiado pela revista *The Economist* (ultraliberal e nada socialista) e pelos economistas ganhadores do Prêmio Nobel, Paul Krugman e Robert Solow, nenhum deles marxista, além do bilionário Bill Gates.

Aonde isso levará? O que a obra de Marx tem a dizer sobre a presente crise mundial do capitalismo? E qual a sua relação com as experiências socialistas do século XX, cujo desmoronamento na Europa é insistentemente citado como prova do fracasso do marxismo?

Este texto busca apresentar a obra de Marx a estudantes e interessados que jamais tiveram acesso a ela, ou a conheceram apenas de maneira fragmentada: aulas isoladas, em que Marx aparece como um item de um programa extenso, capítulos de livros introdutórios à Economia ou às Ciências Sociais ou artigos jornalísticos. A maioria dos jovens da atualidade só tem contato com o assunto em segunda mão, geralmente a partir de versões hostis a Marx e aos ex-países denominados socialistas.

Um número crescente de jovens, estudantes, sindicalistas e participantes de movimentos sociais sente intensamente a inadequação do capitalismo aos anseios por uma sociedade mais justa e igualitária. Entretanto, alguns, entre esses críticos do capitalismo globalizado, evitam identificar-se com Marx ou buscar em sua obra uma crítica eficaz do mundo contemporâneo. A razão desse afastamento situa-se no histórico das últimas décadas: diversos regimes político-econômicos, autoproclamados socialistas e her-

deiros do marxismo, desmoronaram a partir de dentro, sem terem sofrido derrotas militares nem invasões externas. A rejeição popular àqueles regimes parece desmentir os méritos da teoria marxista, em que eles supostamente se baseavam.

O objetivo deste livro é aproximar o leitor do próprio Marx, a partir de uma perspectiva favorável à sua teoria e abertamente crítica dos regimes que pretenderam ou pretendem representá-lo. A intenção é proporcionar um olhar panorâmico sobre a teoria de Marx, à luz de suas próprias explicações e ações, confrontando-a com os fatos econômicos e políticos do último século e da atualidade recente para neles identificar as evidências da confirmação dos prognósticos marxistas. E, também, dissociar claramente o marxismo dos regimes totalitários que se proclamam – fraudulentamente – seus herdeiros.

O livro compõe-se de quatro capítulos, além desta Apresentação. O primeiro apresenta a biografia resumida de Marx e suas concepções filosóficas e históricas, concluindo com o destaque conferido por ele ao estudo crítico da teoria econômica predominante em sua época. Espera-se que o leitor chegue ao final deste capítulo com a compreensão das razões pelas quais Marx atribui papel tão fundamental à economia. O segundo capítulo é exatamente sua crítica à economia política clássica, que constitui o núcleo fundamental da teoria marxista. Já nessa parte são feitas comparações e associações entre sua análise e a realidade atual ou do século XX. A seguir, o terceiro capítulo confronta a crítica marxista com a evolução do capitalismo após a morte

de Marx; e também com o presente, marcado por uma das piores crises que o capitalismo conheceu em sua história.

Finalmente, o quarto capítulo refere-se às consequências e influências políticas da obra de Marx, nos cento e trinta anos que nos separam da sua morte. Aí, são abordadas as Internacionais Operárias desde Marx; a Revolução Soviética; os conceitos de socialismo e comunismo e seu uso político no século XX; a história da União Soviética (URSS) em termos muito resumidos (incluindo as críticas de marxistas e antimarxistas ao regime soviético), assim como das organizações que pretenderam representar a herança teórico-política de Marx (seu legado). Esse capítulo busca responder ao argumento de que a queda do Muro de Berlim e o fim da União Soviética seriam demonstrações práticas da falência do marxismo. Uma Conclusão repõe a validade do marxismo nos dias atuais.

O leitor encontrará ao final uma Bibliografia básica, organizada por temas, e uma lista de *sites* e vídeos citados ao longo do livro. Como regra geral, os *sites* são mais informativos e os textos da Bibliografia, mais formativos. Diferentemente da forma usual, os *sites* encontram-se enumerados no texto, com citação integral apenas na lista ao final do livro. A edição eletrônica, acessível a todos, também conta com um Glossário, que explica palavras talvez desconhecidas de parcelas do público interessado.

O livro visa contribuir para apresentar a obra de Marx de forma inicial aos interessados; desmistificar a falsa identidade entre os regimes totalitários, que se autoproclamavam a realização do ideário marxista, com as formulações

do pensador e militante alemão; e estimular a curiosidade por mais conhecimentos sobre o marxismo, como ferramenta para a compreensão do funcionamento do capitalismo e para a luta por um mundo melhor.

O maior desejo do autor é que o leitor se torne mais crítico da realidade socioeconômica contemporânea, no Brasil e no mundo. Uma consciência social crítica impulsiona a curiosidade e o estudo dos livros e textos que revelam as incongruências, contradições e injustiças presentes na sociedade atual. Essas leituras levam inevitavelmente a Marx, que formulou a mais completa crítica ao capitalismo, a ponto de ocasionar o resgate (parcial) de sua obra pelos próprios interessados na preservação desse sistema. Tanto maior deve ser esse resgate pelos que buscam transformações estruturais da sociedade. Em vista do desmoronamento dos regimes totalitários da União Soviética e do Leste Europeu, a crítica ao capitalismo só pode prosperar se estiver acoplada à perspectiva de uma democracia socialista, mais avançada que qualquer democracia capitalista existente até hoje. Esse era o propósito de Marx, fraudado pelos regimes que se apresentaram como seus continuadores. Evidenciar o vínculo fundamental entre socialismo e democracia é indispensável para obter sucesso na crítica teórica e prática (política) ao capitalismo – e aos regimes pretensamente socialistas.

Boa jornada aos que se aventuram!

FILOSOFIA, HISTÓRIA E ECONOMIA POLÍTICA EM KARL MARX

VIDA E OBRA - UM RESUMO

Karl Marx (1818-1883) foi um filósofo, jornalista, economista e militante político alemão. Sua obra mais importante se deu no campo da teoria econômica. Sua teoria crítica do capitalismo tornou-se muito influente no final do século XIX e em todo o século XX. Todos os países socialistas surgidos desde 1917 assumiram como suas as teorias de Marx. Convém notar, desde já, que nem todos os marxistas consideram que a realidade daqueles países estivesse efetivamente de acordo com a obra do filósofo e economista alemão.

Para entender as ideias econômicas de Marx, é preciso compreender seu engajamento político e suas ideias no campo da filosofia e da história. Marx não foi apenas um economista preocupado em compreender o mundo, mas sim um militante envolvido nas lutas políticas de seu tempo. Uma de suas teses filosóficas era expressa na seguinte frase:

*Os filósofos até agora somente se limitaram a explicar o mundo de formas diferentes, mas o que é necessário é transformá-lo*¹². Coerente com essa convicção, Marx ligou-se durante toda a sua vida aos movimentos que buscavam alterar a ordem social e política vigente.

Primeiro, foi um democrata radical na Alemanha, lutando como jornalista contra o absolutismo e as leis contrárias às liberdades fundamentais. Banido de seu país pelas autoridades, permaneceu um tempo na França e, depois de expulso também deste país, na Bélgica. Nesse período, Marx ligou-se ao movimento socialista que crescia entre os trabalhadores. Integrou a primeira organização internacional de caráter comunista na Europa, que reunia trabalhadores e intelectuais dos principais países industrializados: a Liga dos Comunistas. Eleito membro da direção dessa organização, recebeu a incumbência de redigir, juntamente com seu amigo por toda a vida e grande colaborador, o também alemão Friedrich Engels (1820-1895), um documento que expressasse em linguagem acessível as principais ideias do partido. O documento tomou o nome de *Manifesto do Partido Comunista* e se espalhou por inúmeros países europeus durante o ano de 1848.

Esse ano ficou famoso pela sequência de revoluções populares em diversos países europeus. Utiliza-se até hoje a expressão “Primavera dos Povos” para designar esse período de grandes revoltas contra o absolutismo, pela de-

12. Esta é a última das *Teses sobre Feuerbach* de Marx, nas quais ele assinala o rompimento com a corrente dos hegelianos de esquerda, dos quais falaremos logo à frente. Feuerbach foi o mais influente membro dessa corrente filosófica, à qual Marx pertenceu durante algum tempo. Ver *A Ideologia Alemã* na Bibliografia.

mocracia e pela emancipação de muitas regiões do domínio de potências externas, como a Áustria e a Rússia. Todas elas foram abafadas em sangue pelos governos europeus. O *Manifesto Comunista* circulou amplamente em todos esses movimentos de rebelião e os nomes de Marx e Engels tornaram-se conhecidos.

O *Manifesto Comunista* é uma das mais representativas obras de Marx e provavelmente a mais lida e popular de todas elas. Sua primeira e sua última frases são citadas até hoje com frequência: *Um espectro assombra a Europa: o espectro do comunismo; Proletários de todos os países, unidos!*: assim começa e termina o famoso documento.

Em seguida à Primavera dos Povos, a economia capitalista obteve um enorme crescimento e atingiu intensamente outros países e continentes. Marx já havia desenvolvido a ideia segundo a qual as transformações econômicas estão na raiz de todas as mudanças históricas, de caráter social, político, jurídico e cultural. Essa concepção encontra-se admiravelmente bem apresentada no *Manifesto Comunista*. Perseguido também na Bélgica, depois da derrota da Revolução de 1848, Marx, com seu amigo Engels, dirigiu-se ao país que concentrava de forma mais avançada as características da economia capitalista em expansão pelo mundo: a Inglaterra. Foi ali que ele passou as décadas seguintes, lendo todos os economistas importantes e desenvolvendo sua crítica à escola de pensamento econômico, predominante até então, a escola clássica. Os maiores expoentes dessa escola eram Adam Smith e David Ricardo. John Stuart Mill, um dos principais economistas

clássicos, vivia e exercia grande autoridade entre os economistas quando Marx chegou à Inglaterra.

Marx passou anos lendo os grandes economistas e fazendo suas anotações. Também acompanhou todo o noticiário econômico da época, observando o crescimento e os desafios do capitalismo em expansão. Manteve-se sempre vinculado ao movimento dos trabalhadores europeus, tendo assumido papel-chave na fundação, em 1864, da Associação Internacional dos Trabalhadores, depois conhecida como Primeira Internacional, com sede em Londres e representações nos principais países industrializados da Europa. Mesmo depois da dissolução da I Internacional em 1872, Marx manteve grande correspondência com líderes operários e socialistas em diversos países do mundo, especialmente na Alemanha, onde mais tarde surgiria o mais forte partido socialista da Europa.

A obra econômica de Marx se concentra em seu livro *O Capital – Crítica da Economia Política*, cujo primeiro volume – livro I – foi editado em 1867. Os livros II e III só foram editados após sua morte, graças ao grande esforço de Engels de reunir e organizar as anotações do amigo. Mais tarde, o socialista alemão Karl Kautsky editou outras anotações de Marx em uma obra chamada *Teorias da Mais-Valia*, conhecido popularmente como livro IV de *O Capital*. Além dessa obra máxima, Marx publicou diversos textos e folhetos explicativos de sua teoria aos operários. O mais famoso destes é *Salário, Preço e Lucro*. Engels, por sua vez, foi o maior divulgador da obra de Marx em diversos livros. Um dos mais importantes é *Do socialismo utópico ao socialismo científico*,

onde expõe a origem e os aspectos fundamentais da teoria marxista, nos campos filosófico, histórico, econômico e político. Veja as referências a estas obras na Bibliografia.

MARX E A FILOSOFIA

Antes de incorporar a obra dos grandes economistas que o antecederam – predominantemente britânicos – e criticá-la, Marx havia feito o mesmo com os grandes filósofos, especialmente os alemães. A filosofia havia tido enorme desenvolvimento na Alemanha desde o século XVIII. Grandes nomes como Kant e Hegel dominavam o pensamento filosófico em toda a Europa. Marx, quando estudante de filosofia, ligou-se aos discípulos de Hegel. O sistema filosófico hegeliano foi por ele incorporado e se faz notar em toda a sua obra, inclusive e muito claramente, na sua crítica à economia política.

O que era a filosofia de Hegel? Esse filósofo foi provavelmente o homem mais erudito de seu tempo. Muitos o consideram o maior de todos os filósofos. Embora seja difícil resumir a obra de um homem com tais qualidades em uma única palavra, todos associam o nome de Hegel à *dialética*. Ela consiste em um método de abordagem de toda a realidade (a natureza e a sociedade) que não foi criado por Hegel, mas atingiu em suas mãos – ou melhor, em sua mente – o máximo desenvolvimento. O grego Heráclito, na Antiguidade, é o primeiro famoso formulador da dialética. *Não se entra duas vezes no mesmo rio* – esta frase é sempre associada a Heráclito. O sentido é que a realidade sofre constante mudança. O rio não será o mesmo, nem nós, quando nele entrarmos pela segunda vez.

Hegel deu um caráter amplo e complexo ao método dialético. Primeiro, apresentou a realidade natural e social como uma totalidade onde tudo se relaciona a tudo. O menor fenômeno natural provoca uma cadeia de consequências que afeta um conjunto muito maior de fenômenos, muitos dos quais aparentemente distantes e não relacionados ao primeiro. Na vida social dá-se o mesmo. Os fatos se relacionam e se encadeiam em uma rede complexa, influenciando-se reciprocamente. Além disso, natureza e sociedade se relacionam mutuamente (em nossa época, em que a preocupação ambiental é infinitamente maior que no século XIX de Hegel e Marx, isso está muito mais claro). Assim, causa e consequência se alternam e o que primeiro é consequência depois passa a ser causa. O processo transformador é constante, na natureza e na sociedade. *A única característica imutável do mundo é a mudança.*

As transformações não são regulares ou lineares. Elas não seguem sempre sob o mesmo ritmo ou a mesma velocidade. Muitos processos na natureza e na sociedade se desenvolvem sob a forma de pequenas mudanças quantitativas, sem aparentar uma alteração mais essencial. Em dado momento, o acúmulo de mudanças quantitativas dá origem a uma mudança de qualidade naquele processo natural ou social. O embrião se torna feto, o feto se torna criança, esta passa à adolescência, juventude, maturidade e à velhice: qual é o momento exato de cada uma dessas passagens? Qual o momento exato em que micro-organismos em decomposição no subsolo se tornaram petróleo? E quando foi, exatamente, que o feudalismo deu lugar ao ca-

pitalismo, ou o absolutismo monárquico cedeu seu posto ao liberalismo político? Este é um aspecto importante do método dialético: *a passagem da quantidade à qualidade*.

Como sabemos, nenhuma das perguntas anteriores tem uma resposta absoluta. Certos períodos ou momentos concentram algumas das mudanças mais significativas (ou mais simbólicas para a nossa percepção), mas o processo mesmo é longo, pontuado por avanços e recuos, períodos de maior rapidez e outros de aparente estagnação. As próprias revoluções – que expressam grandes mudanças qualitativas na sociedade humana –, além de terem sido preparadas por longos processos de maturação, são, elas mesmas, irregulares, marcadas por avanços e retrocessos. Essa complexidade se mostra na sucessão de períodos da Revolução Francesa: monarquia parlamentar, período jacobino (época do “Terror”), Reação Termidoriana e ascensão de Napoleão Bonaparte – todos eles no intervalo de cerca de dez anos turbulentos. Deixamos de mencionar a Revolução Soviética de 1917, essencial em qualquer estudo sobre o marxismo, porque ela será abordada com mais detalhes à frente.

Na raiz das transformações do mundo encontra-se a *contradição* – o conflito, a luta de forças contrárias. Este é outro elemento constante na visão de mundo hegeliana: sempre existem forças em conflito, em contradição, permeando cada processo de desenvolvimento na natureza e na sociedade. Essas contradições impulsionam a mudança, seguindo um modelo também constante. No sistema complexo de Hegel, *os opostos não se excluem*: ao mesmo tempo

em que se chocam entre si, influenciam-se entre si. Assim, começa a surgir um terceiro fator – a *síntese* – que incorpora elementos dos dois contrários e os supera. *Tese, antítese, síntese*: esses três momentos estão na raiz de toda transformação sofrida pela natureza e pela sociedade. Eles também são chamados de *afirmação, negação e negação da negação*. Este terceiro momento já não é mais a primeira afirmação, nem a negação que se opõe a ela: é algo que nega a negação sem retornar à afirmação inicial, superando ambas.

O método dialético nos apresenta cada fato, cada fenômeno natural ou social, como produto de uma transformação constante, movida pelo processo contraditório explicitado na sequência: tese, antítese e síntese. No próprio momento da nossa observação, o fato ou fenômeno observado não se encontra estático. As transformações prosseguem, embora possamos não enxergá-las imediatamente, razão pela qual vejamos o fenômeno como algo parado, imutável. Para conhecer um fato da natureza ou da sociedade é preciso buscar suas raízes históricas, as transformações que sofreu e os conflitos que o envolvem na atualidade. Ele contém ao mesmo tempo uma realidade e uma não-realidade, pois traz em seu bojo as mudanças que já o transformaram, tornando-o o fato real de hoje, e aquelas que ainda o transformarão, fazendo dele o não-real de amanhã.

Vejamos um exemplo na natureza: o fruto de hoje é produto da árvore, que foi semente e lutou contra os predadores, os eventos ameaçadores da natureza etc. Mas ele é também a semente de amanhã, que se transformará em planta, árvore e novos frutos. Para isso, terá que combater

as pragas, os predadores, os eventos naturais – secas, incêndios, geadas etc. Desde Darwin (contemporâneo de Marx), sabemos que essa luta se realiza por intermédio do processo da seleção natural, em que os mais aptos a sobreviver diante das adversidades permanecem e se multiplicam. Ou seja, os seres vivos incorporam aspectos relacionados aos seus inimigos, ao adquirirem defesas contra eles. Essas defesas surgem aleatoriamente, como variações genéticas. Ao se mostrarem mais eficazes para a sobrevivência da espécie, se perpetuam e tornam-se predominantes. Podemos dizer que o darwinismo é o mais forte aliado da dialética no campo da natureza.

Ao aplicar esse método à sociedade, Hegel esperava explicar as grandes transformações sofridas pelas sociedades europeias, desde a Antiguidade, passando pela Idade Média, pelo período dos Estados Nacionais absolutistas, até chegar à era do liberalismo político e econômico em que ele vivia. O próprio Hegel, embora fosse um liberal, adaptou-se tão bem ao regime autoritário em vigor na Prússia (porção da futura Alemanha), que foi condecorado, homenageado e quase endeusado pelas autoridades prussianas, apesar de suas ideias na verdade contradizerem aquele regime. Hegel não foi somente a maior autoridade intelectual e acadêmica de seu tempo, mas uma espécie de figura oficial, sem cargos públicos. E, no entanto, seu método dialético estimulava muitos de seus discípulos a assumir pontos de vista rebeldes, críticos e em franca oposição ao regime absolutista da Prússia.

O método dialético, amplamente desenvolvido por Hegel, encontrou um limite no próprio Hegel. Esse filó-

sofo se filiava a uma concepção abrangente, muito forte na filosofia alemã dos séculos XVIII e XIX, denominada *idealismo filosófico*. E a vinculação da dialética com o idealismo, em Hegel, representou uma barreira à própria dialética, no sentido de limitar as descobertas que se podiam realizar usando esse método de interpretação. Ao menos, essa foi a avaliação de Marx. A partir dela, o (até então) discípulo de Hegel desenvolveu sua própria concepção, em certos aspectos oposta à do mestre, mas incorporando seu principal instrumento – a dialética. E foi essa nova concepção que levou Marx a se ocupar principalmente da economia política.

É preciso evitar a confusão com o uso que se faz na atualidade da palavra *idealismo*. Costuma-se chamar de idealistas pessoas que lutam por ideais ou valores que não são predominantes e que elas julgam melhores que os que se encontram em vigor. *O idealismo filosófico era outra coisa*. Trata-se de uma *visão de conjunto sobre o mundo*. Vamos explicá-la muito sinteticamente.

Ao longo da história das sociedades, houve muitas escolas filosóficas, ou seja, padrões de pensamento sobre o mundo real e as ideias, ao redor dos quais se agrupavam diversos filósofos. Muitos problemas ocuparam o pensamento e a obra dos filósofos, em todas as épocas da civilização humana. Entre eles, um problema central para toda filosofia – e também para as ciências, especialmente as ciências sociais, das quais a Economia é uma ramificação – consiste na relação entre *pensamento e realidade*. As ideias são anteriores ao mundo real, ou o mundo real é a fonte das ideias?

Sobre esta questão, as diversas escolas filosóficas, tão diferentes e tão polêmicas entre si, podem ser classificadas em dois grandes grupos. De um lado, os materialistas consideram que *a matéria surge antes e as ideias são o reflexo do mundo exterior, material, na mente humana*. De outro, os idealistas consideram que *o mundo material é expressão de alguma ideia que o antecedeu e o domina*. Essa ideia pode ser Deus – neste caso, temos a teologia, a concepção teológica do mundo. Pode ser algo mais complexo. Hegel considerava que todo o movimento dialético do mundo era dirigido por um Espírito Absoluto, que ele não denominava Deus. O importante é que, neste caso, as forças contraditórias que produziam o movimento da natureza e da sociedade eram formuladas primeiro a partir do Espírito Absoluto e todo o movimento contraditório de mudanças aproximava o mundo dele. Era algo como a perfeição, o ideal absoluto, o fim das contradições.

Os discípulos de Hegel se dividiram em dois grandes grupos: uma ala se apoiava no seu *sistema filosófico*, que tinha no centro esse conceito idealista do mundo. Para estes, havia então um princípio organizador idealizado e um modelo de perfeição a ser seguido. Dessa forma, tornaram-se social e politicamente conservadores. O Estado prussiano, que bajulava Hegel, era algo próximo ao ideal absoluto e rebelar-se contra ele era uma expressão de irracionalidade. Já a esquerda hegeliana era formada por aqueles discípulos do filósofo que se apoiavam no *método dialético*. Para estes, o processo transformador movido pelo conflito, a mudança permanente, era o ponto chave. Tornaram-se críticos e re-

beldes políticos. Marx e Engels pertenceram inicialmente a este grupo, mas depois se distanciaram dele.

Marx desenvolveu uma concepção original. Ele *fundi a dialética*, a ciência do movimento contraditório na sociedade e na natureza, *com o materialismo*, a concepção segundo a qual a realidade material é a base das ideias, dos sentimentos e da cultura humana. Como vemos, Marx adaptou concepções que já existiam antes dele, mas de uma forma original. A filosofia marxista é chamada *materialismo dialético*, pelas razões que acabamos de explicar. Assim, para Marx *são as contradições no mundo material que explicam todas as transformações*, inclusive as mudanças nas ideias, nas religiões, no gosto artístico, na cultura, nas leis e nas formas políticas de cada época.

Por exemplo, uma abordagem *idealista* da Revolução Francesa interpretaria aquele acontecimento como fruto de um *conflito de ideias*. Os grupos sociais influenciados pelo pensamento liberal e democrático – basicamente, o Terceiro Estado¹³ – entraram em choque com os defensores do absolutismo. Os liberais e democratas eram partidários da filosofia iluminista, defensora da Razão contra a Religião. Dessa forma, seu conflito era ao mesmo tempo com o regime monárquico absolutista, com a nobreza que o sustentava

13. O regime monárquico francês – conhecido depois da Revolução como o Antigo Regime – era baseado no poder absoluto dos reis, isto é, o absolutismo monárquico. No entanto, havia uma aparência de consulta à sociedade, por meio da Assembleia dos Estados Gerais, existente desde a Idade Média. O Primeiro Estado era o clero (os sacerdotes da Igreja Católica); o Segundo, a nobreza; e o Terceiro, todo o restante. Os dois primeiros Estados tinham muito mais representantes que o último. Dessa forma, nas raras vezes em que os Estados Gerais eram convocados, o rei sempre obtinha apoio. Um folheto famoso do início da Revolução Francesa dizia: *O que é o Terceiro Estado? – Tudo. O que tem sido ele, até agora, na ordem política? – Nada. O que é que ele pede? – Ser alguma coisa.* Leia-o por extenso no site 11.

e apoiava e também com a Igreja Católica. As ideias liberais e democráticas eram mais avançadas que a ideologia absolutista e teocrática que prevaleceu até a Revolução Francesa. Dessa forma, para um idealista hegeliano, a vitória da democracia liberal representou um avanço do Espírito Absoluto: a humanidade se tornou mais próxima dele.

Já para Marx, a raiz do conflito era econômica (material): as forças produtivas mais evoluídas que a burguesia comandava entravam em contradição com o regime de monopólios e privilégios, que tolhia o desenvolvimento dos negócios. As ideias religiosas, políticas e filosóficas expressavam esse conflito: o Antigo Regime (a monarquia absoluta) defendia o mercantilismo, os privilégios sociais da nobreza e o predomínio da religião católica, uma vez que a Igreja e a nobreza eram a base de apoio social daquele regime. A burguesia aderiu aos ideais iluministas, liberais e democráticos como forma *ideológica* de lutar por seus *interesses materiais* contra o absolutismo, a nobreza e a Igreja. As ideias liberais agradavam à burguesia, que desejava se libertar dos controles estatais e dos monopólios impostos pelo Estado, que bloqueavam a multiplicação de empreendimentos econômicos. O Iluminismo (Filosofia da Ilustração), com sua ênfase na Razão em oposição à Fé, valorizava o cálculo racional – imprescindível aos negócios –, a Ciência – fundamental ao desenvolvimento da técnica e da produção – e golpeava a influência da Igreja, o maior obstáculo ao pleno florescimento dos negócios e a maior crítica do desejo de ganhos e lucros. A democracia era mais apreciada pela pequena burguesia e pelas camadas assala-

riadas urbanas, que viam no “governo do povo, pelo povo e para o povo” a possibilidade de seus interesses prevalecerem. A burguesia encampou esse desejo, mas assim que se viu no poder tratou de refrear a democracia. Em todo caso, ela usou essas novas ideologias para liderar o povo contra o Antigo Regime.

A liderança da burguesia sobre o conjunto do Terceiro Estado (os camponeses, os assalariados urbanos e a pequena burguesia compunham esse grupo, juntamente com a burguesia) devia-se ao fato de que a classe burguesa tinha maior clareza de seus interesses e objetivos. Isso também decorria das condições econômicas: era a burguesia que estava impulsionando as novas forças produtivas (a manufatura e o comércio). Seus interesses, provenientes das forças materiais que ela controlava e impulsionava, eram mais claros.

A classe trabalhadora, na época da Revolução Francesa, ainda constituía um conjunto pouco diferenciado de assalariados de todos os ramos de atividade. A indústria estava em estágio embrionário na França e a classe operária não se destacava no conjunto. Os camponeses, embora fossem maioria, viviam dispersos nas propriedades rurais e só eram capazes de explosões momentâneas, sem organização. Essas circunstâncias tornaram natural a liderança burguesa na Revolução.

Poucas décadas após a vitória da burguesia, a classe operária, já constituída, passou a enfrentar os capitalistas nas primeiras greves na França. Ou seja, a síntese do conflito anterior foi o domínio político e econômico da burguesia e o fim do regime absolutista, mas logo um novo conflito se iniciou entre a burguesia e o proletariado. Esta

é a interpretação que o método marxista – o materialismo dialético – possibilitou.

Marx era um militante que buscava compreender o mundo para transformá-lo, conforme explicitou em sua tese já citada. Ele e Engels acompanharam atentamente todo o avanço do conhecimento científico de sua época, em busca de confirmação e aperfeiçoamento de suas teorias. A preocupação militante fez com que o núcleo fundamental da teoria marxista ficasse concentrado nas ciências sociais. E o próprio conteúdo da dialética, explicado anteriormente, deu à história um papel primordial na obra de Marx. Ao mesmo tempo, a combinação da dialética com o materialismo, estabelecendo a primazia das causas materiais (econômicas) nas transformações sociais, levou Marx a se aprofundar no conhecimento da economia política, aplicando a ela seu método filosófico.

MARX E A HISTÓRIA

O método dialético, aplicado ao estudo da sociedade, implica atribuir à história uma importância crucial na formação de toda a vida social. Como afirma o próprio Marx na abertura de um de seus textos clássicos, *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*:

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos.

E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar-se nessa linguagem emprestada.

Nesse trecho famoso, Marx refuta duas teorias opostas. A primeira, de que a história humana seria fruto do Espírito Absoluto (ou, em uma versão teológica desta teoria, da vontade divina); portanto, ela estaria pré-determinada e os homens não teriam autonomia, apenas cumpririam uma espécie de roteiro pré-programado. Por outro lado, a teoria contrária pretendia que a humanidade pudesse fazer o que bem entendesse a cada época, não importando as circunstâncias anteriores ou as condições sociais, econômicas e culturais herdadas do passado. Esta segunda versão era preferida pelos historiadores conservadores; sua versão mais comum era a da história dos “grandes homens”, que seriam os criadores das novidades e mudanças de acordo com sua “vontade de ferro” ou habilidade política.

Segundo Marx, a ação humana não está pré-determinada por nenhuma força idealizada – Deus, o Espírito Absoluto ou qualquer coisa do gênero. Ela decorre da experiência concreta, das necessidades materiais dos seres humanos em cada época. Ela tampouco é obra do acaso: há uma sequência, uma relação estreita com o passado, mesmo quando a sociedade busca romper com esse passado. A história são os homens produzindo, reproduzindo e modi-

ficando sua própria vida social. O motor desse processo é material, reside nas condições econômicas de cada época. Vemos assim a aplicação do método dialético – tudo se relaciona, tudo se transforma, a base das transformações sociais é o conflito de interesses. Esses interesses em conflito decorrem da realidade material – as forças econômicas da sociedade, as contradições internas à economia de cada época. Essa é a aplicação do materialismo à história social.

Ao aplicar o materialismo dialético à própria história, Marx criou o *materialismo histórico*, ou *concepção materialista da história*. Por isso, ao se referirem a Marx, muitos mencionam o *materialismo dialético e histórico*. Um exemplo do materialismo histórico é a interpretação marxista da Revolução Francesa, exposta aqui de forma resumida.

O texto mais famoso em que Marx apresentou a concepção materialista da história é o Prefácio à *Contribuição para a Crítica da Economia Política*, escrita alguns anos antes de *O Capital*. Reproduzimos abaixo o núcleo desse texto:

“Nas minhas pesquisas, cheguei à conclusão de que as relações jurídicas – assim como as formas de Estado – não podem ser compreendidas por si mesmas, nem a partir da chamada evolução geral do espírito humano, mas enraízam-se, isso sim, nas relações materiais da vida, cuja totalidade Hegel, na esteira dos ingleses e franceses do século XVIII, resume sob o nome de ‘sociedade civil’; por seu lado, a anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política. (...) A conclusão geral a que cheguei e que, uma vez adquirida, serviu de fio condutor aos meus

estudos, pode ser formulada resumidamente assim: na produção social da sua existência, os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas da consciência social. O modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência. Numa certa etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é apenas uma expressão jurídica delas, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se no seu entrave. Ocorre então uma época de revolução social. A transformação da base econômica altera, mais devagar ou mais depressa, toda a imensa superestrutura. Ao considerar tais alterações é necessário sempre distinguir entre a alteração material das condições econômicas da produção – que se pode comprovar de maneira cientificamente rigorosa – e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em suma, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito, levando-o às suas últimas consequências. Do mesmo modo que não se julga o que um

indivíduo é pelo que ele imagina de si próprio, tampouco se pode julgar uma tal época de transformação a partir da sua consciência de si; é preciso, pelo contrário, explicar esta consciência a partir das contradições da vida material, do conflito existente entre forças produtivas sociais e relações de produção. Uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca surgem relações de produção novas e superiores antes que as condições materiais de existência dessas relações se desenvolvam no próprio seio da velha sociedade. É por isso que a humanidade só se coloca os problemas que é capaz de resolver; pois que, numa consideração mais atenta, se descobrirá sempre que o próprio problema só aparece quando as condições materiais da sua resolução já existiam, ou, pelo menos, estavam em vias de aparecer. Nas suas grandes linhas, os modos de produção asiático, antigo, feudal e, modernamente, o burguês podem ser qualificados como épocas progressivas da formação econômica da sociedade. As relações de produção burguesas são a última forma contraditória do processo social da produção, contraditória não no sentido de uma contradição individual, mas de uma contradição que decorre das condições sociais da vida dos indivíduos. No entanto, as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para resolver esta contradição. Com esta organização social encerra-se, assim, a pré-história da sociedade humana¹⁴.

14. Texto composto a partir do Arquivo Marxista na Internet e da edição da Editorial Estampa (1973).

Em síntese, o que propõe o materialismo histórico de Marx é que as sociedades vivem processos constantes de transformações, embora mais lentos em certos períodos e mais rápidos ou violentos em outros. O motor desses processos é a luta de classes opostas entre si. Por sua vez, a base material da *luta de classes* é a contradição entre as *forças produtivas sociais* e as *relações de produção* em cada época. Vamos entender os dois termos.

Forças produtivas – representam a capacidade do homem de produzir os bens e serviços que satisfazem suas necessidades. Elas podem ser sintetizadas assim: técnica (ou tecnologia); equipamentos e ferramentas; e a habilidade e produtividade humana. Esses fatores estão sempre em transformação. O homem, lutando pela sobrevivência, aperfeiçoa constantemente suas tecnologias, seus conhecimentos e habilidades e os equipamentos e instrumentos de trabalho.

Relações de produção – são aquelas que se estabelecem a partir do processo de trabalho e alcançam o funcionamento de toda a sociedade. As relações de propriedade, as relações de trabalho, as leis que regulam os direitos e deveres de trabalhadores e proprietários, as regras sobre a produção e o consumo, os costumes que se referem a esses aspectos, o caráter dos governos que mantêm e aplicam essas leis – tudo isso forma as relações de produção vigentes em cada época e lugar. Vejamos um exemplo fácil de entender: a natureza legal do trabalhador e sua relação com o proprietário do estabelecimento onde trabalha. Na Roma antiga, a maioria dos trabalhadores era escrava, portanto era considerada propriedade do dono da terra. Na Idade Média, desenvolveu-se a servidão: o servo não

era propriedade individual do senhor, mas estava ligado por toda a vida à terra em que vivia e trabalhava. Se esta mudasse de senhor, ele passaria a ter um novo senhor. Já no capitalismo, o trabalhador é um assalariado livre, ele não pertence a ninguém. Trabalha por um contrato para um capitalista que o emprega, enquanto tiver interesse em mantê-lo como empregado. Diferentemente do servo e do escravo, o empregado também pode se desligar do emprego, caso prefira. O escravo antigo, o servo medieval e o assalariado no capitalismo eram e são obrigados a trabalhar para outros para sobreviver, mas sob relações de produção distintas.

Juntamente com essas diferenças nas relações de produção, vemos diferenças nas leis, nas ideias e valores da sociedade, nas formas de governo, na cultura e até nas ideias religiosas. O cristianismo antigo difere bastante do medieval e este, do contemporâneo, embora formalmente se trate da mesma religião.

As transformações na técnica, na habilidade humana e nos instrumentos de trabalho constantemente requerem mudanças nas relações de produção. Estas, porém, demoram mais para se alterar. Isto tem uma razão: as relações vigentes em cada época e lugar beneficiam uma classe de pessoas e prejudicam outras. Para Marx, a categoria *classes sociais* está intimamente relacionada às *relações de produção*. Os proprietários dos meios de produção formam a classe dominante; as classes dominadas se definem pelas diferentes relações que estabelecem com o processo de produção. A classe beneficiada pelas relações de produção vigentes geralmente é a que está no poder, ou tem mais influência sobre

ele. As classes dominadas desejam mudar, mas precisam quebrar a resistência das classes dominantes. Às vezes, isso se dá de forma pacífica, embora por meio de conflitos. Porém, na maioria das vezes é necessária uma revolução social. Geralmente, isto acontece quando as mudanças nas forças produtivas são muito grandes e não basta fazer pequenas alterações nas relações de produção. Situações como essas ocorreram no final da Idade Média e, mais tarde, com o desenvolvimento da burguesia industrial. As revoluções inglesas de 1640 e 1689 e a Revolução Francesa de 1789 são explicadas dessa forma por Marx.

A *luta de classes* é o motor das transformações sociais. Essa ideia não surgiu com Marx, mas em sua teoria adquiriu pleno sentido. Os historiadores franceses, partidários da Revolução de 1789 e da burguesia, já explicavam aquele acontecimento como fruto da luta de classes entre o Terceiro Estado (que reunia a burguesia, os camponeses e os assalariados urbanos, como vimos), a nobreza e o clero. Com a Revolução Francesa, essas duas classes, até então predominantes, foram derrotadas pelo Terceiro Estado, que alcançou o poder. Para esses historiadores, o capitalismo e o liberalismo político representavam o máximo a que era possível chegar, o que significa que a luta de classes terminava aí.

Para Marx, a luta de classes não era simplesmente a luta entre *ideias* diferentes ou opostas. As ideias em confronto apoiavam-se em fortes *interesses materiais*. Elas eram manifestações desses interesses. O choque entre interesses materiais distintos tinha na sua base o conflito entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de

produção. Estas relações exprimiam uma situação anterior, em que as forças produtivas eram menos desenvolvidas. O desenvolvimento da técnica, dos equipamentos e das habilidades humanas – as forças produtivas – requeria mudanças nas relações de produção. Porém, as classes que se beneficiavam dessas relações, no estado em que se encontravam, opunham-se à mudança. Não só pela força (política, militar, jurídica e policial), mas também pelo domínio das ideias dominantes na sociedade. As classes dominantes criam e difundem ideias para a sociedade como um todo, ideias que apresentam a sociedade sob o seu domínio como o único ou o melhor regime para todos. Nas palavras de Marx (*A Ideologia Alemã*):

“As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante. (...) Os indivíduos que constituem a classe dominante também têm, entre outras coisas, consciência, e daí que pensem; na medida (...) em que dominam como classe e determinam todo o conteúdo de uma época histórica, é evidente que o fazem em toda a sua extensão, e portanto, entre outras coisas, dominam também como pensadores, como produtores de ideias, regulam a produção e a distribuição de ideias do seu tempo; que, portanto, as suas ideias são as ideias dominantes da época.”

As novas classes sociais, criadas ou fortalecidas pela evolução das forças produtivas, começam a existir sem uma consciência clara de si mesmas, ou seja, daquilo que

as identifica e diferencia das demais classes. Elas não têm consciência dos seus interesses específicos, que podem ser semelhantes aos de algumas das classes sociais existentes e opostos aos de outras. Nesse estágio inicial, em que não reconhecem a si mesmas como uma identidade social própria nem percebem seus interesses específicos, cada uma das novas classes sociais é chamada por Marx de *classe em si*.

Com o passar do tempo, elas se fortalecem e adquirem consciência de seus interesses próprios, da sua identidade, de seus pontos de semelhança com os interesses de algumas classes sociais e de seus pontos de conflito com outras classes (em geral, com aquela ou aquelas que exercem o domínio político na sociedade). Este segundo estágio é aquele em que, segundo Marx, uma nova classe social se torna *classe para si*.

Nesse estágio, as novas classes sociais surgidas com o desenvolvimento das forças produtivas passavam à luta por seus interesses. Nessa luta, desenvolviam novas ideias sobre a sociedade, a política e a economia, a cultura, a moral e a religião. Essas ideias diferiam e se opunham àquelas das classes dominantes – que influenciavam toda a sociedade. Por isso, eram, durante certo tempo, julgadas perigosas, criminosas ou ofensivas. Por fim, o conflito explodia na arena política, durante alguma crise ou em situações extremas, como guerras ou desastres econômicos. Uma revolução encerrava esse conflito, derrubando as classes antes dominantes e elevando as novas classes ao poder.¹⁵

15. Um exemplo claro pode ser visto no filme *Sombras de Goya*. O julgamento do cardeal primaz da igreja espanhola por Don Lorenzo, ex-padre que aderiu à Revolução Francesa, exprime os valores iluministas dessa revolução. Na parte final do filme, a situação se inverte e Don Lorenzo é julgado pelo cardeal, com base na visão da Igreja e da Inquisição. O pano de fundo é o avanço e depois o recuo do exército francês na Espanha.

O ciclo recomeçava: um novo período de desenvolvimento das forças produtivas; novas transformações sociais decorrentes desse desenvolvimento; a partir daí, novas classes sociais emergentes, novos conflitos, novas lutas de classes. Cada ciclo podia durar séculos, enquanto as transformações políticas geradas no seu bojo se concentravam em algumas décadas ou anos – o que exprime a transformação da quantidade (as mudanças na base econômica e social) em qualidade (as formas políticas da luta de classes, a revolução).

Dessa forma, a burguesia surgiu a partir do desenvolvimento das forças produtivas no seio da sociedade feudal europeia. Ao se fortalecer, ela desenvolveu novas ideias políticas, artísticas, religiosas e morais: Renascimento, Humanismo, Racionalismo, Reforma Protestante, são movimentos ideológicos criados pela burguesia emergente contra a ideologia católica enraizada no feudalismo. Ela aliou-se aos reis contra a nobreza feudal, o que deu origem às monarquias absolutistas da Idade Moderna. Por fim, crescendo ainda mais e diversificando-se no interior dos Estados Nacionais absolutistas, a burguesia acabou enfrentando os próprios reis absolutos, impondo regimes liberais e o pleno florescimento da produção capitalista para o mercado.

Por sua vez, o capitalismo dava origem a novas lutas de classes, agora entre o proletariado (a classe operária) e a burguesia industrial dominante. Em todos os países capitalistas, uma contradição essencial passou a opor a burguesia e os operários. O conflito só se extinguiria quando o proletariado fizesse a revolução contra a burguesia,

expropriando-a e tomando suas fábricas e fazendas. Para isso, é preciso que o próprio proletariado compreenda seu lugar na sociedade capitalista, o mecanismo de exploração vigente nessa sociedade (oculto sob a aparência de um “contrato entre pessoas livres”) e as contradições desse regime, que levam a crises periódicas com grande sofrimento social. Ao mesmo tempo em que se instrui, o proletariado deve se organizar, formular um programa político de derubada do capitalismo e apontar para uma nova sociedade em que os meios de produção (fábricas, terras, máquinas) sejam propriedade coletiva.

É importante saber que Marx não gastou muito tempo descrevendo a sociedade do futuro. Ele se concentrou em explicar o capitalismo, sua origem, seu funcionamento, suas contradições e sua tendência às crises. Também se ocupou bastante com a análise e o acompanhamento dos acontecimentos econômicos e políticos da sua época. Marx nunca deixou o trabalho jornalístico e alguns de seus escritos sobre os eventos do século XIX tornaram-se obras clássicas, em que ele aplicou o materialismo histórico ao exame dos fatos no momento mesmo em que ocorriam. *As lutas de classes na França*, *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte* e *A Guerra Civil na França* são textos clássicos de Marx, que até hoje mantêm sua atualidade como explicações dos acontecimentos que descrevem¹⁶. O último deles

16. *As lutas de classes na França* descreve a Revolução de 1848 naquele país. Pela primeira vez, os operários apareceram como uma força social e política independente, formulando reivindicações diferentes e opostas aos grupos burgueses e pequeno-burgueses que também haviam participado da revolução. Desnecessário dizer que os operários foram derrotados. Marx analisou a importância dessa primeira aparição do proletariado como

explicou e defendeu a primeira revolução operária temporariamente vitoriosa na Europa – a Comuna de Paris, em 1871. Nessa ocasião, a classe operária manteve o poder na capital francesa durante algumas semanas, adotando medidas muito avançadas para a época. A Comuna terminou com um extermínio sangrento realizado pelos exércitos francês e alemão. Esses exércitos eram inimigos e estavam em guerra, mas se uniram para reprimir a classe operária parisiense e seu governo. Para Marx, a conclusão era clara: todos os governos burgueses são um só contra o proletariado, o que reforça a necessidade de união internacional entre os trabalhadores.

AS PREVISÕES DE MARX SOBRE O FUTURO DA SOCIEDADE

As observações de Marx sobre o futuro são apenas genéricas. Ele acreditava que a própria classe operária deveria construir a nova sociedade a partir da sua revolução, sem seguir uma receita pronta. O lema de Marx e Engels era o de que *a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores*¹⁷. Nenhum profeta e nenhum benfeitor substituiriam a classe operária nessa tarefa. A experiência das lutas e o estudo científico da realidade

força política autônoma, com um programa próprio de transformação social. Logo após o esmagamento da revolução, elegeram-se presidente da República o sobrinho de Napoleão, Luís Napoleão Bonaparte. Em 1852 – três anos depois – ele deu um golpe de Estado e proclamou a França como império, tornando-se Napoleão III. É esse golpe de Estado que Marx analisa magistralmente em *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, obra clássica em estudos de Sociologia, História e Ciência Política. Em conjunto, os três livros citados apresentam um painel abrangente da história francesa no século XIX, segundo o método de Marx. É muito raro um trabalho produzido no calor dos acontecimentos alcançar tamanha clareza e duração como obra clássica.

17. Esta frase consta dos Estatutos da Associação Internacional dos Trabalhadores.

social e econômica abririam as portas ao proletariado para a construção do futuro. Marx forneceu os instrumentos, o método e as categorias de análise para esse estudo. De concreto, afirmou apenas que o proletariado, ao tomar o poder, socializaria os meios de produção e criaria o *regime socialista*. Neste, o estado passaria a ser um instrumento de proteção da maioria trabalhadora contra a minoria que buscasse retomar a exploração, em lugar de proteger a minoria exploradora contra a maioria explorada, como Marx considerava o estado burguês e todas as formas de estado anteriores. O regime socialista coincidiria com a *ditadura do proletariado*, ou seja, o governo da maioria trabalhadora sobre a minoria. Em lugar do Estado burguês, passaria a existir o Estado operário. Esse novo Estado, controlado pelos trabalhadores, estabeleceria um plano geral para a produção e a distribuição dos bens e serviços, a partir das decisões dos próprios trabalhadores. O lucro seria abolido e em seu lugar as necessidades sociais, expressas pelos trabalhadores de forma organizada, dariam a orientação para os planos econômicos.

Para Marx, os trabalhadores deviam lutar pela democracia política, porém sem ilusões: a melhor democracia capitalista continuaria a ser uma democracia dominada pela burguesia, portanto uma ditadura da minoria exploradora sobre a maioria da sociedade. A luta pela democracia reforçaria as posições do proletariado: seus sindicatos, seus partidos, seus jornais, suas manifestações públicas. Mas somente com a tomada do poder os operários poderiam criar o primeiro governo da maioria sobre a minoria

social. Esta etapa, o regime socialista de ditadura do proletariado, prepararia uma etapa mais avançada, quando a inexistência de classes exploradoras e a ampla produtividade do trabalho permitiriam *abolir o Estado* e constituir a *sociedade comunista*. Por isso, o Estado operário deverá ter caráter transitório.

O *comunismo* seria, portanto, um resultado *futuro* da existência do socialismo. Nessa etapa futura, haveria abundância de bens e serviços para atender as necessidades de todo o gênero humano. Não mais existiriam conflitos distributivos – quem fica com o quê. Na verdade, o próprio capitalismo já preparou o caminho para isso, ao desenvolver enormemente a produtividade do trabalho. Se a distribuição é desigual e injusta, isso se deve às relações de produção capitalistas, que beneficiam a burguesia. As contradições do capitalismo empurrariam os trabalhadores à revolução¹⁸ e o socialismo reorganizaria a sociedade, agora sob o predomínio da classe operária. O Estado operário permitiria aumentar ainda mais a produtividade e distribuirá os frutos da produção social de maneira mais justa. O socialismo se ampliaria e desenvolveria em escala mundial, aproveitando de forma racional os recursos produtivos do planeta em benefício do conjunto da humanidade. Na fase superior (comunista), o Estado se tornaria desnecessário. Uma comunidade de países socialistas não mais teria o conflito e a competição como regra – essa regra deriva do capitalismo –, mas sim a cooperação e a solidariedade ati-

18. Isso não seria automático, mas dependeria da organização e da consciência dos próprios trabalhadores, tarefa à qual Marx dedicou toda a sua vida.

va. Sem escassez nem competição entre países, não há mais razão para a “luta de todos contra todos”. Neste momento futuro, será possível organizar a produção e a distribuição de bens e serviços de forma a atender às principais necessidades humanas em escala planetária. Nesse processo, o Estado começará a perder suas funções¹⁹. *O governo sobre as pessoas será substituído pela mera administração das coisas e a administração dos processos de produção* – escreve Engels²⁰.

MARX E A ECONOMIA POLÍTICA

O Prefácio à *Contribuição para a Crítica da Economia Política*, resumido acima, afirma que *a anatomia da sociedade civil deve ser procurada na Economia Política*. Militante vinculado ao movimento operário, Marx buscava identificar as forças contraditórias que levariam à vitória futura do proletariado contra a burguesia. O materialismo histórico e dialético levou-o naturalmente a se aprofundar no estudo da Economia Política – como era chamada então a Teoria Econômica. Sua inclinação socialista o levou a interpretar criticamente os economistas favoráveis ao capitalismo (todos, até então). Marx usou o método dialético, adquirido de Hegel, para descobrir na própria obra desses economistas os fatores contraditórios que levariam à superação do capitalismo. Usou também as fartas estatísticas e informações disponíveis no país capitalista mais desenvolvido – a Inglaterra – para atualizar seus estudos e sua interpretação histórica. Isso o levou a uma ampla crítica à teoria

19. A passagem do socialismo ao comunismo na proposição marxista será retomada com maior detalhe no Capítulo V, no item *Países comunistas ou socialistas?*.

20. Engels, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Ver Bibliografia.

econômica clássica, fundada por Smith e Ricardo. Daí o subtítulo de sua obra-prima: *Crítica da Economia Política*.

Marx não pretendia fundar uma nova escola de economistas. Em lugar disso, buscou desvendar as contradições do capitalismo, dirigindo as teorias clássicas contra as conclusões de seus próprios autores. Seu propósito era armar a classe operária com a compreensão teórica e política de sua verdadeira situação, da raiz de seus sofrimentos sociais e do caminho para sua emancipação. Como já dito, Marx não se via na posição de profeta ou iluminado, nem pretendia traçar antecipadamente a rota da revolução proletária e da construção do socialismo. Esse traçado seria feito pelo próprio proletariado em seu processo de organização e luta anticapitalista e, especialmente, no combate pela revolução proletária e pela construção do socialismo.

A teoria econômica de Marx – a crítica da Economia Política burguesa – foi a ferramenta teórica que ele pretendeu legar ao movimento operário, para o combate revolucionário que o próprio proletariado deveria travar. Ele dedicou sua vida à duas tarefas que, para ele, se integravam de forma indissolúvel: o armamento teórico e a organização política do proletariado. O crítico da Economia Política é inseparável do fundador e dirigente da Associação Internacional dos Trabalhadores. Esse é o papel que o próprio Marx se atribuiu. E só é possível compreender plenamente sua crítica à Economia Política considerando a finalidade a que ela foi dedicada: contribuir para transformar o proletariado, de uma classe *em si* em uma classe *para si* – consciente, organizada e autora da sua própria história.

Podemos, agora, apresentar a essência da teoria econômica marxista: sua crítica à economia política, que é o conteúdo do próximo capítulo.

A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA DE KARL MARX

A MERCADORIA

A riqueza das sociedades em que predomina o modo de produção capitalista nos aparece como uma imensa coleção de mercadorias, diz a frase de abertura de O Capital. O mundo capitalista vive em função da produção e consumo de mercadorias. Nada mais é produzido para consumo do próprio produtor. Todos os frutos do trabalho social destinam-se ao mercado. O produtor direto (operário ou agricultor) não sabe quem consumirá seu produto. O consumidor não tem relação com o trabalhador que criou o bem ou serviço consumido.

Deve-se sempre considerar que a teoria generaliza, isto é, busca apresentar e explicar as situações mais frequentes e comuns. Posso conhecer uma exceção: compro um produto artesanal do próprio artesão, utilizo serviços pessoais que me são fornecidos pelo próprio prestador (barbeiro/cabeleireiro, profissional liberal, mecânico etc.). Mas os bens e serviços de maior valor econômico, que correspondem à maior parcela do PIB²¹ e ocupam a maioria dos trabalhadores, são

21. Produto Interno Bruto (em inglês, GDP): soma dos valores de todos os bens finais e serviços produzidos em uma economia durante um ano. É a principal medida utilizada para calcular a riqueza gerada em um país.

executados por empresas de todos os portes e os consumidores têm contato apenas com atendentes ou assalariados. Na atualidade, muito desse universo de contatos de consumo ocorre via telemarketing ou internet.

A troca de mercadorias é anterior ao capitalismo, mas esse regime a generalizou e a elevou a um nível nunca antes visto. No quadro da ampla troca de mercadorias, há uma que supera todas as outras por seu uso intenso e sua circulação mais frequente: o dinheiro. Ele surgiu já nas civilizações antigas, enfraqueceu-se na Idade Média europeia e voltou a ter papel-chave com o desenvolvimento do comércio europeu e o surgimento do capitalismo. O dinheiro é necessário para facilitar a troca de mercadorias. Quando essa troca era apenas eventual, *A* podia trocar seu excedente de arroz pelo excedente de feijão de *B*. Essa pequena transação já era complicada (como achar quem tenha feijão excedente e deseje arroz? E como atribuir valores para fazer a troca?), antes de se generalizarem as trocas. Essa generalização seria impossível sem um produto específico aceito por todos e capaz de servir de medida para todos os bens. Muitos produtos foram utilizados como dinheiro (sal, carneiros etc.) desde a Pré-história, até se chegar ao ouro – que predominou por muitos séculos. O ouro passou a ser a principal medida da riqueza social. Sua posse era fortemente disputada. Nos séculos XVI a XVIII, povos indígenas da América espanhola foram escravizados e sacrificados em massa para arrancar ouro das minas do México e Peru e abastecer a Europa. Mais tarde, surgiram moedas nacionais lastreadas em ouro – ou seja,

garantidas pela reserva de ouro de cada governo. O dólar substituiu o ouro entre 1944 e 1971: todas as moedas podiam ser trocadas por dólar e este era conversível em ouro, a uma taxa fixa. Após 1971, nada mais garante as moedas, além da autoridade dos governos que as emitem. Mas elas são geralmente aceitas como o principal meio de troca (compra e venda de mercadorias), bem como medidas de riqueza. Caso as pessoas percam a confiança na moeda nacional, correm para o dólar ou para o ouro. O leitor pode se recordar da corrida ao dólar na Argentina em 2000, que motivou o chamado *corralito*. No *site* 12, o leitor poderá ler o relato daquele dramático período no país vizinho. Já o *site* 13, além de acrescentar detalhes importantes, mostra bem (no seu glossário) o que ocorre quando o dinheiro perde seu atributo fundamental: a confiança da sociedade.

O capitalismo transformou o dinheiro em seu maior fetiche. O sonho mais comum das pessoas é possuí-lo em grandes proporções. Ele constitui a mercadoria mais desejada, porque dá acesso a todas as demais.

Os bilionários listados na revista *Forbes* são as pessoas que possuem mais dinheiro, ou títulos e ativos reais (terras, ouro, mansões, iates etc.) que valem muito dinheiro. Contudo, eles mesmos não estão seguros de conseguirem manter essa posição por toda a vida. Há histórias conhecidas de milionários ou bilionários que perderam parte ou toda a sua riqueza. O capitalismo é imprevisível, instável e compete, por força da lógica concorrencial, os possuidores de dinheiro – os ricos, em geral – a continuamente valorizar a riqueza que possuem, isto é, aumentá-la permanentemente.

E para isso, utilizam grande parte do dinheiro que possuem para gerar mais dinheiro. O dinheiro utilizado com essa finalidade (valorização, geração de dinheiro adicional) se transforma em capital, ao ser aplicado em bens que se valorizam, títulos, ações e, principalmente, em meios de produção.

Somente a produção de mercadorias gera novos valores, de maneira que, nesta atividade, o capital se valoriza ao mesmo tempo em que acrescenta novos produtos à “coleção” que constitui a riqueza social. As demais formas de valorização do capital não são produtivas. Elas compartilham parte do valor adicional gerado na produção de mercadorias (como o banqueiro que emprestou recursos ao capitalista e recebe juros extraídos dos lucros da produção organizada por este último).

Ou, então, criam-se mercados em que se negociam valores fictícios, isto é, falsos (sem base na produção de mercadorias), porém aceitos geralmente pelos operadores do mercado financeiro: aplicadores, corretores, empresas atuantes nesse mercado. Esses operadores creem que os títulos em questão estejam garantidos por ativos reais (bens físicos, ouro). Porém, a tendência do capitalismo é ampliar o volume de títulos muito além da produção real de mercadorias. Em certo momento, a verdade se revela, como na fábula em que o rei está nu. Títulos e ativos perdem valor, empresas quebram, bancos vão à falência. Instala-se então uma crise financeira, que atinge a produção e o emprego. Processos assim ocorreram diversas vezes. Voltamos a vivenciá-los na crise desencadeada em 2007/2008 no mer-

cado financeiro dos EUA e por fim do mundo todo. Estes aspectos serão explicados mais à frente.

Voltando à mercadoria em geral, seu domínio envolve todos os aspectos da vida social e não apenas as relações econômicas. Os valores sociais muitas vezes são medidos por mercadorias. O *status* social do indivíduo é medido pela marca do automóvel, da roupa ou das joias e relógios que usa (ou, ainda, pelo bairro e padrão residencial em que vive). Mercadorias tornam-se símbolos de modos de vida ou de estilos pessoais: jovem, descolado, elegante, respeitável etc. Daí decorre o que Marx chama de *fetichismo da mercadoria*: elas se tornam fetiches, parecem adquirir vida própria, dão ou retiram qualidades aos seus usuários. Muitos passam a vida correndo atrás delas. A maioria, principalmente para sobrevivência: trata-se da “cesta básica” de bens e serviços indispensáveis à vida. Parte considerável busca também os valores e imagens que elas proporcionam às suas pessoas no ambiente social. Uma pequena ascensão social leva famílias a se precipitarem atrás de grifes, marcas e produtos que indicam que “agora podemos”. Não é apenas a busca de conforto (o que é um desejo natural), mas também de *status*, de “mostrar aos outros” (o que é um valor social). A impressão é que as pessoas mudam sua natureza ao usar determinados produtos e marcas ou frequentar e viajar para lugares antes fora do seu alcance. Evidentemente, o contato com novos produtos, novos lugares e culturas pode mudar as pessoas, desde que estimule sua curiosidade, seu desejo de transformar seus valores, de aprender mais etc. O uso meramente consumista não modifica ninguém, mas o fetichismo da mercadoria dá exata-

mente essa impressão: as pessoas são diferentes em função das mercadorias que consomem ou dos lugares que frequentam. Em nossa sociedade, os *shopping centers* são uma clara expressão disso: excluem segmentos sociais inteiros da sua fruição e estratificam-se entre si conforme a localização em bairros mais afluentes ou mais pobres.

O fetichismo das mercadorias impede que as pessoas vejam o que de fato se troca no mercado: o trabalho. Em uma sociedade mercantil, ou seja, voltada à produção de mercadorias, todos buscam no mercado os produtos que satisfaçam suas necessidades. Estes são frutos do trabalho alheio. O mercado é a interação social entre produtores de mercadorias distintas, frutos do trabalho de uns e de outros. O fetichismo bloqueia essa percepção. As pessoas parecem se relacionar com objetos, e não com outras pessoas. É a forma moderna, “civilizada”, do antigo fetichismo dos povos primitivos, que acreditavam nos espíritos da chuva, do sol, das árvores – ou seja, da natureza. Os homens da sociedade dominada pela produção mercantil fetichizaram os produtos de seu próprio trabalho. O celular, por exemplo, parece valioso pelos seus atributos intrínsecos – pelas diversas utilidades que possui. O fato de se tratar do fruto de intenso trabalho de programação e fabricação desaparece, fica apenas o objeto. A relação real entre os consumidores e os analistas, programadores e operários, que tornaram viável esse produto, permanece invisível, substituída pelo fetiche do aparelho que “faz” isso ou aquilo.

O reverso do fetichismo da mercadoria é a *alienação do trabalho*. O trabalhador não possui os meios de produ-

ção, que historicamente foram arrancados dos produtores diretos, pela violência (veremos isso adiante). Ele desconhece quem irá consumir o que está produzindo. Não tem relação alguma com o produto do seu trabalho. Em geral, ele nem sequer produz um item completo, mas apenas um componente de um item em uma linha de montagem. O produto final não possui qualquer valor para ele, pois será utilizado por desconhecidos. A única finalidade de seu trabalho é o salário que lhe permite sobreviver. Isso é o *trabalho alienado*, que se torna mecânico, maçante, repetitivo e sem finalidade, exceto a remuneração no final do mês.

A alienação se generaliza: o trabalhador corre atrás dos bens necessários à sobrevivência sua e de sua família, e passa a maior parte do tempo no trabalho (maçante e repetitivo), ou no percurso entre a residência e a fábrica. Ele não toma consciência do funcionamento da economia: quando há recessão, o desemprego cai sobre sua cabeça como uma praga do céu, sem uma explicação lógica (a não ser a queixa do empresário sobre as perdas da empresa). Em compensação, a experiência do trabalho coletivo e a luta pelas questões imediatas do ambiente de trabalho e pelas reivindicações mais abrangentes sobre salários, jornada etc., quebram a alienação e permitem ao trabalhador ver a si mesmo como membro de uma classe. Aí, porém, ele continua preso às demandas econômicas, à luta pelo aumento de salário ou pela redução da jornada. É preciso que ele se organize politicamente para perceber que sua luta, na verdade, é fruto de um mecanismo de exploração da classe burguesa sobre a classe operária e que somente

a tomada do poder pelos operários pode eliminar os problemas sociais da classe trabalhadora. Esse momento é o da tomada plena de consciência, que não atinge todos os trabalhadores. Em geral, apenas uma minoria a adquire. Em situações de crise ou de grandes conflitos, ocorre um “estalo” e uma parcela maior da classe operária entra em movimento e adquire consciência com a própria luta de classes. É o momento em que o proletariado passa da condição de classe *em si* àquela de classe *para si*.

O VALOR-TRABALHO

Como é definido o valor das mercadorias no mercado, onde elas são compradas e vendidas? Para responder essa questão, Marx partiu da teoria do valor-trabalho enunciada por Smith e desenvolvida por Ricardo. Essa teoria explica os valores das mercadorias pelo trabalho encerrado nelas. Assim, se um computador requer três vezes mais trabalho para ser feito do que uma calculadora, seu valor será o triplo. Essa não era uma *receita* do que *deveria* acontecer: era a *explicação* do que acontece no mundo real do mercado capitalista.

Para que a teoria do valor-trabalho alcance o verdadeiro poder de explicar a realidade, são necessárias algumas definições e precisões importantes. Em primeiro lugar, estamos falando do valor de um produto no mercado, ou seja, de seu *valor de troca*. Mas, para poder ser trocado por algo, o produto tem que ser útil a alguém. Isto é, tem que ter um *valor de uso*. Adam Smith, Ricardo e Marx diferenciavam os dois tipos de valor. O valor de uso não determina

o preço no mercado. Ele apenas cria a possibilidade de um bem ser vendido, porque será útil para alguém. Mas é o valor de troca que indicará o preço desse produto. E o valor de troca é resultado do trabalho encerrado nesse produto. A razão é simples: há uma imensidão de produtos negociados no mercado. Se quisermos comparar seus valores, teremos que encontrar algo em comum entre eles. A única coisa que encontramos em comum entre todos os bens transacionados no mercado é que todos eles são fruto do trabalho humano. Portanto, esse é o único fator que possibilita compará-los e é isso que o mercado faz: compara a quantidade de trabalho existente nos bens, calculada em horas de trabalho. Isso, na verdade, expressa o fato maior de que *o trabalho é o centro da vida social*. Desde que os seres humanos se agruparam, primeiro como caçadores e coletores e depois como agricultores, a atividade essencial de todos os agrupamentos humanos passou a ser o trabalho, como meio de produzir os bens necessários à sobrevivência do indivíduo, da família e do grupo social.

Outra precisão importante: Ricardo – e Marx depois dele – utilizou o conceito de *trabalho socialmente necessário*. Vamos imaginar que um marceneiro leve quatro horas para fazer um armário e duas horas para fazer uma cadeira. Outro marceneiro leva três horas e uma hora e meia, respectivamente. No mercado, o armário e a cadeira do primeiro marceneiro não custarão mais que os do segundo, só porque ele usou mais tempo de trabalho para produzi-los. O que, sim, podemos saber desde já é que o armário custará o dobro da cadeira, independentemente

de qual marceneiro os fabricou. Na média, o tempo de trabalho para fazer um armário é o dobro do tempo usado para uma cadeira e o mercado transforma isso em preços relativos (um armário = duas cadeiras).

Os preços efetivos do armário e da cadeira serão dados pelo tempo médio de trabalho gasto para fazê-los. Isso depende da época e do lugar. Em certo país, em certa época, se observarmos todos os marceneiros (os mais rápidos e os mais lentos), identificaremos uma média de tempo gasto na produção de um armário e de uma cadeira. É esse tempo médio – chamado tempo de trabalho socialmente necessário – que formará o preço do produto no mercado.

Uma última precisão importante é sobre as diferentes qualificações e habilidades profissionais existentes no processo de produção. O trabalho do marceneiro equivale ao do operário altamente especializado em uma indústria automobilística ou aeronáutica? Evidentemente, não. Ricardo solucionou esse problema ao estabelecer uma qualificação média, que se encontra no mercado de trabalho em cada época e lugar. O trabalho mais qualificado que essa média equivale simplesmente a um múltiplo dela. Ou seja, o metalúrgico especializado da Volkswagen ou da Embraer (para tomar dois exemplos) tem um trabalho equivalente, digamos, ao dobro do trabalho do marceneiro, medido em produção física. Transformado em valor, uma hora de trabalho do primeiro equivale a duas horas de trabalho do segundo. Ricardo explica dessa maneira a formação do valor das mercadorias.

Marx segue e aperfeiçoa essa explicação. Ele afirma que o *trabalho concreto* – aquele que possui características espe-

cíficas que o diferenciam dos demais tipos de trabalho – é a fonte do valor de uso. Trabalhos específicos geram produtos específicos, com utilidades diferenciadas entre si. Por sua vez, o *trabalho abstrato* – aquele que pode ser reduzido a um denominador comum, como mostrado acima – gera o próprio valor de troca, ou simplesmente valor. Os valores negociados no mercado baseiam-se no componente que é comum a todos os produtos: o trabalho abstrato, diferenciado em termos quantitativos e não qualitativos. No próprio mercado de trabalho, o que se verifica é a existência de remunerações diferenciadas para trabalhos considerados mais ou menos valorizados, sempre em uma relação quantitativa: múltiplos medidos em moeda. E o que está na raiz dos valores dos produtos no mercado é o trabalho abstrato, a medida comum entre todos os bens e serviços negociados.

Na verdade, o preço final do armário e da cadeira terá que incorporar o preço da matéria-prima usada – suponhamos, madeira – e uma fração do valor dos equipamentos e ferramentas usados na produção, que se desgastam com o tempo. Tudo isso é trabalho já realizado: na produção da madeira e na produção dos equipamentos. Há, portanto, o trabalho direto e o trabalho indireto – aquele realizado anteriormente na produção da matéria-prima e dos equipamentos e ferramentas – na formação final do valor do produto.

A teoria do valor-trabalho é objetiva. Isto é, ela busca a explicação do preço de um produto no próprio produto, ou seja, no objeto de estudo. O que há em comum entre todos os produtos transacionados no mercado é que são frutos do trabalho humano. É esse trabalho, tomado

pela média, que estabelece as relações entre os preços dos produtos no mercado. Mais tarde, quando os defensores do capitalismo reagiram contra a teoria marxista, surgiu uma nova teoria explicativa do valor das mercadorias – a teoria neoclássica ou marginalista. Essa teoria baseia-se na utilidade dos produtos. Como a utilidade é algo que varia de uma pessoa para outra (um leitor pode achar uma cadeira bem mais útil do que outro leitor acha), essa teoria é subjetiva, isto é, o valor não depende do objeto e sim do sujeito, a pessoa que observa e avalia o produto. A maioria dos economistas filia-se à teoria subjetiva do valor-utilidade marginal. Uma minoria de economistas considera mais correta a teoria do valor-trabalho. Entre estes, encontram-se principalmente os marxistas.

Voltando ao valor-trabalho, o trabalho médio necessário para fazer uma cadeira varia em cada época e em cada lugar – ou seja, em cada sociedade específica. Por isso, usa-se a expressão *socialmente necessário*. As habilidades e os instrumentos de trabalho – o que Marx chama de forças produtivas – estão em constante mudança. Em consequência, os valores relativos (isto é, a relação entre valores de produtos distintos) se alteram ao longo do tempo, mas a intervalos mais longos do que as flutuações momentâneas dos preços no mercado.

A observação acima levanta um detalhe importante: os preços efetivos no mercado não coincidem com o valor do produto, dado pela teoria do valor-trabalho. As flutuações da oferta e da procura fazem oscilar os preços. Marx analisou a diferença entre *valor* e *preço*, atribuindo-a às va-

riações dos preços de mercado, determinadas pela oferta e pela procura, e explicou que essas oscilações ocorrem em torno do valor real dos produtos, determinado pela quantidade de trabalho encerrada neles.²²

A FORÇA DE TRABALHO

No reino das mercadorias, existe uma *mercadoria especial*. É a força de trabalho, ou seja, a capacidade física e mental do trabalhador de executar as tarefas necessárias à produção de bens e serviços. Essa mercadoria é especial por duas razões:

Primeira razão: somente o capitalismo industrial foi capaz de transformar a força de trabalho em mercadoria. Até então, o trabalhador não possuía nem seu próprio corpo (época da escravidão, na Antiguidade), ou possuía seus instrumentos de trabalho, embora não fosse livre (época da servidão feudal). O servo medieval tinha uma faixa de terra para usar para si mesmo, embora devesse trabalhar mais tempo para o senhor: seus instrumentos lhe pertenciam. O artesão medieval era livre e possuía a oficina e as ferramentas. Havia assalariados nesse sistema de manufatura artesanal; porém, durante alguns séculos, os assalariados podiam, depois de alguns anos, formar sua própria oficina. Quando essa possibilidade diminuiu,

22. As relações entre valor (o valor-trabalho) e preço (os preços de mercado) tornaram-se motivo de farta literatura entre os marxistas, uma vez que Marx não chegou a conclusões definitivas a respeito. O tema também foi bastante utilizado pelos críticos e adversários do marxismo para assinalar suas incongruências. Não cabe nos propósitos deste livro aprofundar este e outros temas polêmicos da teoria marxista. Deixamos essa tarefa à curiosidade do leitor.

surgiram fortes conflitos sociais nas cidades, reprimidos pelos governos municipais. Não espanta que esses governos sofressem mais a influência dos mestres das corporações artesanais, contra quem os assalariados lutavam. E as razões da luta já eram uma antecipação daquela que os operários industriais travariam séculos depois: salários e jornada de trabalho, maus tratos no ambiente de trabalho e outras semelhantes.

Somente o capitalismo industrial transformou a força de trabalho em mercadoria, cuja venda é a única possibilidade de sobrevivência para uma grande classe de pessoas livres. Como surgiu essa classe especial de pessoas livres, que não possuem nada além de sua força de trabalho para vender a alguém em troca da sobrevivência? Houve muitas causas, mas as principais foram os *cercamentos de terras*, o *desemprego* e a *concorrência das fábricas*. O cercamento foi adotado pelos senhores de terra para produzir lã, quando a inflação assolou os países europeus. A lã tinha mais valor que os produtos agrícolas tradicionais. Para produzi-la, era preciso substituir as plantações por pastagens, cercando a terra e usando muito menos mão de obra. Centenas de milhares de pessoas viram-se expulsas dos campos, onde seus antepassados dispunham de terra e instrumentos de trabalho. A vida dos antepassados era muito pobre, mas estes descendentes caíram na miséria absoluta, dependendo de esmolas ou pequenos furtos – com o risco real de enforcamento por vagabundagem.

O desemprego rural foi reforçado pelo desemprego urbano. A mesma inflação, que empurrava os senhores

a produzir lã, quebrava o pequeno comércio e o pequeno artesanato. Só os grupos econômicos mais poderosos, próximos aos reis absolutistas, tinham proteção por meio de monopólios concedidos pela coroa. Multidões de desempregados urbanos juntaram-se às levas de miseráveis nos campos e nas cidades do interior da Inglaterra. Foram essas multidões que os primeiros fabricantes encontraram disponíveis, dispostas a trabalhos extensos e perigosos por um prato de comida.

Finalmente, os artesãos que haviam resistido a todas as crises passaram a sofrer a concorrência das fábricas, movidas a máquinas. Adam Smith descreveu bem o salto na produtividade do trabalho proporcionado pela mecanização (uso de máquinas), que permite avançar na divisão do trabalho, na qual cada trabalhador executa apenas uma pequena sequência de operações repetitivamente, o que o leva a adquirir maior destreza e velocidade no que faz. A produção diária de dez trabalhadores em uma fábrica de alfinetes, com divisão de tarefas, segundo sua constatação, podia atingir 48.000 unidades. Esse volume era muito maior que a produção de dez artesãos individuais, trabalhando separadamente. Estes não atingiriam sequer a produção de vinte alfinetes por dia, cada um. Não espanta que os preços das fábricas tenham se tornado muito mais baixos. As oficinas ainda existentes foram fechadas e seus proprietários tiveram que engrossar as filas em busca de emprego nas fábricas. Também não é de admirar que os primeiros movimentos de rebeldia dos operários se voltassem contra as máquinas, organizando quebra-quebras

severamente reprimidos com enforcamentos. Esse primeiro movimento operário mostrava a raiva dos antigos artesãos independentes por terem que se submeter à penosa disciplina fabril, devido às máquinas, que permitiram aos capitalistas controlar os mercados. Mais tarde, esse mesmo movimento percebeu que o alvo eram os empresários e não as máquinas. Assim, a Grã-Bretanha foi ao mesmo tempo a *pátria da indústria* e a *pátria dos sindicatos*. Décadas depois, o mesmo processo se espalhou para outros países europeus e, em seguida, de outros continentes.

Essa, portanto, é uma história dura. Os *produtores diretos* – os trabalhadores – foram *destituídos de seus instrumentos de trabalho e de seu acesso à terra*. Os meios para isso foram brutais: expulsão, desemprego, concorrência desigual. Deve-se acrescentar *a escravidão dos povos africanos nas Américas*, com o renascimento do sistema escravista, um milênio depois da queda do Império Romano. O algodão produzido pelos escravos no sul dos EUA abastecia as fábricas têxteis inglesas. E os operários europeus submetidos a enormes jornadas de trabalho e condições terríveis de saúde eram mantidos acordados graças – entre outros – ao café produzido pelos escravos no Brasil.

O reverso desse processo foi a transformação dos meios de produção (ferramentas, edifícios e máquinas) em capital. Ou seja, são produtos do trabalho humano, necessários à produção de outros bens e que permitem aos seus proprietários adquirir mais riqueza com a contratação da força de trabalho para operá-los. Os donos de escravos no Império Romano e os senhores feudais na Idade Média

não operavam assim. Essa multiplicação da riqueza pelo emprego do trabalho humano “livre” a partir da propriedade privada dos meios de produção é *específica do capitalismo* enquanto modo de produção, diferenciando-o dos modos anteriores. O capital é uma *relação social*, sempre renovada. Uma relação entre os *possuidores dos meios de produção* e os *despossuídos desses meios*, que vendem sua força de trabalho aos primeiros em troca de salários, fazendo funcionar os meios de produção para gerar bens e serviços.

Marx descreveu essa história em detalhes, com base em minuciosa pesquisa de documentos. Ele resume todo esse processo em uma frase memorável:

“Se o dinheiro (...) vem ao mundo com uma mancha congênita de sangue numa das faces, o capital vem pingando da cabeça aos pés, de todos os poros, sangue e lama”. “A história de sua [dos trabalhadores] expropriação é escrita nos anais da humanidade em letras de sangue e fogo” (Marx, *O Capital*, volume 1)²³.

Dessa maneira, *a força de trabalho passou a ser uma mercadoria negociada no mercado*. No caso, o mercado de trabalho. Isso só foi possível com a *expropriação dos trabalhadores de seus meios de trabalho*. O que para nós parece absolutamente natural, é produto de uma história brutal e sangüinária. Daí em diante, a burguesia, organizadora das revoluções de sua época (séculos XVII, XVIII e XIX), assumiu o poder e perpetuou essa situação por meio de leis e

23. Cf. Huberman, 1967, p. 173, 174.

também de ideologias que justificam essa realidade: “sempre foi assim”, “de outro jeito não funciona”, “as diferenças sociais são positivas, elas levam as pessoas a se esforçar para subir na vida” etc. A mídia (impresa e eletrônica), as escolas, as religiões difundem essa ideologia e a fazem aceitável pela população.

O capital, propriedade da burguesia, assume duas formas possíveis: a forma dinheiro e a forma mercadoria. A verdadeira criação de riqueza ocorre somente na produção de mercadorias. Nesse caso, o capital-dinheiro é investido na compra de máquinas e instalações, matérias-primas e força de trabalho. O resultado é uma massa de mercadorias que, ao ser vendida no mercado, retorna um acréscimo, um valor adicional ao capital investido. O capital deve ser convertido primeiro em fábricas, máquinas e fazendas, para ser acionado pelo trabalho e gerar mais capital do que o inicial. A utilização da força de trabalho pelo capital é uma passagem forçada para realizar a acumulação do próprio capital. Ocorre que esse capital-mercadoria também é fruto de trabalho humano: máquinas e instalações produtivas são criadas pelos operários. Marx chama-os de *trabalho morto*. O trabalho vivo é então aplicado a eles para realizar a produção de bens e serviços, com o propósito de acumular mais capital. Para se valorizar, o capital passa pela forma-mercadoria (trabalho morto: fábricas e máquinas) para empregar trabalho vivo e aumentar. *O trabalho morto escraviza o trabalho vivo*, escreveu Marx em *O Capital*. Isto só é possível pela compra da força de trabalho no mercado. *Capital é trabalho morto; como um vampiro,*

*somente vive se sugar trabalho vivo; quanto mais vive, mais trabalho suga*²⁴, afirma Marx. Máquinas e matérias-primas paradas se desvalorizam. Sua valorização requer a aplicação de trabalho vivo.

O que ocorre quando o capital – na forma de trabalho morto – contrata o trabalho vivo para se reproduzir? Como ele se valoriza e se acumula de forma crescente? Esse é o núcleo da teoria marxista e se liga às características especiais da força de trabalho. Dissemos anteriormente que a força de trabalho é uma mercadoria especial por duas razões. Já explicamos a primeira delas: nunca antes a força de trabalho havia sido transformada em mercadoria negociada no mercado. Vamos agora à **segunda razão**: a força de trabalho produz um *valor maior que o dela própria*.

Parece estranho? Então saiba o leitor que é aqui que se encontra o segredo da exploração capitalista, segundo Marx. Antes e depois do criador do socialismo moderno, os economistas explicavam – e ainda explicam – que o salário é o pagamento pelo *trabalho* do operário. A descoberta fundamental de Marx começa aqui: o pagamento é feito pelo *uso da força de trabalho*, não pelo trabalho em si, cristalizado nos bens e serviços que a empresa venderá no mercado. Esta descoberta o afastou dos economistas clássicos. As conclusões dela extraídas o levaram a questionar o capitalismo como mais uma sociedade fundada na exploração do homem pelo homem, contrariamente àqueles economistas.

O operário não vende seu trabalho, mas sim sua força de trabalho, sua capacidade física e mental para trabalhar.

24. Cf. Colectivo da Universidade de Berlim, 1978.

Esta é, de fato, a única mercadoria que o trabalhador possui para vender a alguém em troca da sua sobrevivência. Imaginar que ele seja dono do seu trabalho é um erro que pode ser rebatido de duas formas. A primeira é que ele não dispõe de ferramentas, nem instrumentos, nem de local próprio para seu trabalho (referimo-nos ao trabalhador assalariado, empregado de uma empresa capitalista, que é a situação da esmagadora maioria dos trabalhadores no capitalismo). Como poderia, então, apropriar-se do seu trabalho, se esses equipamentos pertencem a outrem? A segunda contestação é de ordem prática. Observe-se uma situação de desemprego, bastante comum em sociedades capitalistas. O que tem agora o trabalhador para vender? Nada. Ele precisa encontrar alguém interessado em sua capacidade de trabalho para sobreviver. Ou seja, é isso, sua força de trabalho, que ele oferece ao mercado. Neste caso, o chamado mercado de trabalho, no qual os capitalistas são os compradores e os trabalhadores, os vendedores. Seria mais apropriado chamá-lo de *mercado de força de trabalho*. Sem procura nesse mercado, os ofertantes – os trabalhadores – nada poderão vender.

Prossigamos. Qual é, então, o valor da força de trabalho? Lembremo-nos de que o valor de qualquer mercadoria é dado pelo trabalho encerrado nela. Qual é o trabalho necessário para produzir a força de trabalho? Para encontrar a resposta, precisamos considerar que a força de trabalho é inseparável de seu proprietário, o trabalhador. *Produzir a força de trabalho significa assegurar a sobrevivência do trabalhador*. Porém, o trabalhador irá morrer um dia. É preciso que uma nova geração de trabalhadores tome o lugar da anterior. Por-

tanto, não basta manter vivo o trabalhador; é preciso que ele se multiplique, mantendo uma família. A força de trabalho precisa ser reproduzida diariamente: o trabalhador necessita se alimentar, vestir-se, repousar e, ainda, criar e manter uma família. O conjunto dos gastos para isso constitui o *custo de reprodução da força de trabalho*. É esse custo que representa o valor da força de trabalho. Ele é medido pelo valor dos bens que o trabalhador precisa consumir ao longo da sua vida útil, para si e para sua família. Basicamente, são os gêneros de primeira necessidade que ele e sua família consomem. Esses gêneros também são produtos do trabalho e o valor deles é medido pelo trabalho que encerram. Somados todos eles, temos o valor da força de trabalho.

E qual é o *valor criado pela força de trabalho*? É o *valor do trabalho do operário*. Ao aplicar sua força de trabalho no processo produtivo, o operário gera um valor novo, superior ao da sua própria força de trabalho. Esse valor constitui o valor de troca do produto, criado pelo trabalhador, no mercado. Porém, ele não é recebido pelo trabalhador. O proprietário dos meios de produção será o dono dos produtos produzidos. O valor da venda desses produtos lhe pertence. Desse montante, ele retira uma parcela para pagar pela força de trabalho e fica com o restante.

Parece que estamos falando de um roubo, não? Vinicius de Moraes²⁵ descreveu bem essa situação: *Loucura! – gritou o patrão. Não vêes o que te dou eu? – Mentira! – disse o operário.*

25. Poeta, diplomata e socialista: assim o "poetinha" (como era chamado por seus parceiros da Bossa Nova) se apresentava orgulhosamente. O poema *Operário em construção*, do qual destacamos esse trecho, é a melhor demonstração de sua opção socialista. Conheça-o no site 14.

Não podes dar-me o que é meu. Porém, nada disso é ilegal; pelo contrário. As leis vigentes nos países capitalistas dão validade a esse mecanismo. Na aparência, há um contrato entre pessoas livres com iguais direitos: o empresário e o trabalhador. O empresário compra a força de trabalho do operário por um salário. O mercado de trabalho regula esse salário, da mesma forma que os demais mercados regulam os preços dos demais bens. Assim, se a força de trabalho se tornar escassa por algum motivo, seu preço – o salário – subirá. Se ela for abundante, o salário baixará. Essas oscilações se dão em torno do verdadeiro valor da força de trabalho: o seu custo de reprodução, constituído pelo valor dos bens necessários à manutenção do trabalhador e de sua família. Os sindicatos são outro fator que interfere no preço da força de trabalho. Mas ele não se elevará muito acima do custo de reprodução da força de trabalho, pois os empresários possuem outros meios para rebaixá-lo (vamos vê-los à frente).

Por que o produto do trabalho pertence ao empresário, e não ao trabalhador que o realizou? A razão é a *propriedade privada dos meios de produção*. Vimos que essa propriedade foi arrancada dos trabalhadores pela violência. Eles foram expropriados, por meio dos métodos descritos anteriormente. Desde então, a classe trabalhadora se vê obrigada a vender sua força de trabalho aos proprietários dos meios de produção para sobreviver. Esse “contrato” não é livre: o trabalhador tem a “opção” de morrer de fome caso não o aceite. O proprietário tem a faca e o queijo na mão – ou melhor, ele tem algo muito melhor: os meios de produção necessários ao trabalho. Nessas condições, o

resultado não é igual: o empresário compra a única mercadoria no mundo capaz de gerar um valor maior que o seu próprio valor e fica com o valor criado por ela.

Na verdade, podemos comparar o trabalhador a um boi²⁶. O consumo de um boi custa menos do que os produtos que ele proporciona. O boi do capitalismo é o operário. A diferença é que o empresário não esquarteja o operário para vendê-lo no mercado com lucro. Ele apenas põe a força de trabalho do operário, pela qual ele pagou, para funcionar e vende os produtos que ela cria, obtendo muito mais do que pagou por ela. E ele pagou por ela o seu verdadeiro valor, isto é, o seu custo de reprodução. No tempo de Marx, alguns ideólogos influentes entre os trabalhadores argumentavam que a exploração consistia em pagar aos operários menos do que valia seu trabalho. Marx demonstrou que isso era equivocado. O capitalista paga o valor correto da força de trabalho, que é o seu custo de reprodução. Claro que alguns pagam abaixo e outros acima. O mercado é desigual, mas na média a força de trabalho é remunerada pelo seu verdadeiro valor.

O valor da força de trabalho se altera ao longo do tempo. Melhorias na produtividade do trabalho tornam mais baratos os gêneros de subsistência e reduzem o custo de reprodução da força de trabalho. Por outro lado, os trabalhadores lutam constantemente para aumentar seu padrão de vida, por meio de greves e negociações salariais e por melhores condições de trabalho. O crescimento da sua

26. Comparação adaptada do professor Arnaldo Lemos, em *Os clássicos da sociologia: Marx*. Ver site 15.

organização fez os trabalhadores aprenderem, em diversos países, a lutar por melhorias legais por meio dos sindicatos e da participação nos poderes legislativos. Com o tempo, essas lutas acrescentam novos padrões de consumo que passam a ser considerados básicos para um trabalhador médio. Em contraposição, períodos marcados por derrotas da classe trabalhadora registram piora nas suas condições de vida. Assim, o custo da força de trabalho é definido por critérios sociais e é histórico por natureza.

Em consequência disso, a produção realizada pelo operário tem duas frações. A primeira é o *trabalho necessário*. É o número de horas de trabalho suficientes para produzir os bens que formam o custo de reprodução da força de trabalho, aqueles que o trabalhador consumirá com sua família, graças ao salário que remunera esse custo. Mas o operário não se limitará a esse tempo de trabalho, pois seu contrato supõe uma jornada maior – em todo caso, sempre maior que o trabalho necessário, equivalente ao seu salário. O número restante de horas gera o *trabalho excedente*. Esse excedente é apropriado pelo proprietário dos meios de produção. Dessa forma, o trabalhador está, na verdade, trabalhando de graça parte da sua jornada. É nisso que consiste, de fato, o mecanismo da exploração. *O produto do trabalho do operário é apropriado pelo capitalista, que lhe paga exclusivamente o valor da sua força de trabalho.*

Essa exploração não decorre da “maldade” individual do empresário, nem do pagamento menor ao operário. Imaginemos um empresário generoso, de bom coração, que decide compartilhar a mais-valia com seus empregados.

Ele terá um retorno mais baixo para o capital que investiu na produção. Seus concorrentes terão uma valorização maior de seu capital e poderão investir em mais máquinas, melhorando a produtividade do trabalho e barateando seus produtos. O empresário “bonzinho” perderá mercado e estará arriscado a fechar a empresa e tornar-se, ele próprio, um assalariado. O capitalista torna-se escravo de seu capital, que precisa continuamente se valorizar. A regra fundamental do capitalismo é descrita nestes termos irônicos por Marx: *Acumulai! Acumulai! Eis a lei e os profetas (O Capital)*²⁷. Quanto ao empresário “mau”, que paga abaixo do mercado ou impõe mais sacrifícios aos seus empregados, provavelmente sofrerá perda dos melhores trabalhadores e sua produtividade será mais baixa que a média. Pode sobreviver, mas dificilmente se tornará um líder de mercado.

Dessa forma, a exploração – apropriação de trabalho não pago – é fruto do funcionamento normal do modo de produção capitalista. Só a abolição da propriedade privada dos meios de produção pode alterar esse mecanismo, superando-o.

O trabalho excedente só se transforma em valor apropriável pelo empresário quando o produto é vendido no mercado. Dessa forma, surge o último elemento-chave da análise marxista do regime capitalista.

A MAIS-VALIA

Esta é a concretização do trabalho excedente, em termos de valor, ou seja, recebida em dinheiro pelo proprietá-

27. Cf. Colectivo da Universidade de Berlim, 1978.

rio dos meios de produção. O nome vem da sua origem: a mais-valia é o valor adicional criado pela força de trabalho, valor apropriado pelo capitalista. O *valor final do produto* se compõe do *valor das matérias-primas, peças etc.*, e da *parcela do valor das máquinas consumido na produção* (lembremo-nos de que esses outros itens são frutos do trabalho realizado em uma etapa anterior); *do valor da força de trabalho*; e da *mais-valia*, que corresponde ao trabalho excedente. Assim, depois de pagar o valor da força de trabalho, das matérias-primas e do desgaste das máquinas, o empresário disporá da mais-valia em suas mãos. Essa mais-valia terá uma parcela distribuída para outros empresários, por meio do pagamento dos juros de financiamentos bancários e do aluguel da terra ou do edifício onde a empresa funciona (caso não seja próprio). Há ainda os serviços comerciais, de transporte, publicidade etc. Todos esses pagamentos provêm da mais-valia gerada na produção. Ou seja, o empresário industrial dividirá uma porção da mais-valia, criada pelos trabalhadores que ele emprega, com o banqueiro, com o proprietário da terra (ou do imóvel) e com os empresários fornecedores dos serviços acima citados. Isto é, com outras frações da burguesia. Há, ainda, os impostos pagos ao governo. Finalmente, resta uma parcela que é o lucro da empresa. Parte dele será reinvestida no negócio ou em outros negócios e parte será a renda individual do empresário, que a consumirá.

Vemos, assim, a enormidade das atividades movimentadas pela mais-valia, que representa o trabalho excedente do operário, transformado em dinheiro pela venda da produção no mercado. A mais-valia concretiza a exploração do

trabalho do operário pelo capitalista, na forma monetária (em dinheiro).

A realização efetiva da mais-valia depende da venda dos produtos no mercado. Só assim o capitalista recebe o valor monetário correspondente ao trabalho encerrado nos produtos da sua empresa. Desse valor ele extrai a mais-valia, após pagar a força de trabalho. Mas essa venda não é garantida de antemão, como veremos.

ACUMULAÇÃO E REPRODUÇÃO AMPLIADA DO CAPITAL

Até aqui, observamos o empresário e o trabalhador de forma isolada ou em uma empresa. Um olhar de conjunto é necessário para compreender a essência do capitalismo. O desenvolvimento da produção de mercadorias em alguns países trouxe como consequências a urbanização, a capitalização da agricultura (que passou a produzir alimentos e matérias-primas para o mercado urbano e industrial), o desenvolvimento dos transportes, dos bancos, das comunicações, os serviços públicos e inúmeras atividades de apoio à indústria.

Além disso, o capitalismo cuidou de estender seus mercados mundo afora. Primeiro a Grã-Bretanha, pioneira no novo modo de produção, depois os países que se industrializaram ao longo do século XIX, alargaram seu raio de ação à escala planetária. Em princípios da segunda metade do século XIX, a China e o Japão foram bombardeados por navios britânicos e norte-americanos para abrirem

seus mercados aos produtos daqueles países. Ferrovias inglesas cortaram a Índia, a Argentina, o Brasil e outros países. Colônias na África e Ásia foram criadas pelas novas potências emergentes na segunda metade do século XIX, ao lado da Grã-Bretanha com seu grande império colonial. Países recentemente emancipados, como o Brasil e nossos vizinhos latino-americanos, tornaram-se economicamente dependentes do capital britânico e, mais tarde, de outros países capitalistas avançados.

Vamos examinar o processo de produção no âmbito de um país. À medida que ele se amplia, parcelas cada vez maiores da população se tornam assalariadas: operários industriais, assalariados rurais em fazendas capitalistas que produzem para o mercado urbano, trabalhadores em serviços privados e públicos. No outro extremo estão os capitalistas: industriais, fazendeiros, banqueiros, empresários dos transportes, do comércio e de outros serviços. A massa da mais-valia gerada pelos trabalhadores na produção capitalista é distribuída entre essas frações da burguesia. Parte é consumida e parte é reinvestida para acumular mais capital.

Como já dito, o capitalista não tem escolha senão perseguir sistematicamente a valorização de seu capital, sob o risco de ser banido da própria condição de capitalista e tornar-se um assalariado. Em nossos dias, poderíamos acrescentar: ou um executivo ou consultor de empresários e grupos industriais, o que não deixa de ser uma dependência do capital que o contrata. Dessa forma, cada capitalista se engaja cada vez mais na extração da mais-valia. Se olhar-

mos o processo de produção capitalista como um todo, observaremos uma sucessão de ciclos produtivos. Cada ciclo representa o período em que o dinheiro inicial, investido em meios de produção e força de trabalho, deu origem à produção de mercadorias, estas foram vendidas a seguir no mercado e o dinheiro retornou em maior montante às mãos do capitalista, graças à mais-valia produzida pelos trabalhadores e realizada no mercado. Ao final de cada ciclo, o capital torna-se detentor de um volume crescente de meios de produção – máquinas, instalações, matérias-primas – que serão utilizadas no próximo ciclo para prosseguir o processo de valorização. Já os trabalhadores, no final de cada ciclo, voltam para casa com o salário do mês – a remuneração pelo uso de sua força de trabalho pelo capitalista. O capitalista consome uma fração da mais-valia e reinveste a outra. Ao final de certo período – certo número de ciclos produtivos –, ele terá consumido o equivalente à maior parcela do capital original e estará de posse de um novo capital, constituído essencialmente do trabalho não pago de seus empregados. Enquanto isso, o trabalhador despende integralmente seu salário em bens de consumo. Quando cada um desses dois grupos sociais opostos conclui seu processo de consumo, observamos um fortalecimento do capital, na forma de mais meios de produção aptos a comprar e explorar a força de trabalho, meios estes resultantes da apropriação da mais-valia pelos empresários. De outro lado, encontra-se uma classe trabalhadora novamente despossuída de tudo e necessitada da venda de sua força de trabalho para continuar a subsistir. A massa de riqueza criada pelos trabalhadores se opõe a

eles como uma força exploradora – o capital – que, a cada ciclo, renova a dependência desta classe em relação a ela.

O leitor deve relembrar a origem do capital, descrita anteriormente: a acumulação primitiva. Os meios violentos de expropriação dos trabalhadores de seus meios de produção, citados anteriormente, deixaram de ser a fonte principal de geração de riqueza. No seu lugar, a chave para a valorização do capital passou a ser o processo de produção capitalista, por meio da extração da mais-valia. Desse modo, a expropriação primitiva é renovada ao manter-se a força de trabalho ligada exclusivamente ao salário de subsistência e, portanto, dependente por toda a vida do capital para sobreviver.

Essa dependência se agrava quando o capital organiza a produção no interior da fábrica, incorporando novas tecnologias. Veremos melhor esse assunto no próximo item. Entretanto, adiantamos um de seus elementos principais: a extrema fragmentação das operações produtivas, que torna o trabalhador um mero repetidor de operações parciais em um processo produtivo complexo. Esse trabalhador parcelar só é capaz dessa operação singular, na qual se adentra ao longo do tempo. Mesmo quando o capital despende recursos para o adestramento desse operário (recursos que contam também como custo de reprodução da força de trabalho, com seu grau de qualificação e capacitação técnica), ele busca apenas aperfeiçoar aquela operação parcial. A característica dos antigos trabalhadores artesanais, que dominavam todo o processo de manufatura, perdeu-se no processo de industrialização capitalista.

Os economistas pró-capitalistas explicam que esse fracionamento da atividade produtiva é inevitável e benéfico, pois aumenta a produtividade. Trata-se de meia verdade. Efetivamente, o aumento da produtividade resulta da divisão técnica do trabalho, como explicado por Adam Smith. Isso, porém, não implica que o trabalhador deve se especializar a tal ponto que só se torne útil para aquela operação simples que ele realiza. Trabalhadores polivalentes e multitarefa são um mote da administração moderna, mas são uma espécie raríssima nas indústrias capitalistas reais. Ao capital interessa tão somente extrair o máximo de mais-valia. Para isso, é desnecessário que os empregados sejam capazes de compreender e interferir no processo produtivo inteiro. Essa compreensão e essa interferência passam a ser atribuídas a pequenos grupos de especialistas, engenheiros e administradores, que exercem a supervisão e o planejamento em nome dos capitalistas.

Com a divisão interna das operações, o capital mata muitos coelhos com uma cajadada só. Primeiro, separa o trabalho manual do intelectual. O trabalhador não tem que pensar, mas apenas repetir inúmeras vezes a mesma operação. O pensar torna-se atribuição de especialistas situados no topo da estrutura produtiva, mais bem pagos e estimulados a se identificarem com o capital e não com a força de trabalho. Eles compartilham a visão do capitalista, de que os trabalhadores são apenas um “fator de produção” de igual importância que as máquinas. E buscam todos os meios de fazer esse “fator de produção” comportar-se de forma tão previsível quanto as máquinas.

Reforçam, assim, o caráter alienado do trabalho manual, mencionado anteriormente – e a sua própria alienação, que os cega quanto ao papel-chave do trabalho na criação de valor e os torna escravos ideológicos do capital.

A segunda consequência da extrema fragmentação do processo produtivo é exatamente o que foi dito antes: a dependência crescente dos trabalhadores em relação ao capital. Ao se especializarem em tarefas parcelares sempre mais limitadas, os trabalhadores perdem – ou nunca atingem – a polivalência que lhes permitiria uma flexibilidade maior no mercado de trabalho, ou até se estabelecerem por conta própria. Um exemplo disso foi dramaticamente claro no Brasil nos anos 1990: a reengenharia aplicada nas fábricas, o enxugamento das operações e a terceirização, além de gerarem desemprego (como veremos no item seguinte), levaram as empresas a estimular os trabalhadores a se organizarem por conta própria para prestarem os mesmos serviços, porém como pessoas jurídicas distintas. Para as empresas, foi uma forma de redução de custos e encargos trabalhistas, sem abrir mão da especialização já adquirida pelos seus ex-empregados. Para estes, a dependência do antigo empregador tornou-se uma maldição. Muitos sofreram consequências muito negativas quando os ex-patrões, agora clientes, reduziram as encomendas, seja devido à recessão, seja porque diversificaram suas fontes, contrariando as promessas feitas na ocasião do desligamento dos empregados.

O exemplo acima, mais próximo da nossa realidade, serve apenas de ilustração do que Marx identificou em *O*

Capital. Evidentemente, todos esses fatores sofrem contrapostos. Marx desenvolve sua análise econômica sempre apoiada no método dialético, assinalando os processos contraditórios que compõem a produção capitalista. Primeiramente, nem todos os especialistas no planejamento da produção são efetivamente atraídos pelo capital, a ponto de deixarem de se ver como integrantes da classe trabalhadora. Sem dúvida, essa é a regra, mas há exceções. Por outro lado, os trabalhadores lutam para adquirir mais habilidades e competências que aquelas limitadas, obtidas no processo específico de produção de que participam. Essa luta deu origem a demandas sociais por educação profissionalizante e requalificação de trabalhadores demitidos e também à negociação de acordos com empresas para ampliar o acesso à qualificação, ou para definir regras de distribuição de tarefas. Ou seja, embora a luta de classes no interior das fábricas se concentre nos salários e na jornada de trabalho, que são os pontos mais comuns e abrangentes, ela também incorpora outros elementos, decorrentes do próprio processo produtivo definido pelos capitalistas para ampliar a valorização do capital. Novamente, aqui se descrevem processos ocorridos mais recentemente, que confirmam a análise de Marx.

Além disso, nota-se que, em determinados momentos, os próprios capitalistas passam a requerer maior interação entre os trabalhadores, em função de necessidades da tecnologia produtiva. Nos anos 1990, a aplicação de novas tecnologias à produção, possibilitando maior flexibilidade à definição dos produtos e de suas características, deu

origem às células de produção. Em grandes empresas, especialmente no setor metal-mecânico, esse método de organização da produção levou a maior integração entre equipes de trabalhadores, com maior autonomia em suas atividades. Tratava-se de aumentar a produtividade, o que é vital para ampliar a acumulação de capital (com extração de maior proporção de mais-valia). No entanto, o alcance desse processo é limitado pela organização da produção em moldes capitalistas: o planejamento e gestão do conjunto das operações permanece atributo de especialistas em número diminuto, separados da produção; ademais, os trabalhadores envolvidos nesses processos mais avançados são apenas uma parcela dos envolvidos no processo completo.

A realidade é que essas empresas terceirizam muitas das atividades anteriores a outras empresas, que fazem o mesmo em relação a outras, e assim sucessivamente. Na extremidade final (na verdade, inicial) do processo encontram-se pequenas e microempresas, ou até organizações informais, como a produção familiar, que fornecem itens de menor valor agregado, mas essenciais à continuidade do processo. Assim é que o toyotismo, tão decantado nos anos 1980 e 1990, quando o Japão parecia ser o novo paradigma produtivo do capitalismo mundial, incorporava pequenas economias familiares que produziam matérias-primas e artigos com uma primeira transformação mais simples, passando depois por uma sequência de empresas de porte crescente, que agregavam itens parciais cada vez mais elaborados, até chegar à grande montadora, em regime de alta tecnologia e organização avançada da produção. Isto é, o fracionamento do trabalho já não se

limita ao interior de uma empresa, mas estende-se a uma cadeia produtiva inteira. O essencial do processo descrito por Marx se mantém, sob formas “pós-modernas”. Além disso, houve disputas no interior das grandes empresas para decidir quem participaria das próprias células de produção. Estas tornaram-se, assim, um atrativo (para os empresários) motivador de competição entre os próprios trabalhadores.

Aliás, a competição entre os trabalhadores é um mecanismo muito utilizado pelos empresários para assegurar a extração do máximo possível de mais-valia. Ela é acentuada pela extrema fragmentação da produção; pela própria localização segregada entre distintos grupos de trabalhadores, com funções diferenciadas na produção; e com a atração das parcelas mais bem remuneradas pela administração das empresas. Na linguagem da administração empresarial, privilegiam-se os que mais “vestem a camisa” da empresa, isto é, se identificam com o capital.

No interior da própria força de trabalho, o capital realiza mais segmentações. Os grupos de menor qualificação, executores das tarefas mais simples e repetitivas, são a base; seguem-se grupos de especialização crescente, cujo processo de qualificação representa gastos adicionais e integra seu custo de reprodução. Estes segmentos correspondem à escala salarial da empresa. Tudo é feito para diferenciá-los quanto a salários, benefícios, acesso a oportunidades de treinamento, promoções etc.

O reverso disso – a dialética sempre está presente em Marx – é o esforço dos próprios trabalhadores para suplantarem essa divisão e fragmentação. O sindicato é o maior

instrumento de união dos trabalhadores de uma fábrica e de um conjunto de empresas em uma região ou país. Ele desenvolve pautas de reivindicações unificadas, constrói a solidariedade entre as diversas frações da classe trabalhadora e permite que ela se veja como classe. Os setores com maior consciência de classe não formam somente a liderança dos sindicatos: eles vão além e constituem embriões de um partido operário, que luta pela tomada do poder pela classe trabalhadora organizada. Os passos que vão da alienação plena à consciência sindical (econômica) e, finalmente, à consciência política pavimentam a transformação do proletariado, de classe em si em classe para si, ao longo de processos históricos complexos, envolvendo, a cada etapa, camadas menores ou maiores da classe.

Desse modo, os capitalistas, em seu esforço para ampliar a mais-valia extraída dos proletários, impõem novas divisões dentro das empresas, entre trabalho intelectual e manual e entre frações mais e menos qualificadas dos trabalhadores. Elas se projetam para todas as cadeias produtivas, com a diferenciação das empresas entre os diversos escalões da produção – dos mais avançados aos mais primitivos ou básicos, com impacto direto nas diferentes condições de vida e trabalho dos operários de um e de outro escalão. A mesma cisão atinge o conjunto da classe trabalhadora, entre a força de trabalho empregada e os desempregados – um grupo pressiona contra o outro, em prejuízo de ambos. Finalmente, o processo culmina na divisão internacional do trabalho: o capital estrutura a economia mundial sobre a base da concorrência intercapi-

talista e da busca incessante de valorização, internacionalizando a produção e o consumo. Aos países retardatários impõe-se o papel de fornecedores de matérias-primas e receptores de bens industrializados. No século XX, alguns deles – como o Brasil – puderam criar indústrias leves e até mais avançadas, sempre dependentes das máquinas mais modernas, das tecnologias de ponta e dos serviços mais sofisticados, monopolizados pelos países avançados. Nas palavras do escritor uruguaio Eduardo Galeano²⁸:

“É a continuação da era colonial, numa escala jamais vista. Os pobres do mundo seguem cumprindo sua função tradicional: proporcionam braços baratos e produtos baratos, ainda que agora produzam bonecos, tênis, computadores ou instrumentos de alta tecnologia, além de produzir, como antes, borracha, arroz, café, açúcar e outras coisas amaldiçoadas pelo mercado mundial.”

Logo, sob o capitalismo, generaliza-se o trabalho assalariado em escala planetária, porém em condições mais precárias nos países atrasados. E, no cômputo geral, esses processos realimentam a dependência do proletariado e da população mundial em relação ao capital.

Em contraposição, a tendência à organização e ação conjunta dos trabalhadores se volta contra essa divisão e fragmentação e aponta para o fim da exploração da força de trabalho mediante a apropriação, pelo capital, do trabalho não pago, na forma de mais-valia. O caminho

28. *Os direitos dos trabalhadores: um assunto para arqueólogos?* Ver site 16.

da transformação do proletariado em classe para si representa a reconstituição da classe enquanto totalidade, confrontando o fracionamento, a segmentação e as divisões impostas pelo capital. Uma vez que o fracionamento e a divisão ocorrem na fábrica, no conjunto da indústria, no país e no mundo, o caminho oposto de reunificação do proletariado abrange a organização no local de trabalho, o sindicato, o partido operário e a Internacional.

CONCORRÊNCIA, TENDÊNCIA À QUEDA DA TAXA DE LUCRO E CRISES PERIÓDICAS

Enquanto os economistas clássicos viam o capitalismo como o melhor dos mundos, Marx assinalou suas contradições internas, que o levariam a crises periódicas. O primeiro fato gerador das crises capitalistas é a concorrência entre os capitais. A arma dos capitalistas é investir em tecnologia: máquinas mais modernas e em maior quantidade aumentam a produtividade do trabalho.

Ocorre que a mais-valia é obtida a partir do uso da força de trabalho. À medida que a fração do capital destinada às máquinas aumenta, a fração destinada à força de trabalho diminui (em termos absolutos ela pode aumentar, porém menos que o capital total da empresa). A taxa de lucro – a relação entre o lucro e o capital total – tenderá a cair, pois as máquinas não proporcionam mais-valia ao empresário que as utiliza. Elas geraram mais-valia ao empresário cuja empresa produziu as máquinas, graças à força de trabalho

empregada para produzi-las. Essa mais-valia já se realizou na venda das máquinas. O empresário que as comprou não obterá mais-valia delas, mas apenas da força de trabalho que contratar para operá-las. E essa força de trabalho representa uma fração decrescente do capital total da sua empresa, já que ele está investindo mais em máquinas. Ao final, a taxa de lucro tende a ser menor que antes. Esse é um círculo vicioso: a nova tecnologia busca enfrentar a concorrência, mas o resultado final são taxas de lucro em queda (o valor absoluto dos lucros pode aumentar, mas sua proporção em relação ao capital total decresce). Como os lucros totais podem crescer, a tendência à queda da taxa – a porcentagem do capital total representada pelos lucros – demora a ser percebida ou se tornar um problema. Além disso, a tendência à queda da taxa de lucro não se manifesta para cada capitalista individualmente e sim para o conjunto da classe capitalista, em determinados momentos. O capitalista individual tem um primeiro momento de vantagem sobre os demais, pois produzirá mais (ou melhor) com a nova tecnologia. Só quando muitos tiverem adotado a tecnologia inovadora, se verificará uma tendência geral à queda da taxa de lucro.

Explicando com os termos usados por Marx: a concorrência entre os capitalistas leva à aplicação de mais tecnologia e, portanto, a uma participação maior do capital aplicado em máquinas do que a do capital destinado ao pagamento da força de trabalho. Este último capital é chamado de *capital variável* por Marx, pois é ele que gera mais-valia e, portanto, aumenta seu montante no processo produtivo. O capital fixo (máquinas) e circulante (matérias-

-primas, combustível, energia), é chamado de *capital constante* na obra de Marx. Seu montante não aumenta durante o processo produtivo. A concorrência intercapitalista, que faz os empresários comprarem máquinas cada vez mais modernas, leva a investimentos crescentes no capital constante. Assim, este aumenta mais que o capital variável. Marx denomina esse processo de *aumento da composição orgânica do capital*. Ao final, ele leva à queda da taxa de lucros, uma vez que a fonte dos lucros é a mais-valia. E somente o capital variável produz mais-valia, já que se destina a pagar a força de trabalho, criadora do trabalho excedente.

Outra razão para a queda da taxa de lucro é a luta dos trabalhadores para aumentar seus salários ou reduzir sua jornada de trabalho. A luta de classes, portanto, interfere no funcionamento do mecanismo da mais-valia. Os assalariados procuram avançar sobre a mais-valia que eles mesmos criaram por meio do trabalho excedente.

Na verdade, a queda da taxa de lucro resulta das duas formas de extração de mais-valia pelos empresários: a *mais-valia relativa* e a *mais-valia absoluta*. Mais-valia *relativa* é obtida exatamente com a adoção de mais máquinas. O aumento da produtividade do trabalho faz cair o tempo de trabalho necessário, aumentando o trabalho excedente. Como vimos, ao final, isso acaba reforçando a queda da taxa de lucro.

O desemprego pode ser outra causa da queda dos lucros, ao reduzir o mercado consumidor. Porém, ele também demora a se mostrar claramente, porque o trabalho direto poupado nas empresas que investiram em máquinas é parcialmente compensado no aumento do emprego nas empresas produ-

toras de máquinas. Mas, ao final, o mecanismo de redução da taxa de lucros e da redução do emprego se manifesta.

O segundo mecanismo é mais direto: mais-valia *absoluta* significa fazer os trabalhadores trabalharem mais, aumentando a duração de sua jornada de trabalho ou intensificando o ritmo da produção. O aumento é integralmente representado pelo trabalho excedente – que se transforma em mais-valia com a venda dos produtos. Outra forma de arrancar mais-valia absoluta é diminuir os salários, reduzindo o nível de vida dos trabalhadores.

Recente declaração de um grande empresário brasileiro, vice-presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), deu atualidade marcante à análise de Marx sobre a necessidade permanente dos capitalistas de aumentar a duração da jornada de trabalho. Benjamin Steinbruch, presidente da CSN e do Grupo Vicunha, defendeu a “flexibilização” do horário de almoço para até 15 minutos, o que, segundo ele, poderia beneficiar o próprio trabalhador, além, obviamente, do empresário (veja na *site* 17). No Livro Primeiro de *O Capital* (O processo de produção do capital), terceira secção: A produção da mais-valia absoluta, Marx relata: “*as Factory Acts* (Leis Fabris) inglesas (...) refreiam o ímpeto do capital na sucção desmedida da força de trabalho pela limitação violenta do dia de trabalho pelo Estado, e precisamente por parte de um Estado que o capitalista e o *landlord* (proprietário rural) dominam. Abstraindo de um movimento operário crescente, cada dia mais ameaçador, a limitação do trabalho fabril foi ditada pela mesma necessidade que lançou o guano (adubo) nos campos ingleses. A mesma rapacidade cega

que, num caso, havia esgotado a terra, atacava pela raiz, no outro, a força vital da nação. Epidemias periódicas eram aqui tão eloquentes como a estatura decrescente de soldados na Alemanha e na França.” E, diante das burlas constantes dos empresários, Marx citava: “*Estes ‘pequenos roubos’ do capital ao tempo da refeição e ao tempo de descanso dos operários também os inspetores fabris designam como ‘petty pilferings of minutes’, (furtos mesquinhos de minutos), ‘snatching a few minutes’ (surripiar de minutos) ou, como lhe chamam tecnicamente os operários, ‘nibbling and cribbling at mealtimes’ (mordiscando e peneirando na hora das refeições)*”.²⁹

É fácil perceber que a mais-valia absoluta representa uma violência mais direta sobre a classe trabalhadora. Isto é facilitado quando a luta operária foi derrotada, seus líderes estão presos ou seus sindicatos foram desmoralizados por uma grande derrota. A implantação do fascismo na Alemanha, na Itália e em outros países nos anos 1930, ou a imposição de ditaduras militares na América Latina nos anos 1960 e 1970 tiveram esse significado. Os direitos trabalhistas e a legislação sindical e salarial foram mais severos e a repressão impediu por algum tempo a reação dos trabalhadores³⁰. Outra conjuntura em que isso pode ocorrer é em uma crise econômica: o desemprego desmoraliza os trabalhadores e dificulta a luta sindical por melhores

29. Leia no site 18

30. A relação entre os fascismos europeus e as ditaduras dos anos 1960/1970 na América Latina é exemplificada pela legislação trabalhista brasileira. A CLT foi criada por Getúlio Vargas em 1943, no comando de um regime simpatizante do fascismo. Seu modelo era a *Carta Del Lavoro* (Carta do Trabalho) de Mussolini. A ditadura militar (1964-1984), décadas depois, não precisou alterá-la. Ela usou abundantemente os mecanismos repressivos contidos na própria CLT: intervenção nos sindicatos, cassação de mandatos sindicais, proteção às diretorias “pelegas” (capachos dos patrões), ao lado da repressão às oposições sindicais.

salários. Nova situação a permitir a extração de mais-valia absoluta ocorreu no final dos anos 1970 e início dos 1980, com a ascensão do neoliberalismo. Os direitos trabalhistas e previdenciários passaram a ser acusados de causadores da crise econômica da época, que combinava estagnação econômica com inflação. Tornaram-se os vilões da história e passaram a ser reduzidos em todo o planeta.³¹ Não é casual que Steinbruch tenha formulado publicamente sua proposta de redução do horário legal de repouso ou refeição em momento de agravamento da crise econômica brasileira (no final de 2014). Em situações desse tipo, os capitalistas se sentem mais fortes para pressionar os trabalhadores a abrir mão de seus direitos em nome da “competitividade”, que seria o único meio de evitar a perda dos empregos.

Cabe dizer que há forte relação entre a mais-valia relativa e a absoluta. Nos países industrializados, a classe operária realizou grandes lutas pela limitação da jornada de trabalho (ou seja, para limitar a extração de mais-valia absoluta). Em compensação, a concorrência intercapitalista seguiu impulsionando o desenvolvimento tecnológico e o aumento da produtividade (extração de mais-valia relativa). Mas, à medida que a tendência à queda da taxa de lucro se manifestava, com a generalização das novas tecnologias e a perda da vantagem dos empresários inovadores, era comum a pressão pelo aumento da intensidade do trabalho (retorno à extração de mais-valia absoluta). Essa pressão torna-se mais fácil com o uso das próprias má-

31. Ver sobre isso o excelente artigo de Eduardo Galeano, citado anteriormente (*site* 16).

quinas para acelerar a atividade dos trabalhadores³². Daí resultou a luta dos sindicatos contra a intensificação do trabalho e pela negociação das mudanças internas às empresas, decorrentes da implantação de novas tecnologias. Assim, mais uma vez, a luta de classes se faz presente na produção, a cada momento e em cada época.

Vimos que o desemprego também pode aumentar devido ao aumento do uso de máquinas pelos empresários. Existe uma compensação no aumento do emprego nas indústrias que produzem as máquinas. Mas estas indústrias são, elas mesmas, muito enxutas; para vender equipamentos caros, os industriais buscam o máximo de produtividade e, portanto, o menor custo possível. A compensação, assim, não é total, porque os segmentos que compraram máquinas eram menos produtivos do que os que vendem as máquinas. Na linguagem técnica da economia, eram mais intensivos em trabalho, enquanto os produtores de máquinas são mais intensivos em capital. Ao longo do tempo, a substituição de mão de obra por máquinas vai gerando um alargamento do desemprego, compensado apenas parcialmente pelas contratações nas indústrias de bens de capital (máquinas). Forma-se dessa maneira o que Marx denomina *exército industrial de reserva*: aquela fração da classe trabalhadora que está desempregada e permite aos patrões forçarem os salários para baixo.

Diga-se, de passagem, que esse processo acentua a dependência dos trabalhadores em relação ao capital. Este, em

32. Essa aceleração ditada pelas máquinas (sob comando do capital) é mostrada em diversos filmes, entre eles dois clássicos: *Tempos Modernos*, de Charles Chaplin (que também ilustra o citado "almoço flexível" de Steinbruch), e *A Classe Operária vai ao Paraíso*, de Elio Petri.

seu processo de valorização, gera a demanda pela força de trabalho, que depende dela para sobreviver; mas também afeta a própria oferta de força de trabalho. Com efeito, ao dispensar trabalhadores com base na incorporação de novas tecnologias para enfrentar a concorrência, o capital amplia a oferta de força de trabalho e força seu preço – o salário – para baixo. Essa é mais uma fonte de conflito com os sindicatos, que há muito aprenderam a não lutar diretamente contra o desenvolvimento tecnológico, mas, em vez disso, exigir negociações sobre seu ritmo de implantação, o nível de emprego decorrente, os salários, a qualificação e requalificação e as demissões. Nem sempre, porém, o resultado é favorável. É preciso nunca esquecer que os capitalistas contam, a seu lado, com leis, governo, justiça e imprensa.

A esta altura, faremos uma pausa para resgatar uma famosa previsão de Marx, questionada inúmeras vezes como irreal pelos adversários do marxismo. Trata-se da tendência à pauperização crescente das massas trabalhadoras, em contraponto à acumulação da riqueza nas mãos dos capitalistas, que formam uma diminuta fração da sociedade. Economistas de todos os matizes ideológicos assinalaram, com insistência, que a evolução do capitalismo, especialmente na segunda metade do século XX, desmentiu esse prognóstico, levando ao bem-estar social. Em muitos casos, deformou-se a afirmação de Marx, como se ele tivesse predito uma queda real de padrão de vida dos trabalhadores enquanto durasse o capitalismo. Na verdade, Marx afirmou que, graças à combinação entre a mais-valia absoluta e a relativa, a participação da classe trabalhadora na

riqueza social tenderia a cair. Isso pode ocorrer ainda que os salários se elevem e o padrão de vida melhore. O fato é que a riqueza apropriada pela burguesia tende a crescer em maior proporção, aumentando a desigualdade social.

As réplicas à afirmação de Marx podem ser desmentidas, em primeiro lugar, com suas próprias ressalvas: *É a lei geral absoluta da acumulação capitalista e, como todas as outras leis, é modificada no seu funcionamento por uma série de circunstâncias (O Capital)*.³³ Sempre dialético, Marx explica que toda lei ou tendência sofre contrapressões que a confrontam. Desse choque e da força relativa dos polos contrários se definirá em que medida a lei ou tendência específica se reforçará, atenuará ou será bloqueada, ainda que temporariamente. A luta de classe do proletariado sempre confrontará essa tendência imanente do capital, de concentrar a renda e a riqueza nacionais.

Em segundo lugar, durante três décadas após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o capitalismo viveu uma Era de Ouro, com o surgimento do Estado de Bem Estar Social em cerca de 20 países avançados. Na verdade, como veremos à frente, foram a devastação causada por duas guerras mundiais e uma terrível depressão – frutos do capitalismo – e a vigorosa luta de classes travada pelos trabalhadores no pós-guerra, que possibilitaram esses avanços sociais. Durante os Anos Dourados, as empresas sediadas nos países avançados lançaram-se à criação de subsidiárias e filiais em nações com salários mais baixos, leis ambientais mais fracas ou inexistentes e governos receptivos e dóceis

33. Cf. Colectivo da Universidade de Berlim, 1978.

ao capital estrangeiro. Buscavam assim compensar a queda das taxas de lucro nos seus países de origem, devido ao crescimento da composição orgânica do capital, resultante do desenvolvimento tecnológico; e às conquistas sociais, trabalhistas e previdenciárias, financiadas, seja diretamente pelas empresas, seja por tributos que afetavam os segmentos sociais mais ricos. Entretanto, já a partir de 1979, sob a liderança dos EUA e da Grã-Bretanha, foi lançada a ofensiva neoliberal, de ataque direto àquelas conquistas, piora das condições de trabalho (flexibilização, redução de direitos etc.) e redução dos impostos dos mais ricos, em escala mundial, aumentando a desigualdade social.

Por último – e talvez o argumento mais decisivo – o recente livro do professor Thomas Piketty, *O Capital no Século XXI*, sucesso mundial de vendas, comprova a tese de Marx com estatísticas muito bem elaboradas. A restrição de espaço para tratar dessa importante obra leva-nos a remeter o leitor a uma excelente resenha, no *site* 19. O livro causou forte impressão em órgãos da própria imprensa capitalista, destacando-se a revista ultraliberal *The Economist*, que considerou Piketty “*maior que Marx*”. Paul Krugman e Robert Solow, dois ganhadores de Prêmios Nobel de Economia, não marxistas, teceram elogios à obra (veja no *site* 20).

Esse processo será retomado e explicado em capítulos seguintes, mas foi preciso antecipá-lo para esclarecer a ausência de base científica e empírica (de dados) no pretense rebate a Marx na teoria da pauperização. Além do livro de Piketty, chamamos a atenção do leitor para as graves preo-

cupações recentes de governantes e magnatas do capital com o crescimento da desigualdade, reportadas na Apresentação; nas palavras de David Harvey, geógrafo marxista de renome internacional, no capítulo IV, sobre o aumento da desigualdade social nas décadas recentes; e para o artigo de Eduardo Galeano, citado na nota 31.

Encerrando a pausa e retornando ao assunto anterior, temos agora três itens, decorrentes da lógica do capital, que se completam para levar à crise de superprodução: o aumento da produção acima do aumento da massa de salários, devido ao crescimento da mais-valia relativa; a redução do salário ou a extensão ou intensificação da jornada de trabalho, por meio da mais-valia absoluta, cujo resultado é o aumento da produção sem aumento da renda dos trabalhadores para consumir; e o desemprego devido ao avanço tecnológico, com uma compensação sempre parcial, o que reduz a base de consumo.

Como fruto de uma persistente luta dos capitalistas para aumentar a mais-valia e reduzir o nível de vida dos trabalhadores, ocorre algo que conhecemos bem no Brasil. Marx referia-se à Europa industrializada quando falou da transformação de uma parcela do exército industrial de reserva em um grupo permanentemente marginalizado. Trata-se de uma fração dos desempregados que acaba desmoralizada e se entrega à degradação pessoal (mendicância, alcoolismo) ou social (criminalidade, prostituição). A expressão em alemão usada por Marx tornou-se universal: é o *lumpen-proletariado* (literalmente, proletariado em farrapos), ou lumpesinato (termo derivado do primeiro).

Essa camada não se identifica mais com a classe trabalhadora e é facilmente manipulável pelos grupos mais agressivos contra o socialismo para formar bandos antioperários e antissocialistas, por qualquer migalha. Os bandos nazistas que iniciaram os ataques aos sindicatos, aos bairros operários e aos judeus na Alemanha, preparando a ascensão do nazismo, eram formados com frequência por pessoas desclassificadas que haviam passado pelo lumpen-proletariado, especialmente durante a Grande Depressão. As gangues criminosas, nos EUA, no Brasil, na Colômbia ou no México (só para citar alguns exemplos), são formadas por muitos indivíduos originados no lumpen-proletariado.³⁴

No tempo de Marx, o álcool era a principal droga que corrompia e destruía os trabalhadores. Na atualidade, os narcóticos ocupam papel de destaque, sem que o álcool tenha deixado de ser um grande problema. O lumpen-proletariado no Brasil foi ampliado pelas levas de jovens das periferias metropolitanas recrutados pelo narcotráfico, durante os anos em que nossa economia estacionou. Após a estagnação do PIB por habitante nos anos 1980 (a Década Perdida), tivemos, nos anos 1990, governantes deslumbrados com a possibilidade de atrair capitais externos com a privatização de empresas estatais e com a elevação da taxa

34. Há razões históricas específicas no Brasil que ampliaram o lumpen-proletariado, analisadas por Celso Furtado, entre outros estudiosos. Não sendo marxista, Furtado não utilizou essa expressão, mas evidenciou a existência permanente de um contingente de desempregados e subempregados como causa dos baixos salários vigentes nas décadas finais do século XIX, quando as relações assalariadas se expandiram no país. Posteriormente, o padrão de empregos gerados pela industrialização da segunda metade do século XX foi conflitante com o perfil de grande parte dos migrantes provenientes do grande êxodo rural ocorrido no período. Parcela (não a maioria) desse contingente excluído do mercado de trabalho formal compôs o lumpesinato. Essa explicação se acrescenta às razões clássicas válidas para os países avançados.

de juros. As privatizações apenas transferiam a propriedade de ativos existentes e não geravam novos empregos. A taxa de juros estratosférica daqueles anos proporcionou ganhos extraordinários a aplicações financeiras externas e internas que não geravam produção nem empregos. Mesmo após os governos Lula e Dilma, com a criação de 14,7 milhões de empregos formais³⁵, a corrente de dependência econômica com os grupos de traficantes continua a envolver parcelas numerosas da população dos grandes centros, especialmente nas áreas mais carentes e abandonadas. Este é certamente um dos maiores problemas sociais e econômicos que desafiam o Brasil na segunda década do século XXI.

O resultado de tudo isso, por incrível que pareça, acaba sendo problemático para o próprio capitalismo. Com o crescimento dos salários abaixo da produção, chega um momento em que a capacidade de consumo da sociedade fica limitada para absorver toda a produção possibilitada pelo avanço tecnológico. É quando se desencadeia *a crise de superprodução*. Os produtos não podem mais ser vendidos e a mais-valia não se realiza. Os lucros secam e o circuito econômico sofre uma pane. Empresas quebram, seu capital fixo se desvaloriza e os trabalhadores ficam desempregados. O ciclo recessivo se amplia até o ponto em que algumas empresas mais resistentes começam a comprar as que quebraram por preços irrisórios, contratar trabalhadores por baixos salários e retomar a produção. O ciclo todo recomeça, após grande sofrimento social e desperdício econômico.

35. De janeiro de 2003 a dezembro de 2014, conforme o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego. Fonte: Ipeadata Ver *site* 21.

Adam Smith, fundador da Ciência Econômica e da Escola Clássica de economistas, entendia que uma “mão invisível” guiava a sociedade para o melhor resultado, a partir dos impulsos individualistas baseados no interesse próprio de cada um. Marx, em sua crítica da economia política clássica, mostra o contrário. A evolução das forças produtivas do capitalismo levou o processo de produção a ser cada vez mais social. Ele é realizado em unidades produtivas cada vez maiores, em equipes numerosas de trabalhadores que interagem entre si. Na verdade, há uma interação ainda maior nos dias de hoje, graças à internet, aos satélites etc.: unidades diversas da mesma empresa articulam suas atividades eletronicamente, não só na produção, mas também na comercialização e nas atividades administrativas internas, mesmo se estão localizadas em locais distantes uma da outra. Este aspecto social do trabalho e da produção não foi contrariado pela evolução tecnológica recente, pelo contrário. Mesmo que haja menos pessoas em cada local, a interação envolve um número maior de unidades. Na atualidade, significativa porção do comércio internacional ocorre entre matrizes e filiais dos mesmos grupos econômicos – ou seja, entre unidades que se coordenam entre si.

Porém, a apropriação da produção continua sendo privada. Isso conflita com o caráter social da produção. Empresários ou grupos empresariais privados não coordenam suas ações entre si; eles competem no mercado. Nessa competição, lutam para aumentar a produtividade usando tecnologias mais avançadas; procuram reduzir o custo da força de trabalho por meio da mais-valia relativa ou ab-

soluta; e acabam num beco sem saída, pois o mercado é anárquico, não segue um plano coordenado. O resultado, após certo tempo em que tudo parece andar bem, é a crise de superprodução. As empresas não dirigiram sua produção para atender as necessidades sociais, mas para obter lucro. Milhões de pessoas passando fome ou morrendo de doenças tratáveis não são um problema do mercado capitalista. Mas uma produção que cresce sem parar e não consegue encontrar um mercado em ritmo igual de crescimento, isto sim é fatal para o capitalismo.

Os capitalistas utilizam tudo que podem para fugir desse problema. Primeiramente, estenderam o capitalismo a todo o planeta. A globalização não é recente, ao contrário do que dizem a mídia ideologizada e os propagandistas do capitalismo. O que ocorreu desde 1980 foi a quebra dos controles legais sobre a circulação de mercadorias e capitais, reduzindo a soberania dos Estados nacionais em benefício dos grandes grupos econômicos mundiais. Mas isso não foi e nem é suficiente. O crédito passou a ser um instrumento essencial para levar as famílias a consumir além da sua renda. À medida que o capitalismo entrava em nova etapa tecnológica e produtiva ao final do século XIX (que alguns denominam a Segunda Revolução Industrial), com o desenvolvimento de novos modelos de empresas como as sociedade anônimas, novas tecnologias e nova organização dos mercados em escala nacional e internacional (monopólios, oligopólios, cartéis, associações internacionais de grupos empresariais), os bancos se fundiram com essas megaempresas e tornaram-se seus sócios e

não mais apenas credores. O capital requerido pelas novas tecnologias e a forte concentração empresarial levaram a essa junção bancos-indústrias. Uma das principais funções do capital bancário passou a ser o crédito ao consumidor, motor da expansão da produção e das vendas. Porém, esse mecanismo serve, quando muito, para adiar a crise: os bancos não criam riqueza, eles compartilham a mais-valia extraída dos trabalhadores pelos empresários industriais. Seu reforço ao crédito leva a ciclos de endividamento familiar que aprofundam os ciclos normais da indústria: crescimento, estagnação e crise.

Além do crédito, uma importante rota de fuga do capital é o uso de atividades criminosas, ilegais e destrutivas como fonte de lucros. Estudos internacionais mostram que o tráfico mundial de drogas é a segunda ou terceira maior atividade econômica do planeta, medida pelo volume de recursos que emprega³⁶. Uma porção significativa do capital mundial faz desse tráfico uma atividade altamente rentável, incluindo bancos especializados na “lavagem” do dinheiro da droga³⁷ e atividades lícitas financiadas por dinheiro ilícito. Este processo tem forte relação com a expansão daqueles segmentos do lumpesinato atraídos para o narcotráfico em nosso continente. É o equivalen-

36. Ver, por exemplo, Coggiola, O.: *O tráfico internacional de drogas e a influência do capitalismo* (site 22). Outra fonte é Jansen, Ney: *Drogas, imperialismo e luta de classe*, bem como as fontes bibliográficas deste último (site 23). O professor Vladimir Safatle, da USP, desmistificou o histórico do HSBC, banco britânico desde sempre vinculado ao tráfico. Veja no site 24.

37. Sobre isso, ver o livro de Jean Ziegler, *A Suíça lava mais branco*. O livro custou o mandato parlamentar do autor, ex-deputado socialista suíço, que não recebeu sequer a solidariedade de seus colegas de partido contra os processos movidos pelos bancos daquele país em razão da publicação. Esse é um bom exemplo de como funciona a social democracia europeia, abordada no capítulo V.

te ilegal e destrutivo da expansão do emprego em setores produtivos, em virtude da ampliação da demanda por seus produtos, nos ciclos de crescimento capitalista.

A economia de armamentos é outra fuga. Os EUA empregam centenas de bilhões de dólares e milhares de pessoas na produção de artefatos voltados à destruição e despendem bilhões de dólares do orçamento público na sua compra pelo governo. Não há qualquer ganho material da sociedade. O único ganho é dos grupos econômicos que fornecem matérias-primas, peças, componentes e equipamentos à indústria bélica. Também ganham os grupos que produzem bens de consumo, pois o papel da indústria bélica é exatamente reforçar a capacidade de consumo que o capitalismo não desenvolve por conta própria. Outros grupos econômicos ganham indiretamente com as inovações tecnológicas do setor armamentista, quando algumas são aplicáveis à indústria civil. Dinheiro público, retirado dos impostos cobrados de toda a sociedade, em lugar de se dirigir aos serviços públicos, como saúde e educação, é gasto em bens de destruição e acaba por favorecer a inovação no setor produtivo, complementando e poupando investimentos desse setor em pesquisa e desenvolvimento. E tudo conflui para a acumulação perigosa e antissocial de artefatos bélicos, agravando as tensões internacionais, como testemunhamos diariamente.

Finalmente, a financeirização da atividade econômica – quando o capital foge da forma-mercadoria e busca se reproduzir exclusivamente na forma-dinheiro – é o último refúgio do capitalismo para escapar de sua própria crise. Mas, como veremos a seguir, trata-se de mais uma fuga ilusória.

REPRODUÇÃO AMPLIADA DO CAPITAL E FINANCEIRIZAÇÃO

Abordaremos aqui sinteticamente um aspecto importante da teoria econômica de Marx que adquiriu atualidade escaldante em nossos dias. Marx diferencia a acumulação simples, anterior ao capitalismo, da acumulação ampliada, característica deste regime. Na acumulação simples, uma mercadoria é produzida para venda e o dinheiro obtido é usado na compra de maior volume de mercadorias. A representação simbólica desse circuito é: $M-D-M'$ (mercadoria – dinheiro – mercadoria adicional). A reprodução ampliada é aquela propiciada pelo capitalismo, com o crescimento da produtividade e a transformação de todos os insumos – inclusive e especialmente a força de trabalho – em mercadorias negociáveis no mercado. Ela consiste na aplicação de uma quantia inicial de dinheiro na compra dos meios de produção – fábricas, máquinas, matérias-primas – e da força de trabalho (os economistas tradicionais denominam todos esses itens, indistintamente, “fatores de produção”). Essa combinação de trabalho morto e trabalho vivo gera uma produção que será vendida no mercado (as mercadorias). O final do circuito é a acumulação de um montante maior de dinheiro, que será parcialmente reaplicado na produção (outra fração compõe a renda da classe capitalista). Esse circuito é representado pela sequência $D-M-D'$ (dinheiro-mercadoria-dinheiro ampliado). A transformação de D em M passa pela imobilização de parcela do capital

em fábricas e máquinas e na aplicação de outra parte na compra da força de trabalho. Assim, o capital-dinheiro se transforma em mercadorias, cuja venda trará um montante ampliado de dinheiro.

Marx mostra que o capital sempre procurou fugir da etapa intermediária, em que o dinheiro precisa se materializar em mercadorias. O capital prefere a forma-dinheiro, porque ela é muito mais ágil, mutável e móvel. Pode ser transferida rapidamente de uma aplicação para outra, de um local para outro (e Marx não conhecia a internet nem a movimentação eletrônica de dinheiro!). Ao se cristalizar em mercadorias-insumos (fábricas, máquinas, materiais), o capital perde essa mobilidade e mutabilidade. Não se transforma uma fábrica de tecidos em outra de automóveis, só porque os lucros aumentaram em um ramo e caíram no outro. Marx estudou longamente o que ele chama de equiparação da taxa de lucro, uma tendência resultante da movimentação dos capitais entre setores econômicos com distintas taxas de lucro, mas observou que essa tendência se manifesta em longo prazo e é frequentemente contrariada por novos fatos na produção e no consumo que alteram aquelas taxas. Dessa forma, a expectativa de ganhos em um setor com lucros maiores que outros é sempre sujeita a incertezas e frustrações. O capital, na forma-mercadoria, é muito menos ágil e expõe o capitalista a mais riscos, uma vez que o mercado é imprevisível, anárquico.

Marx deduzia daí que o capital buscava sempre criar formas de acumulação que dispensassem a sua passagem obrigatória pela forma-mercadoria. O circuito ideal seria

D-D', sem incluir M. Infelizmente para os capitalistas, o valor só se cria na produção, isto é, na aplicação de trabalho humano para gerar bens e serviços e, nesse processo, produzir mais-valia e valorizar o capital.

Um marxista austríaco posterior a Marx, Rudolf Hilferding, criou a expressão *capital financeiro* (nome de seu livro mais famoso) para descrever as novidades do final do século XIX. Como dito anteriormente, os bancos se fundiram com as indústrias; passaram a ser sócios delas e não apenas credores. O capital financeiro é a junção do capital bancário com o capital industrial. Isso fortaleceu as indústrias e criou os grandes grupos monopolistas e oligopolistas dos EUA e da Alemanha (em seguida, em outros poucos países capitalistas avançados). Inúmeros instrumentos financeiros novos foram inventados desde então. As companhias por ações e o adensamento do mercado financeiro, a ampliação do movimento com títulos públicos e privados muito mais diversificados dentro e fora das bolsas de valores, formam um mercado próprio onde o capital parece se reproduzir e ampliar sem passar pela forma-mercadoria. Trata-se de atividades especulativas e não produtivas. A riqueza social, isto é, a montanha de mercadorias que o capitalismo se mostra capaz de criar, fica cada vez mais atrás da riqueza financeira, movimentada no mercado financeiro.

A expressão *capital fictício* foi utilizada por Hilferding para designar títulos financeiros cujos valores não correspondem a nenhuma produção física efetiva. Eles são um castelo de cartas: ao menor sinal de desconfiança, podem

desmoronar. Mas sua queda traz consequências ao mercado real, às empresas produtivas (muitas das quais aplicam recursos nesses mercados ou dependem do crédito, prejudicado nas crises financeiras). A sociedade fica refém das manobras do capital para fugir da passagem pela forma-mercadoria.

Hilferding também não podia imaginar até que ponto sua teoria, apoiada em Marx, seria comprovada pela evolução do capitalismo. Quando a crise do mercado *subprime* começou a se ampliar, em 2007, estudiosos e analistas descobriram, nos levantamentos do FMI e do Banco de Compensações Internacionais³⁸, que tinha se criado um abismo entre o valor real da produção no mundo inteiro e o valor dos títulos que flutuavam pelo mercado financeiro mundial. O PIB mundial em 2007 era de aproximadamente US\$ 56 trilhões, enquanto o valor de todos os títulos em circulação nos mercados financeiros do mundo inteiro atingia algo próximo a US\$ 600 trilhões! Ou seja, a especulação com títulos tinha criado *um capital fictício equivalente a nove vezes o valor da produção mundial*³⁹.

A incapacidade de o capitalismo, de criar mercados consumidores suficientes para absorver toda a produção que o capital pode gerar com o emprego da força de trabalho, está na raiz dessa tendência à financeirização do capital. Os mercados não crescem o bastante devido ao

38. BIS, na sigla em inglês. Banco Central de todos os Bancos Centrais, sediado na Suíça. É onde o Banco Central do Brasil, por exemplo, mantém a maior parte das reservas cambiais brasileiras.

39. Os valores efetivos e suas respectivas fontes são os seguintes: PIB mundial de US\$ 55,7 trilhões (site 25), valor de todos os derivativos em circulação no mundo em 2007 de US\$ 595,3 trilhões (site 26).

mecanismo da exploração capitalista. Ao lutarem por melhores salários, benefícios e serviços sociais (retirados da acumulação ampliada pelos impostos e direcionados às necessidades sociais), os trabalhadores, de fato, preservam sua classe do esgotamento físico inerente à exploração capitalista, ampliam o mercado e, em certo sentido, salvam o capitalismo de suas próprias consequências autodestrutivas. Mas isso não é pacífico, nem duradouro. Os capitalistas e seus governos sempre procuram tirar com uma das mãos o que foram obrigados a dar com a outra. Foi assim com o desmantelamento das políticas públicas keynesianas e social-democratas implantadas nas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial. Desde os anos 1980, as conquistas sociais daquele período foram atacadas e reduzidas. O capital conquistou sua própria liberdade com a desregulamentação dos mercados financeiros e os Estados se desobrigaram cada vez mais das políticas sociais. E agora, o mundo sofre as consequências do excesso de especulação financeira.

Enquanto uma importante fração do capital impulsiona o mercado das drogas e aqueles relacionados a ele, outra parcela expressiva se dirige à produção de armamentos e o capital financeiro desenvolve sua “Ilha da Fantasia”, onde o dinheiro se reproduz muitas vezes, sem contato com a produção. Contudo, o capital produtivo precisa ampliar o consumo de seus produtos. A propaganda e a publicidade trabalham ao máximo o fetichismo da mercadoria para nos convencer de que não podemos mais viver sem um produto que desconhecíamos até ontem. O crédito é impulsionado pelos bancos – especialmente aqueles ligados às empresas

produtivas – até o limite da irresponsabilidade. Acabamos de assistir a isso na crise do *subprime*: durante anos, pessoas inadimplentes foram encorajadas a tomar empréstimos hipotecários nos EUA. Por trás de tudo, atuava a indústria da construção civil, que teve forte crescimento até 2007, e seu ramo financeiro. Os títulos de crédito desses empréstimos eram empacotados com outros em nomes sofisticados (como *Special Investment Vehicles*) e vendidos a outros bancos e empresas, gerando novos títulos derivados deles (derivativos) e formando uma corrente. Assim, vemos a última fronteira da acumulação capitalista: a financeirização da economia global.

Nos últimos 35 anos, o capitalismo financeiro nos EUA alcançou seu intento: o mercado financeiro tornou-se totalmente desregulamentado e empresas financeiras livraram-se de todo tipo de restrição, em sua busca frenética de clientes. O capital concretizava seu sonho, já anunciado por Marx: o esquema D-D', sem passar pela etapa intermediária da forma-mercadoria. A financeirização explodiu em uma crise de confiança que contaminou o mundo e atingiu o sistema produtivo, o emprego e ampliou as carências sociais e a pobreza, conforme repetem a ONU e o Banco Mundial desde 2008.

Um dos principais artífices da desregulamentação foi o ex-presidente do Banco Central dos EUA (Fed), Alan Greenspan. Tendo dirigido o Fed por quase 20 anos, Greenspan completou o trabalho do ex-presidente Reagan (1980/1987), em favor dos mercados financeiros, ávidos de liberdade para movimentar capitais pelo mundo todo sem supervisão governamental. Em testemunho diante da

Comissão de Finanças do Senado daquele país, logo após a eclosão da crise com a falência do banco Lehman Brothers (2008), ele declarou que estava *incrédulo, em estado de choque* e admitiu que havia cometido um *erro ideológico* ao supor que a desregulamentação faria o mercado funcionar melhor (leia no *site* 27).

As crises são inevitáveis, segundo Marx, porque o capitalismo, na busca da acumulação, procura ampliar a mais-valia e ao mesmo tempo reduzir a fração representada pelo pagamento da força de trabalho no total de seus custos de produção. Dessa forma, ele acaba serrando o galho em que está sentado. A mais-valia é produzida pela força de trabalho e a redução percentual desta rebaixa a taxa de lucro. Quanto mais competem, mais os capitais limitam o crescimento da capacidade de consumo, enquanto ampliam a capacidade de produção. Em algum momento, o processo explode em uma crise. O resultado das crises é, em primeiro lugar, um grande sofrimento social: desemprego, pânico, situações de desagregação familiar e de comunidades inteiras. Em segundo lugar, a saída das crises se dá por meio da concentração dos capitais: empresas engolindo empresas, monopólios e oligopólios dominando os principais ramos da economia e exercendo influência cada vez maior sobre os governos. Qualquer semelhança com o mundo em que vivemos será mera coincidência?...

Marx descreveu esse processo, no qual reconhecemos tantas características de nossa própria época, nestas palavras memoráveis:

“Um capitalista aniquila sempre vários. Lado a lado com esta centralização, com esta expropriação de vários capitalistas por um punhado, desenvolve-se numa escala cada vez mais vasta a forma cooperativa do processo de trabalho, a aplicação consciente da técnica da ciência, o cultivo metódico do solo, a transformação dos instrumentos de trabalho em instrumentos de trabalho que só são utilizáveis em comum, a economia de todos os meios de produção utilizando-os como meios de produção do trabalho socializado combinado, o enredamento de todos os povos na teia do mercado mundial e, com isso, o caráter internacional do regime capitalista. Em paralelo com a constante diminuição dos magnatas do capital que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, cresce a massa de miséria, opressão, escravidão, degradação e exploração. Mas, com isso, também cresce a revolta da classe operária, uma classe em crescimento constante e disciplinada, unida e organizada pelo próprio processo de produção capitalista. (...) A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho acabam por atingir um ponto em que se tornam incompatíveis com seu invólucro capitalista. Este invólucro é rebentado. Soa a hora da propriedade privada capitalista.” (*O Capital*)⁴⁰

As crises levam à insatisfação social e aos conflitos políticos. Caso a classe operária tenha se organizado e instruído no período de crescimento econômico, tem nesses momentos críticos a oportunidade de encontrar maior apoio social para suas propostas de destruição do capitalismo e reorganização

40. Cf. Colectivo da Universidade de Berlim, 1978, página 170.

da sociedade em moldes socialistas. Para Marx e Engels, nesse momento, *soou o dobre de finados da propriedade privada capitalista. Os expropriadores serão expropriados*⁴¹ (Engels, *Do socialismo utópico ao socialismo científico*). *Com essa organização social, termina a pré-história da sociedade humana* (Marx, *Prefácio à Contribuição para a Crítica da Economia Política*).

A história a se iniciar deste ponto em diante é a da sociedade emancipada da exploração do trabalho alheio. Essa é, segundo Marx, a tendência futura contida desde já no ventre do capitalismo, que criou a base material da nova sociedade: *O desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social é a missão histórica e a justificação do capital, criando assim inconscientemente as pré-condições materiais de uma forma superior de produção*⁴². Para Marx, a expropriação dos expropriadores e a criação dessa sociedade são a tarefa histórica do proletariado. A sua organização e conscientização e as crises recorrentes do capitalismo levarão ao parto dessa nova era na história humana.

41. A expressão *dobre de finados* refere-se aos toques duplos do sino da igreja para anunciar um enterro. Ela significa a abolição (morte) da propriedade privada dos meios de produção.

42. *Id.*, *ibid.*

A ATUALIDADE DE MARX

MARX E A REALIDADE POLÍTICO-ECONÔMICA DO FINAL DO SÉCULO XX E INÍCIO DO XXI

A ideia fundamental de Marx e Engels era de que o capitalismo havia desenvolvido as forças produtivas da humanidade até o ponto em que seria possível atender as necessidades de todos os seres humanos. Não havia mais razão para a miséria e a penúria de milhões de pessoas. A única explicação é a organização capitalista da sociedade, baseada na propriedade privada dos meios de produção, com a consequente exploração da mais-valia e a tendência a crises periódicas com grande sofrimento social. Essa sociedade foi capaz de criar os meios materiais para atender as necessidades essenciais de toda a humanidade. Mas sua lógica é voltada para o lucro e não para a satisfação das necessidades humanas fundamentais. Abolir essa organização é a tarefa do proletariado, por meio da revolução socialista.

As formas dessa revolução decorreriam de cada situação concreta em cada país concreto: não havia uma receita de bolo pronta. A organização dos trabalhadores, a observação das experiências e das situações e o aprendizado com a teoria e a prática indicariam os caminhos. Marx e

Engels acreditavam até na possibilidade de o socialismo ser alcançado pacificamente, por meio de eleições, em países altamente evoluídos como a Grã-Bretanha ou os EUA; mas alertaram que a burguesia muito dificilmente deixaria o poder pacificamente e que, portanto, na maioria dos casos, a insurreição do povo seria necessária.

Na verdade, a burguesia não tolera qualquer ameaça ao seu patrimônio material, às suas rendas decorrentes dos lucros capitalistas (originados da mais-valia, como vimos) e ao seu predomínio social. Este último não se deve apenas à riqueza em si (obviamente, o fator central do predomínio), mas também ao conjunto dos valores disseminados na sociedade capitalista: a apologia do sucesso material, a glamourização dos ricos e poderosos e o desprestígio dos sujeitos comuns – a maioria – muitas vezes vistos como fracassados, derrotados, perdedores. Não por acaso, a palavra em inglês para tudo isso é *looser* – perdedor –, o que indica que na guerra pela sobrevivência imposta pelo capitalismo só há prestígio para os vencedores, que são poucos. O poder político permite a manutenção do proveito econômico e de todos esses fatores de domínio social.

Para Marx, o Estado é e sempre foi um instrumento de dominação das classes exploradoras sobre a maioria dos explorados. Os proprietários dos meios de produção sempre são minoria e obrigam a maioria a trabalhar para eles, seja como escravos, seja como servos ou como assalariados “livres” (as aspas significam que a liberdade do operário, no capitalismo, é apenas de escolher um patrão para explorar seu trabalho ou morrer de fome). As leis, a justiça,

a polícia e as forças armadas são o meio de que se valem os proprietários para impor seu domínio à maioria da sociedade. Na democracia capitalista, a burguesia segue dominando o povo. Nos tempos de Marx ainda existiam muitas restrições ao direito de voto: mulheres e analfabetos, por exemplo, não podiam votar. Trabalhadores comuns não podiam ser eleitos. Por isso, os movimentos políticos da classe trabalhadora sempre lutaram para ampliar as liberdades democráticas – não apenas o direito de todos participarem das eleições, mas ainda o direito de se sindicalizar, o direito de greve, a liberdade de manifestação, de organização em partidos abertamente comprometidos com o socialismo etc. Na atualidade, vivemos em regimes democráticos muito mais amplos que naquela época. Mas não continuará a existir o que Marx denunciou – o domínio político da burguesia?

O poder econômico domina as eleições. Não é essa a origem da corrupção que assola não apenas o Brasil, mas a maioria dos países? Quem propõe a derrubada do capitalismo jamais consegue fazer campanhas eleitorais com um mínimo de condições de disputa, pois é boicotado pelos grandes financiadores de campanha. E, se um partido operário chega ao governo – como os socialistas em vários países europeus ou o PT no Brasil – precisa se comprometer em não prejudicar os grandes interesses econômicos, ainda que possa fazer algumas mudanças parciais em benefício dos mais pobres – mas é só. Tentar ir além disso desencadeia uma tempestade política e um conjunto de sabotagens econômicas – desabastecimento, escassez artificial

para irritar a população, como ocorreu no Chile no governo do presidente socialista Salvador Allende. Geralmente, em situações assim, a burguesia acaba apelando para a intervenção militar, como ocorreu no próprio Chile com Pinochet (1973), no Brasil (1964) e em muitos outros países. Ou para o fascismo, como ocorreu na Alemanha, Itália, Espanha e Portugal entre as duas guerras mundiais.

Na América Latina, uma safra de governos reformistas eleitos nos últimos 20 anos sofreu diversos golpes e tentativas de desestabilização: o golpe malsucedido (revertido) contra o Presidente Chávez na Venezuela (2002), a derrubada do Presidente Aristide no Haiti (2004), o golpe institucional contra o Presidente Zelaya em Honduras (2009) e o “golpe paraguaio” que depôs o Presidente Lugo (2012). A última demonstração acaba de ocorrer no Brasil em 2016: um golpe institucional contra um Governo que deu continuidade a reformas parciais e incompletas, mas ainda assim inéditas, na via da redução das desigualdades sociais⁴³.

Por outro lado, os direitos sociais e políticos se ampliaram muito na nossa época. Isso foi em boa medida fruto das lutas operárias e socialistas ao longo do tempo. Em muitos países, foi possível conquistar esses direitos de

41. Este livro não tem o propósito de abordar o golpe recente na jovem democracia brasileira. Registramos apenas o engajamento ativo de grandes grupos empresariais do país, por meio do boicote a investimentos e à geração de empregos, apesar das generosas desonerações fiscais que os beneficiaram. Também fazem parte do cenário o engajamento da mídia controlada por seis famílias, do Poder Judiciário, historicamente reacionário, e de bilionários que financiaram manifestantes de extrema direita. Por outro lado, haveria que avaliar também alguns graves erros do próprio Governo. Contudo, o tema escapa ao escopo do livro. O episódio é citado apenas em reforço à sequência de reações políticas dos capitalistas, no mundo inteiro, a medidas que consideram prejudiciais aos seus interesses.

forma pacífica, mas com muita pressão social e política. Em outros, foi necessário ocorrer uma catástrofe, como a derrota dos países fascistas na guerra e o “medo do comunismo” – isto é, da revolução socialista – pelos países vencedores, que foram mais tolerantes com os movimentos pelos direitos sociais, para evitar novas revoluções. Isso reforça a teoria marxista. É sempre o conflito, a luta de classes, que produz novas realidades políticas, sociais e econômicas.

Contudo, as conquistas sociais alcançadas no pós Segunda Guerra Mundial, no contexto descrito acima, foram brutalmente atacadas desde 1979, com a ascensão do neoliberalismo. Ou seja, duraram menos de 35 anos; além disso, restringiram-se a cerca de vinte países capitalistas avançados. A implantação das políticas neoliberais levou a retrocessos sociais muito expressivos, dando uma curiosa – e assustadora – atualidade às análises de Marx. Nas palavras do geógrafo marxista David Harvey:

“Uma coisa curiosa aconteceu: a análise de Marx era sobre o capitalismo praticado no século XIX. Na época em que comecei a escrever *Os limites do capital*, havia muitos aspectos do mundo ao meu redor que não se encaixavam com a descrição de Marx: tínhamos um Estado de Bem-estar Social, os Estados estavam envolvidos na economia de diferentes formas, havia arranjos de seguridade social e movimentos sindicais fortes em muitos países. Mas aí veio a chamada contrarrevolução neoliberal depois dos anos 1970, com Margareth Thatcher, Ronald Reagan, as dita-

duras na América Latina, e o capitalismo regrediu para sua forma do século XIX. Por exemplo, houve o desmantelamento de muito da rede de seguridade social em boa parte da Europa e da América do Norte; o capital se tornou muito mais feroz em sua relação com movimentos trabalhistas; as proteções, que vinham de Estados que eram em algum grau influenciados por movimentos políticos de esquerda, foram desmanteladas em boa parte do mundo. O que vimos desde os anos 1970 é um aumento da desigualdade social, que é precisamente o que Marx disse que aconteceria caso adotássemos um sistema de livre mercado. Adam Smith postulava que se tivéssemos um livre mercado seria melhor para todos. O que Marx mostra no ‘O Capital’ é que quanto mais perto de um livre mercado mais provável é que os ricos fiquem cada vez mais ricos e os pobres mais pobres. E essa tem sido a tendência por grande parte do mundo desde os anos 1970 por conta do neoliberalismo. *De uma maneira curiosa, por essa razão, Marx se tornou mais relevante para entender o mundo hoje do que era na época em que escrevi o livro.*” (grifo nosso).⁴⁴

Harvey reforça a ideia fundamental de Marx sobre a discrepância entre a enorme capacidade produtiva gerada pelo capitalismo e sua incapacidade de distribuir os frutos do trabalho social em benefício da maioria. Confirmando sua análise, o capitalismo mundial acumulou indicadores socioeconômicos extremamente negativos ao longo das últimas décadas, que contrariam seus defensores na mídia

44. Veja a íntegra no site 28.

e nas universidades (e são por eles sistematicamente ignorados)⁴⁵. O Fórum Econômico de Davos – reunião dos principais dirigentes empresariais do mundo, ministros das Finanças e presidentes de Bancos Centrais – colocou a desigualdade social como tema prioritário em 2011, 2012, 2013 e novamente em 2014, sem avançar qualquer proposta realista de reduzi-la.

Em 2015, um antigo gestor de fundos de *hedge*, Robert Johnson, diretor do Institute of New Economic Thinking (Instituto do Novo Pensamento Econômico) e anteriormente diretor gerente do grupo financeiro de Soros (citado na Apresentação), revelou ao Fórum:

“conheço gestores de fundos de *hedge* pelo mundo afora que estão comprando pistas de pouso e fazendas em lugares como a Nova Zelândia, porque acreditam que precisam de um local de fuga”.

Segundo ele, as sociedades podem tolerar a desigualdade se as rendas inferiores forem suficientes. Mas no sistema existente, que encoraja os executivos a tomar decisões em seu proveito exclusivo, até nos países mais ricos a desigualdade está aumentando⁴⁶. No mesmo encontro, a professora Laura Tyson, da escola de administração da Universidade da Califórnia, disse que, após a crise de 2008,

45. Um apanhado estatístico das *mazelas* do capitalismo na atualidade pode ser visto no site 29. Dados assustadores sobre a concentração mundial da renda e da riqueza foram relatados em 2014, incluindo duas informações alarmantes: 85 bilionários possuem uma renda total equivalente à de metade da população mundial (3,5 milhões de pessoas) e 46% da riqueza mundial se concentram nas mãos de 1% da população do planeta, que detém 65% mais que a metade mais pobre da humanidade. Além disso, o livro de Piketty, já citado, é a maior referência neste assunto. Ver site 30.

46. Site 31. Tradução livre do autor (RVA).

“estamos tendo agora crescimento econômico com desigualdade crescente. Essa é uma das coisas que realmente me preocupam”.⁴⁷

No presente, temos um exemplo gritante da realidade dessa previsão marxista. Com efeito, confirmou-se em nossa época que as imensas forças produtivas criadas pelo capitalismo já poderiam ter erradicado a fome em nosso planeta. Quem afirmou isso está longe de ser marxista: foi o ex-secretário geral da Organização para a Agricultura e a Alimentação (FAO, em inglês), ligada à ONU, Jacques Diouf. A FAO calcula que em 2010 o número de pessoas famintas no mundo era de 925 milhões – o segundo maior número desde 1970. Em 2009, auge da crise econômica mundial, ultrapassou um bilhão! Entretanto, em 2008 (ano de eclosão da crise), a FAO acabara de estimar a necessidade de gastos de US\$ 30 bilhões por ano, durante quatro décadas⁴⁸, para eliminar a fome no mundo. O cálculo era baseado em estudos técnicos e a qualidade dos estudos da FAO é mundialmente reconhecida. Imaginemos um gasto médio anual dessa ordem, no período sugerido. O montante total seria de US\$ 1,2 trilhão (US\$ 30 bilhões vezes 40 anos). Será muito? Basta uma comparação simples. A crise iniciada no mercado *subprime* nos EUA, no mesmo ano em que Diouf fez essa revelação, levou os principais governos do mundo a gastarem cerca de US\$ 10 trilhões em operações de salvamento de bancos e em-

47. Site 32. Tradução livre do autor (RVA)

48. Veja site 33. Diouf usou como base a estimativa de 9 bilhões de habitantes do planeta em 2050, ano em que a meta de erradicação da fome seria atingida.

presas, segundo dados do FMI⁴⁹. Isto é, *mais de oito vezes o necessário para eliminar a fome na Terra!*

A prioridade dada a bancos e empresas não mostra quanto o capitalismo está alheio às necessidades mais prementes e prioriza os grandes interesses econômicos? Argumenta-se (e socialistas em diversos países aceitaram a argumentação) que essa medida foi necessária, para evitar uma crise ainda maior com a quebra de bancos e grandes empresas. Mas isso não deixa evidente que a lógica do sistema gera crises que obrigam a um colossal desvio de recursos? Esses valores já poderiam ter sido usados com eficácia contra a fome e para inúmeros outros fins mais úteis, como o combate a epidemias, a proteção do meio ambiente etc. Nada disso foi feito, até a banca capitalista quebrar. E, apenas para confirmar Marx, os governos que gastaram trilhões para salvar bancos e empresas jogaram a conta para as massas populares. Com efeito, cortes de despesas sociais estão em curso em todos os países açoitados pela crise, deflagrando ondas de protesto popular nas áreas capitalistas tradicionais do Hemisfério Norte: da Grécia a Portugal, da Grã-Bretanha até Wall Street⁵⁰ – o centro financeiro de Nova York e do mundo.

MARX E AS CRISES CAPITALISTAS

O legado de Marx foi dado como morto após o fim da União Soviética (1991), e da eliminação do socialismo nos países da Europa Oriental (anos 1990). Não é a primeira vez que Marx é declarado ultrapassado. O mesmo já fora

49. Ver site 34.

50. Um matéria, entre tantas, sobre o movimento "Ocupe Wall Street", pode ser lida no site 35.

dito algumas décadas após sua morte, quando o capitalismo parecia entrar em nova era de progresso técnico e material. Mas, nos últimos 80 anos, “um espectro voltou a assombrar o mundo” (para usar a expressão do *Manifesto* parcialmente modificada): a ressurreição da teoria marxista. Não bastassem as consequências nefastas do neoliberalismo assinaladas por D. Harvey, a Grande Depressão de 1929 e a presente crise mundial, iniciada em 2007 e explodida em 2008 – a mais grave desde a primeira citada – fazem pensar se Marx não estaria certo. Ele previu a tendência a crises desse tipo no capitalismo, como uma consequência inevitável da lógica interna do sistema. E foi sua análise econômica, partindo da crítica à economia política clássica, utilizando o método dialético e o materialismo histórico, que o levou a tais conclusões, hoje estranhamente – ou assustadoramente – atuais.

Deve-se dizer que essas não foram as únicas crises do capitalismo desde a edição de *O Capital*. Sete anos após sua publicação, a Grã-Bretanha, até então a maior potência capitalista, a “locomotiva do mundo”, entrou em uma crise de deflação e queda de lucros que durou duas décadas. Os demais países capitalistas foram arrastados para essa crise, mas saíram mais cedo que a potência mais antiga. O mundo posterior a essa crise já mostrava os EUA e a Alemanha como potências de primeira ordem, ao lado da Grã-Bretanha – em certos aspectos, a mais frágil dos três. Mas as finanças mundiais ainda se decidiam em Londres e o maior império do mundo continuava a ser o britânico. Em breve, isso levaria a uma catástrofe: a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que se repetiria 20 anos mais tarde

na Segunda (1939-1945), iniciada como um prolongamento ou revanche da anterior. Essa tendência belicosa do capitalismo já fora prevista por Engels em seus últimos escritos. Entre as duas guerras mundiais, o mundo foi arrasado pela Grande Depressão. Não é à toa que o historiador marxista Eric Hobsbawm (*Era dos Extremos*) chama de *Era da catástrofe* os trinta e um anos iniciados em 1914.

Três décadas de sucesso econômico seguiram-se à Segunda Guerra, mas nos anos 1970 já ocorreram turbulências. Na segunda metade dessa década, os EUA enfrentaram a *estagflação* (combinação de estagnação econômica e inflação, contrariando a teoria keynesiana). Nos anos 1980, a América Latina quebrou e entrou na Década perdida. Em 1987, um *crash* na Bolsa de Nova York transformou em pó centenas de bilhões de dólares em ações. O estouro da “bolha” da internet em 2000 também causou grande abalo em diversos países. Além das crises, o capitalismo cada vez mais desregulamentado sob o patrocínio neoliberal ampliou as desigualdades sociais na maioria dos países, inclusive os próprios EUA, em escala planetária. Enfim, Marx parece ressurgir de tempos em tempos. Agora, a presente crise desencadeada em 2007/2008 repete esse ressurgimento com maior força...

Como narrado na Apresentação, empresários, financeiros e governantes voltam-se para Marx, não com o intuito de avançar para o socialismo, mas para compreender o que deu errado no capitalismo. Por outro lado, estudantes, simpatizantes e militantes de movimentos sociais e de esquerda procuram conhecer melhor a obra do fundador do

socialismo moderno e sua análise crítica do capitalismo. Os descontentes com os rumos que o capitalismo imprime à vida social, econômica, política e cultural na maioria dos países desejam aprofundar sua visão crítica desse regime social. Mas também querem compreender o que houve com os regimes denominados “socialistas”: por que caíram pela ação das próprias sociedades e não por força de derrota militar ou invasão estrangeira. Este é o assunto do capítulo seguinte, que se vale das categorias de análise do próprio marxismo para tratar a questão.

Por todas essas razões, Marx voltou à moda. E será assim enquanto o capitalismo existir, pois os males – como o aumento da desigualdade e a permanência da fome e da miséria em um mundo que possui os meios de erradicá-las – e as crises do capitalismo são inevitáveis. O marxismo continua a ser a melhor chave para o seu entendimento e superação.

A INFLUÊNCIA DE MARX NA HISTÓRIA POLÍTICA DOS SÉCULOS XIX E XX

AS INTERNACIONAIS OPERÁRIAS DESDE MARX

É comum, ao debater Marx, a referência à queda do Muro de Berlim e ao fim da União Soviética como argumentos demonstrativos da “falência” prática do marxismo. Essa argumentação acompanha muitas vezes os ataques ao marxismo no plano teórico, na tentativa de mostrar a ligação entre os pretensos erros teóricos de Marx e as consequências dramáticas da aplicação de suas teses à realidade concreta. Dada a importância dos fatos citados e seu impacto na história recente, não é possível deixar de abordá-los, ainda que resumidamente.

Assim, neste capítulo, será feito um resgate sintético das experiências políticas dos séculos XIX e XX, nas quais as ideias de Marx tiveram influência crescente e, por fim, preponderante. A chave para o entendimento dessa influência é o internacionalismo proletário defendido por Marx e expresso abertamente na frase final do *Manifesto Comunista*: *Proletários de todos os países, uni-vos!*. Ou seja,

Marx defendia a união internacional dos trabalhadores contra o capital.

A história das Internacionais Operárias está ligada indissociavelmente à influência marxista no movimento operário. Ela registra as diversas interpretações que sua obra propiciou e as diversas orientações políticas adotadas pelas lideranças do movimento operário em seu nome desde então. O entendimento da experiência soviética, especialmente, só pode ser completo à luz do confronto entre as proposições originais de Marx, as várias interpretações posteriores à sua morte e o processo histórico real, desde a fundação até o desmonte da URSS. A própria revolução soviética deve ser entendida no contexto das orientações estratégicas em conflito no interior da Segunda Internacional, fundada após a morte de Marx para dar continuidade à Primeira, da qual ele fora fundador e dirigente. Começaremos, portanto, nossa síntese por estas duas organizações.

AS DUAS PRIMEIRAS INTERNACIONAIS

“Conquistar poder político tornou-se, portanto, o grande dever das classes operárias. Parecem ter compreendido isto, porque em Inglaterra, Alemanha, Itália e França tiveram lugar renascimentos simultâneos e estão a ser feitos esforços simultâneos para a reorganização política do partido dos operários.

Possuem um elemento de sucesso — o número; mas o número só pesa na balança se unido pela combinação e guiado pelo conhecimento. A experiência passada mos-

trou como a falta de cuidado por este laço de fraternidade, que deve existir entre os operários de diferentes países e incitá-los a permanecer firmemente ao lado uns dos outros em toda a sua luta pela emancipação, será castigada pela derrota comum dos seus esforços incoerentes. Este pensamento incitou os operários de diferentes países, congregados em 28 de setembro de 1864 numa reunião pública em St. Martin's Hall, a fundar a Associação Internacional.”

Assim falava o manifesto inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores, mais tarde chamada de I Internacional Operária. Esse texto foi redigido por Marx, bem como os estatutos da organização. Sua maestria conseguiu aproximar inúmeros grupos revolucionários europeus, muitos dos quais professavam ideias bastante distintas das suas. Dois exemplos: o anarquista russo Mikhail Bakunin e o democrata revolucionário italiano Giuseppe Mazzini, que lutava pela independência e unificação de seu país. Mais tarde, essas correntes se separaram, mas durante alguns anos a I Internacional propiciou a união dos principais revolucionários europeus.

A prova de fogo da Internacional foi a primeira revolução operária momentaneamente vitoriosa na capital francesa, a Comuna de Paris. Para Marx, essa experiência foi um exemplo pedagógico da necessidade da união internacional dos trabalhadores. A Comuna surgiu no momento mais crítico de uma guerra entre a França e a Alemanha

(Prússia), iniciada em 1870. Vitorioso, o exército alemão invadiu Paris e fez refém o imperador Napoleão III (veja nota 15). Nesse momento, os operários da capital francesa, recrutados na Guarda Nacional para defender a cidade, se revoltaram contra o governo provisório, formado pela burguesia para negociar com os ocupantes alemães. Formou-se um governo operário, que tomou o nome de Comuna de Paris. Em seu curto tempo de vida, a Comuna adotou medidas avançadas, como a proibição do trabalho noturno para as mulheres, o perdão das dívidas dos locatários ameaçados de despejo, a reabertura das fábricas abandonadas pelos patrões em fuga, sob controle dos operários, educação geral, fim dos privilégios salariais de governantes e juízes, armamento do povo.

A burguesia francesa só queria a paz a qualquer custo com os alemães, pois temia mais seu próprio povo armado do que o exército prussiano. Ela fugiu para Versalhes (onde fica o mais famoso palácio francês) e organizou, com os militares alemães, a repressão sangrenta à Comuna. É comum dizer-se que Paris nunca esteve tão tranquila, pois os ladrões e as prostitutas fugiram para Versalhes com seus fregueses. Mas foi por pouco tempo: o novo governo republicano burguês reorganizou o exército e, com a ajuda dos alemães, tomou Paris após sangrentas batalhas. E foi nessa Paris duplamente derrotada – pelos prussianos na guerra contra a França e pela aliança de Versalhes com a Prússia, inimigos até a véspera, mas unidos contra o proletariado parisiense – que o chanceler

prussiano, Otto Von Bismarck, proclamou a fundação do Império Alemão em 1871, unificando definitivamente a Prússia com os demais estados alemães. Em seguida, o governo burguês de M. Thiers, restaurado pelos alemães, executou o extermínio em massa dos chamados “comunardos”.

A Comuna de Paris foi o primeiro governo operário da história. Marx prestou homenagem aos “comunardos”, no texto imortal já citado e que, na origem, foi um manifesto da Internacional⁵¹. O texto se encerra com esta famosa homenagem:

“Paris dos operários, com sua Comuna, será eternamente exaltada como o porta-bandeira glorioso de uma nova sociedade. Seus mártires têm seu santuário no grande coração da classe operária. Quanto a seus exterminadores, a história já os cravou para sempre em um pelourinho, do qual nem todas as preces de seus clérigos conseguirão redimi-los”.

Mais tarde, os bolcheviques russos comemoraram quando a União Soviética ultrapassou a curta duração da Comuna (seis semanas), pois esta fora até então o ícone de todos os socialistas do mundo. Registre-se que apenas uma minoria dos líderes da Comuna era filiada à Internacional, o que não impediu Marx de manifestar e conclamar todo o apoio à revolução operária.

51. *A Guerra Civil na França.*

Uma das ironias da história – e são muitas, quando se observa a trajetória das ideias de Marx – é que a I Internacional, da qual foi o maior inspirador e dirigente, se desfez pouco após a derrota da Comuna de Paris – justamente a experiência de que ele se servira para comprovar a necessidade da organização internacional do proletariado. As causas dessa dissolução não cabem neste ensaio, mas uma das principais, com certeza, foi a perseguição impiedosa aos apoiadores da Internacional em toda a Europa, após o esmagamento da Comuna de Paris.

Dez anos após a morte de Marx, foi fundada a II Internacional, com a presença de Engels, já idoso. Essa Internacional deu origem a partidos operários e socialistas muito mais influentes do que as pequenas organizações do tempo de Marx. O maior exemplo foi o Partido Operário Social-Democrata Alemão, criado em 1875 por seguidores de Marx no movimento operário alemão. Este partido foi proibido e perseguido por muito tempo por Bismarck (primeiro-ministro da Alemanha imperial, após ter sido o principal artífice da unificação alemã). Mas conseguiu legalizar-se e transformou-se em um dos maiores partidos com influência de massas na Alemanha e no mundo, desde o final do século XIX e durante todo o século XX⁵². Ou-

52. Importante assinalar que, na segunda metade da década de 1950, o Partido Social-Democrata Alemão aboliu a palavra “operário” de seu nome e renunciou explicitamente às ideias de Marx. Os social-democratas governaram a Alemanha de 1918 a 1920, logo após o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), e de 1928 a 1930, pouco antes da ascensão de Adolf Hitler. Na ditadura nazista, o partido foi duramente perseguido. Depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a Alemanha teve governos social-democratas de 1969 a 1982 e de 1998 a 2005.

tros exemplos foram o Partido Socialista Francês, o Partido Socialista Operário Espanhol e o Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR).

No início do século XX, ocorreram divisões internas na maioria dos partidos da II Internacional. A maior dessas rupturas deu-se no POSDR, onde se formaram duas alas opostas: os bolcheviques e os mencheviques. A maioria dos partidos socialistas ou social-democratas (nome que até então abarcava todos os marxistas) adotou uma linha reformista, isto é, de defesa de reformas sociais dentro do capitalismo, com distribuição de renda, sem revolução nem expropriação das empresas capitalistas. As minorias surgidas nesses partidos defendiam a necessidade da revolução socialista, com a tomada do poder pelos trabalhadores e a socialização dos meios de produção (fábricas, fazendas), tal como tentara fazer a Comuna de Paris. Os bolcheviques representavam a ala revolucionária no movimento operário russo e os mencheviques, a ala reformista.

PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL,
DIVISÃO DA II INTERNACIONAL
E TEORIA DO IMPERIALISMO

O rompimento definitivo entre as duas alas da antiga social-democracia de inspiração marxista foi precipitado pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Essa guerra foi marcante por diversos aspectos. Primeiro, por ter envolvido muitos países ao mesmo tempo. O termo mundial tem

certo exagero, pois foi uma guerra mais propriamente europeia⁵³. Em todo caso, um envolvimento tão amplo de países europeus em um único conflito militar só ocorrera em situações muito anteriores – as últimas delas eam as Guerras Napoleônicas do início do século XIX. Em segundo lugar, as novas tecnologias bélicas da época aterrorizaram os povos atingidos por elas: aviação, armas químicas, submarinos. O historiador Eric Hobsbawm (*Era dos Extremos*) assinala que esta guerra mudou a cultura militar, arraigada até então, de que a guerra envolvia apenas os combatentes. Antes da Primeira Guerra Mundial, perdas civis eram vistas como falhas ou erros a lamentar. A partir de 1914, cidades, fábricas, instalações governamentais e a população civil passaram a ser alvos de operações militares. Nos filmes cuja história se passa durante a *Segunda* Guerra Mundial (1939-1945), é comum vermos cenas de alarmes avisando a chegada de aviões inimigos e a população correndo para abrigos antiaéreos. Porém, na *Primeira* Guerra, quando esses bombardeios se iniciaram, não havia abrigos e ninguém estava habituado a essa ameaça. As armas químicas foram outra tecnologia aterrorizante. Seu efeito foi tamanho que elas foram proibidas pela Convenção de Genebra em 1925. Por incrível que pareça, essa proibição foi respeitada durante as operações militares da Segunda Guerra. Ela só foi ignorada, mais tarde, pelos Estados Unidos, na Guerra do Vietnã (1964-1973), durante a Guerra Fria.

53. A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) envolveu quase todos os continentes; ela se iniciou como uma espécie de "segundo tempo" da Primeira. O Brasil participou por meio da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que lutou na Itália. Na Primeira, o país não atuou em termos militares.

A motivação da Primeira Guerra Mundial foi alvo de debates intensos entre todos os segmentos políticos da época. Os governos beligerantes faziam um discurso nacionalista e patriótico. Cada um dizia estar defendendo seu povo das ameaças do outro. Grupos pacifistas acusavam o espírito guerreiro atizado pelos governos como anti-humano e antissocial. Escritores e artistas pacifistas manifestaram-se com veemência, mas acabaram sentindo-se exilados em seus próprios países, frente à histeria guerreira dominante. O alemão Hermann Hesse e o francês Romain Rolland estiveram entre os mais célebres desses escritores.

Para os social-democratas, estava clara a ligação entre capitalismo e guerra. A tendência belicista do desenvolvimento capitalista já fora anunciada por Engels, no vigésimo aniversário da Comuna de Paris (1891), na introdução a *A Guerra Civil na França*, de Marx, com estas palavras proféticas:

“E acaso não pende constantemente sobre nossas cabeças a *espada de Dâmocles* de outra guerra que, em seu primeiro dia, converterá em cinza todas as alianças firmadas pelos príncipes sobre o papel; uma guerra em que só há de certo a incerteza absoluta de suas consequências; uma guerra de raças que submeterá toda a Europa à sanha devastadora de 15 ou 20 milhões de homens armados e que se não começou ainda a provocar destruições é porque mesmo a mais forte entre as grandes potências militares treme diante da impossibilidade de prever o seu desfecho?”⁵⁴.

54. No filme *Sherlock Holmes 2*, o vilão Moriarty, flagrado pelo detetive com um grande arsenal de material bélico, explica que uma guerra europeia é inevitável, só foi postergada pelos acordos diplomáticos. Essa afirmação reflete bem o clima de fins do século XIX.

No início do século XX, o grande líder socialista francês Jean Jaurès proclamava: *O capitalismo traz em si a guerra, como as grandes nuvens carregam em si a tempestade*⁵⁵.

Embora essa previsão fosse quase unânime entre os socialistas, a resposta que os partidos operários deviam dar ao problema levou a uma polêmica que acabou por dividir irremediavelmente o movimento operário europeu e mundial. Os reformistas discursavam contra a guerra, mas não mobilizavam o povo contra os governos que a atiçavam. Os revolucionários defendiam a transformação da guerra entre capitalismo rivais em uma guerra civil do proletariado de cada país contra seus próprios governos e patrões. Lênin, líder dos bolcheviques russos, escreveu em 1916:

“(...) hoje, é colocada em suas mãos uma cédula eleitoral; tomem-na, saibam organizar-se para bater seus inimigos e não para enviar ao Parlamento homens que se aferram à sua poltrona por medo da prisão. Amanhã, é retirada sua cédula eleitoral, são postos em suas mãos um fuzil e um magnífico canhão (...); tomem esses engenhos de morte e destruição, não escutem as choramingas sentimentais dos que temem a guerra. Há muitas coisas que *devem ser* destruídas a ferro e fogo para a libertação da classe operária. E se a cólera e o desespero crescem nas massas, (...) preparem-se para (...) acionar esses – tão úteis – engenhos de morte e destruição *contra* seu governo e *contra* sua burguesia” (*A Falência da II Internacional*).

55. Veja site 36.

A referência aos “homens que se aferram à sua poltrona por medo da prisão” toca no episódio que ocasionou a ruptura entre as duas alas da social-democracia em toda a Europa. Os governos beligerantes convocaram seus parlamentos a aprovarem créditos de guerra para realizar o conflito. A maioria dos deputados socialistas votou a favor. Essa votação foi considerada um crime pelos socialistas da ala revolucionária, pois condenava os operários de diversos países a atirarem uns nos outros, com o aval dos partidos que os representavam. Um dos argumentos mais sinceros em defesa dessa atitude foi de que os deputados que votassem contra a guerra seriam presos – o que ocorreu, de fato, com o único parlamentar socialista alemão que teve essa coragem, Karl Liebknecht, o qual, ao romper com a maioria de seu partido, pronunciou uma frase que se tornou célebre: *Abaixo a guerra, abaixo o governo!*

Como se vê, a maioria dos social-democratas alemães se orientava para o reformismo e a colaboração com a burguesia. O mesmo ocorria na França, na Itália e nos demais países europeus. Os revolucionários eram minoria – com exceção da Rússia, onde formaram a maioria no Congresso do Partido Social-Democrata em 1902 (*bolche* = mais e *menche* = menos, são as raízes, em língua russa, dos nomes das duas frações partidárias desde então: bolcheviques e mencheviques).

Por trás da polêmica sobre a atitude em relação à guerra estava a interpretação das transformações sofridas pelo capitalismo após a morte de Marx. Lênin e os bolchevi-

ques, com a adesão de alguns revolucionários em outros países, desenvolveram a teoria marxista do imperialismo.

A teoria do imperialismo capitalista surgiu no final do século XIX, a partir de autores não marxistas. O inglês John Hobson e o sueco norte-americano Thorstein Veblen foram os primeiros a estudar o processo de expansão do poder capitalista sobre territórios economicamente atrasados. Essa expansão tomou a forma de um *novo colonialismo* – expressão usada pelo historiador marxista Hobsbawm, para diferenciá-lo do colonialismo da era mercantilista, uma vez que o novo era dirigido pelos interesses industriais e financeiros, enquanto a versão original fora orientada pela burguesia comercial europeia, no século XVI ao XVIII. Nesta nova expansão, no final do século XIX, países africanos e asiáticos foram dominados militarmente pelas potências europeias. Outra forma de dominação imperialista era a dependência econômica e financeira de países formalmente independentes, cujas economias funcionavam à base da produção de matérias-primas exportadas aos países industrializados (o Brasil e a América Latina se encaixavam neste padrão e eram chamados de semicolônias na literatura marxista sobre imperialismo). As colônias e semicolônias recebiam capitais exportados pelos países imperialistas, aproveitando a mão de obra e matérias-primas baratas e os mercados cativos para seus produtos. Isso tornava as taxas de lucro das empresas imperialistas nesses países maiores que nos países-sede, onde as tendências à queda da taxa de lucro eram mais fortes.

O imperialismo usava uma propaganda ultranacionalista e preconceituosa contra povos e culturas “inferiores” para obter apoio da opinião pública para suas políticas expansionistas, colonialistas e guerreiras. Essa ideologia de superioridade nacional, denominada *chauvinismo*, foi primeiramente assinalada por Hobson e Veblen. Ela deu origem a teorias mais radicais que se orientaram para o racismo – a divisão da espécie humana em raças, algumas superiores e outras inferiores.

Mais tarde, a análise do imperialismo foi incorporada ao acervo teórico do marxismo. Lênin, Bukharin (outro dirigente bolchevique) e outros revolucionários marxistas reforçaram a tese dos autores supracitados, de que as ideologias patrióticas e nacionalistas dos governos imperialistas serviam para entorpecer a consciência de classe do operariado e atrair as camadas superiores da classe operária para uma *união nacional* com sua própria burguesia, em troca de migalhas extraídas da espoliação das nações oprimidas pelo imperialismo. Na interpretação de Lênin, essas camadas mais bem pagas do operariado europeu – por ele denominadas de *aristocracia operária* – eram minoria entre os trabalhadores, mas controlavam os principais cargos nos sindicatos e partidos operários. Dessa forma, influenciavam a maioria da classe operária e falavam em seu nome, inclusive para atirá-la à guerra contra seus irmãos de classe do outro lado da fronteira.

Os estudos de Bukharin e Lênin sobre o imperialismo foram escritos durante a Primeira Guerra Mundial. A

guerra era vista por esses revolucionários como a maior expressão dos conflitos entre imperialismos rivais, com destaque para a rivalidade entre a Grã-Bretanha e a Alemanha, as duas maiores economias industrializadas da Europa. O livro de Lênin *Imperialismo, etapa suprema do capitalismo* tornou-se um clássico da literatura marxista. Lênin apoiou-se em boa medida no não marxista Hobson e em estudiosos alemães que nada tinham em comum com Marx, para deduzir uma teoria que dava continuidade à interpretação marxista do capitalismo, agora na era dos monopólios. Segundo Lênin, o domínio dos Estados capitalistas pelo capital financeiro e pelos monopólios industriais estava na base da expansão e da política imperialista, cuja maior consequência era a guerra. A camisa de força da propriedade privada e dos Estados nacionais sufocava o desenvolvimento das forças produtivas, o que tinha como única saída a guerra entre imperialismos rivais. Por sua vez, a guerra e a devastação dela decorrente empurrariam os operários à revolução. O imperialismo foi identificado por Lênin como a *era das guerras e revoluções*.

A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO NA RÚSSIA E A III INTERNACIONAL

A Rússia – na época, um império com pretensões territoriais sobre outros países – foi um dos principais envolvidos na Primeira Guerra Mundial. E foi nesse país que a previsão e a proposta de Lênin se materializaram. No início de 1917, uma revolução popular, liderada pelos

trabalhadores, derrubou a monarquia russa, dirigida pelo czar Nicolau II (czar era o título dos imperadores russos, derivado de César – título dos antigos imperadores romanos). A Revolução de Fevereiro, como ficou conhecida, ocorreu de forma concentrada na capital do país – São Petersburgo – e depois se espalhou para outras cidades. Ela deu origem a um regime liberal burguês, em lugar da monarquia absoluta do czar.

Imediatamente, os trabalhadores passaram a criar conselhos operários, eleitos pela base, em cada fábrica e cada bairro popular; o mesmo começou a ocorrer nos quartéis, com conselhos dos soldados (cuja maioria era de origem camponesa). O nome desses conselhos em russo é *soviet*. Os soviets rapidamente se unificaram, elegendo representantes para assembleias soviéticas (isto é, de delegados eleitos pelos soviets de base) nas cidades revoltadas em muitos pontos da Rússia. Os delegados eleitos pelos soviets eram obrigados a prestar contas, perante sua base eleitoral, das votações de que haviam participado nas assembleias soviéticas. Caso seus eleitores – os operários, moradores dos bairros populares e soldados – discordassem das posições adotadas por seus delegados, revogavam seus mandatos, destituíam-nos no instante seguinte e os substituíam por outros que estivessem de acordo com a opinião da maioria daquela fábrica, bairro ou quartel.

Assim, os soviets expressavam uma nova forma de democracia, criada espontaneamente pelo povo trabalhador. Essa nova organização popular retomava as formas de

democracia direta, surgidas por pouco tempo na Comuna de Paris. Aqui, ela ressurgiu em maior escala e apresentou características mais avançadas de controle dos representantes pelos representados. Os delegados revogáveis a qualquer momento expressavam a cada instante o estado de ânimo da população rebelada. À medida que a consciência e a motivação revolucionária do povo se alteravam, a composição dos soviets acompanhava essas alterações quase ao mesmo tempo, com a substituição frequente dos delegados eleitos pela base operária e popular.

Importante ressaltar que os soviets não foram propostos por nenhum partido político. Eles surgiram espontaneamente, durante a primeira revolução popular, em 1905, reprimida e derrotada pelas forças do regime czarista. Doze anos mais tarde, o povo russo voltou a se revoltar contra o mesmo regime, agora sob o agravante dos sofrimentos impostos pela guerra imperialista. Nessa nova ofensiva revolucionária, as massas populares retomaram sua organização inicial, aperfeiçoando-a com as lições da experiência anterior e fortalecendo-a com a adesão dos soldados-camponeses.

Imediatamente após a Revolução de Fevereiro, formou-se um governo provisório liderado pela burguesia liberal, apoiado pelos mencheviques e outras correntes socialistas moderadas. Alguns meses depois, esses socialistas assumiram diretamente o governo, sob a presidência de Alexander Kerensky. Todos esses governos mantiveram a Rússia na guerra e recusaram-se a tomar medidas em favor

da população trabalhadora dos campos e das cidades, em nome das premências da guerra.

Os bolcheviques fizeram oposição a todos os governos provisórios, defendendo as reivindicações populares mais sentidas com o lema *Paz, Terra e Pão*. A tradução dessas três palavras, em termos programáticos, era simples: retirar a Rússia da guerra imperialista, dividir as terras dos nobres entre os camponeses e melhorar as condições de vida dos trabalhadores, a começar pelos salários. Para realizar essas demandas do povo, apontavam como caminho: *Todo o poder aos soviets!*. Com essa linha política persistente, sua influência cresceu muito entre os operários e soldados ao longo dos meses seguintes, principalmente em São Petersburgo (então capital do país). Os soviets, que no início tinham uma maioria de socialistas favoráveis ao governo provisório, passaram em poucos meses a ter uma composição majoritariamente bolchevique.

Essa linha estratégica dos bolcheviques, idealizada por Lênin, nem sempre foi compreendida pelos historiadores, jornalistas e comentaristas políticos. Em muitas narrativas sobre a Revolução Soviética, ela foi simplesmente omitida ou, mais frequentemente, distorcida, como se os bolcheviques exigissem o poder diretamente para si mesmos. Isso se deve ao forte sentimento antissoviético e anticomunista que prevaleceu durante a Guerra Fria (1945-1991). Na realidade, com essa estratégia, os bolcheviques exigiam que os mencheviques e demais socialistas moderados assumissem o poder sem a burguesia. Essa era a tradução concreta

da palavra de ordem *Todo o poder aos soviets*, uma vez que esses grupos moderados eram majoritários nos soviets, nos primeiros meses da Revolução. Para tornar isso ainda mais claro, os bolcheviques completavam sua propaganda com a bandeira *Abaixo os dez ministros capitalistas!*. Esta bandeira implicava exatamente que mencheviques e demais socialistas moderados governassem sozinhos, para o que contariam com apoio dos bolcheviques contra a burguesia. Por outro lado, o partido bolchevique reservava-se o direito de criticar o governo desses socialistas.

A frustração popular com a não realização de medidas avançadas pelos socialistas no governo era respondida pelos governistas com a necessidade de manter a aliança com a burguesia liberal. A propaganda bolchevique mostrava a necessidade de eles se desembaraçarem dessa aliança e tomarem as medidas requeridas pelo povo, sintetizadas nas três bandeiras que os próprios bolcheviques agitavam (Paz, Terra e Pão). A recusa dos mencheviques de abandonarem a aliança foi um fator fundamental na mudança política ocorrida entre os trabalhadores, que aderiram ao partido bolchevique e deram-lhe maioria nos soviets.

Em outubro de 1917, os bolcheviques, seguindo a orientação estratégica de Lênin, organizaram uma insurreição do proletariado da capital. A Guarda Vermelha, destacamento de operários e soldados armados, formado pelo Soviete de São Petersburgo sob o comando direto de Leon Trotsky (outro dirigente bolchevique, presidente do Soviete), invadiu e tomou o Palácio de Inverno, sede do

governo. Kerensky fugiu para os EUA. Logo depois, um congresso dos soviets de toda a Rússia reuniu representantes dos conselhos operários e de soldados (soviets) de São Petersburgo e de outras cidades e regiões. Essa reunião, chamada de Congresso PanRusso dos Sovietes, nomeou um governo encabeçado por Lênin, líder do Partido Bolchevique. Em seguida, outros territórios dominados pelo ex-Império Czarista russo (Ucrânia, Bielo-Rússia, Geórgia, Cazaquistão etc.) organizaram seus soviets, aderiram ao governo bolchevique e formaram com a Rússia a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS, ou simplesmente União Soviética. Essa união durou até 1991, quando se desfez.

A primeira tarefa dos bolcheviques foi cumprir suas propostas. A Rússia retirou-se da guerra em um tratado assinado com os alemães em Brest-Litovsk, por uma delegação dirigida por Trotsky. Em seguida, um decreto de Lênin distribuiu as terras da nobreza entre os camponeses. Mais difícil foi melhorar a vida dos operários e da população em geral, embora imediatamente as fábricas e grandes empresas tenham passado às mãos do governo. O país estava exaurido pela guerra externa e logo passou a sofrer uma guerra civil e uma intervenção estrangeira.

Um fato notável e muito pouco conhecido do grande público é que, até esse momento, a Revolução de Outubro foi pacífica. Violenta fora a Revolução de Fevereiro, que derrubou o czar e deu o poder à burguesia liberal e aos socialistas moderados. Os jornalistas, políticos e historiado-

res antissoviéticos costumam lamentar que a Revolução de Fevereiro (liberal) tenha sido suplantada pela Revolução de Outubro (socialista). No entanto, a primeira foi realmente violenta: houve batalhas de rua, enfrentamentos militares e rebeliões nos quartéis, algumas vitoriosas e outras derrotadas, até a efetivação da queda do governo czarista. Já por ocasião da Revolução de Outubro, os bolcheviques tinham apoio popular e o governo de Kerensky estava desmoralizado. Assim, a tomada do poder pelos bolcheviques foi realizada sem derramamento de sangue. A violência foi imposta posteriormente pelos derrotados – os proprietários de terras, capitalistas, políticos e generais czaristas – que, apoiados militarmente pelos países imperialistas, iniciaram uma guerra brutal para retomar o poder.

Essa guerra foi extremamente desigual. De um lado, lutavam os exércitos mercenários invasores, organizados pelos generais czaristas, que atuaram em conjunto com exércitos de cinco países estrangeiros, suporte estratégico de outros nove países e apoio interno dos setores derrubados pela Revolução de Outubro – o que inclui os socialistas moderados. De outro, o governo soviético, defendendo o território com um exército improvisado e sem treinamento anterior – o Exército Vermelho. Esse exército foi criado do nada, com base nos operários e camponeses russos, por Leon Trotsky.

As brutalidades de ambos os lados na guerra civil foram terríveis. Porém, o aspecto mais relevante é o fato de a União Soviética ter saído vitoriosa nesse conflito desigual. A única explicação convincente para isso deve ser buscada no

apoio da população ao novo regime. Isso é tanto mais verdadeiro quando se considera que as condições econômicas, de fato, pioraram durante a guerra civil, em relação ao que eram antes da Revolução – o que, em tese, deveria facilitar a adesão popular aos contrarrevolucionários, que chegaram a dominar três quartos do território soviético, mas acabaram expulsos. Esse aspecto é frequentemente omitido nos textos jornalísticos e de história sobre a URSS.⁵⁶

Outra decisão importante do governo bolchevique foi a concessão de direitos reais de autonomia e até independência aos povos até então dominados pelo Império Czarista. A Lituânia, Letônia e Estônia, três regiões às margens do Mar Báltico, obtiveram sua independência em um acordo pacífico com o governo dos soviets, bem como a Finlândia. Outras regiões puderam ensinar suas próprias línguas nas escolas – uma antiga reivindicação das províncias do antigo império –, ao lado do russo, e formar governos autônomos. Foi sob essa base que essas regiões aderiram aos soviets e formaram com a Rússia a União Soviética. A União centralizava as forças armadas, a moeda (rublo), os sistemas que percorriam todo o território (como os correios e os transportes), bem como a organização da economia. As repúblicas podiam desenvolver seu idioma e cultura próprios (ao lado do russo) e obtiveram autonomia em diversas políticas públicas.

56. A vitória do Exército Vermelho sobre os Brancos (exércitos dos generais czaristas contra a URSS) e mais cinco exércitos estrangeiros deu a Trotsky fama mundial. Mas, logo após, ele foi excluído do núcleo do poder. Poucos anos depois, foi expulso do Partido Comunista e, por fim, da própria URSS.

Ao mesmo tempo, os bolcheviques se preocuparam em fortalecer os movimentos revolucionários em todo o mundo, que eles consideravam necessários à sobrevivência da própria URSS. Para isso, organizaram, com todas as correntes revolucionárias, até então minoritárias nos partidos social-democratas de diversos países, a III Internacional, fundada em 1918. Em cada país, os aderentes a essa nova internacional se separaram definitivamente dos socialistas moderados e fundaram novos partidos. Para se diferenciarem, deram a esses novos partidos o nome de Partidos Comunistas – a começar do Partido Bolchevique, que se tornou o PCUS. A III Internacional passou a ser popularmente conhecida como Internacional Comunista (ou Comintern). Sob sua inspiração, surgiram novos partidos comunistas em países que estavam apenas começando a se industrializar, como o Brasil e outros da América Latina.

Contrariamente à expectativa dos bolcheviques, a situação mundial se estabilizou parcialmente nos anos 1920. Na década seguinte, a Grande Depressão provocou uma nova agitação revolucionária pelo mundo: golpes militares, revoluções e contrarrevoluções, guerras civis, ascensão de ditaduras fascistas. Mas nenhuma revolução foi vitoriosa até a Segunda Guerra Mundial, iniciada em 1939. A URSS permaneceu isolada e cercada pelo capitalismo mundial por cerca de três décadas. As consequências desse longo isolamento serão discutidas mais à frente.

A Internacional Comunista foi desfeita pelo dirigente soviético Josef Stalin durante a Segunda Guerra Mundial,

em 1943, quando a URSS começava a se aliar aos EUA e à Grã-Bretanha contra a Alemanha nazista. Cinco anos antes, comunistas dissidentes, opostos à política e ao regime de Stalin, haviam fundado, sob inspiração de Leon Trotsky (dirigente da Revolução de Outubro expulso da URSS em 1929), a IV Internacional, referida mais adiante.

PAÍSES “COMUNISTAS” OU “SOCIALISTAS”?

Uma confusão e uma dúvida muito comuns entre estudantes universitários residem na expressão países comunistas. Como muitas vezes também é (ou era) utilizada a expressão países socialistas, a dúvida é sobre qual dos dois é correto. O pano de fundo dessa dúvida, na verdade, é o significado dos termos comunismo, socialismo, comunista e socialista. As pessoas que viveram na União Soviética e nos países do Leste Europeu antes de 1989 (ano da queda do Muro de Berlim) viveram efetivamente sob o comunismo ou em países comunistas? E por que alguns os chamam de países socialistas? Enfim, do que se trata ao falar de comunismo ou de socialismo?

Para responder essa questão, devemos desenvolver o que já foi dito sobre a concepção de Marx e Engels sobre o futuro socialista e comunista da humanidade. Ao fazê-lo, devemos comparar essa concepção com o uso que dela fizeram os partidos e movimentos que reivindicaram o programa marxista no século XX. O uso alternativo dessas expressões pelos inimigos e adversários políticos do marxismo também será esclarecido.

Como dito, Marx não gastou muito tempo projetando o futuro. Seu trabalho concentrou-se na história e no funcionamento do capitalismo e suas contradições, em busca dos sinais da sua provável superação. Suas observações sobre o pós-capitalismo eram genéricas e possuíam duas grandes coordenadas. *Primeira*: se o capitalismo havia representado um novo período de progresso em relação ao feudalismo que o antecederia, a tomada do poder de Estado pelos trabalhadores iniciaria uma nova etapa na história da humanidade.

O capitalismo generalizou a produção para o mercado, isto é, a produção de mercadorias. A capacidade produtiva da humanidade foi imensamente multiplicada. Agora, era possível produzir o suficiente para atender as necessidades do conjunto da espécie humana. Porém, o capitalismo continua a ser uma sociedade baseada na exploração de uma classe por outra. As revoluções burguesas que deram origem ao capitalismo, assim como todas as transformações sociais anteriores, representaram a passagem dos meios de produção, das mãos de uma classe minoritária para outra. Mas a classe operária só pode se libertar da exploração específica que a subjuga – o assalariamento capitalista – eliminando a fonte de toda exploração, ou seja, a propriedade privada dos meios de produção. E isso tinha se tornado possível graças à enorme produtividade desenvolvida pelo capitalismo.

O socialismo, iniciado com a formação de um ou mais Estados operários em lugar dos Estados burgueses, repre-

sentaria o princípio de uma era de propriedade coletiva dos meios de produção (fábricas, terras, máquinas etc.). O Estado operário substituiria o Estado burguês. Marx via na Comuna de Paris o embrião da “ditadura do proletariado” que ele esperava viesse a ocorrer com a revolução socialista. Nesse Estado, a classe operária, organizada a partir das fábricas e dos bairros populares, comandaria os negócios públicos, em aliança com os camponeses e os setores da pequena burguesia que aceitassem o predomínio dos trabalhadores. O fim da propriedade privada acarretaria o fim da exploração do homem pelo homem. As empresas capitalistas seriam expropriadas e passariam ao controle social, sob comando do Estado operário. Um plano geral de produção, distribuição e consumo seria estabelecido a partir das organizações operárias, desde a base até a cúpula do Estado. Essa etapa representaria o **socialismo**. No socialismo, prevalece ainda o lema: *De cada um conforme sua capacidade, a cada um conforme sua produtividade*. Isto é, a distribuição da produção continua a ser decidida de acordo com a contribuição de cada indivíduo para o “bolo” social, porém livre da apropriação da mais-valia pela burguesia.

O socialismo deveria ampliar a internacionalização da economia e a produtividade do trabalho desenvolvidas pelo capitalismo. Esses dois eixos do desenvolvimento socialista se tornariam viáveis com o fim da apropriação burguesa da mais-valia e com a união internacional dos trabalhadores. Assim, o socialismo somente se completaria quando a maioria dos países capitalistas aderisse ao mesmo

processo de transformação, sob a liderança do proletariado. Uma comunidade de países socialistas substituiria o mundo político e econômico dominado pelo capital. Esta etapa (socialista) ainda é preparatória a uma etapa mais evoluída, o **comunismo**, que se tornará possível pelo avanço econômico, social e cultural possibilitado pelo socialismo, à medida que se completa em escala mundial.

Surge aqui a *segunda coordenada* de Marx para indicar de forma genérica a tendência futura da sociedade socialista. Ele explica que *um Estado que representa a maioria começa a perder sua razão de existência*. Uma vez expandido o regime socialista em escala internacional e ampliada a produtividade do trabalho, não mais alienado e livre da exploração, a abundância de bens e serviços levaria à *apostentadoria das funções do Estado*. Elas simplesmente não seriam mais necessárias. Não há mais disputa pelos bens indispensáveis à vida e à dignidade humana. A abundância material já proporcionada pelo capitalismo e sua multiplicação a partir da abolição da propriedade privada dos meios de produção, tornando-os propriedade coletiva, representarão o fim da disputa pelos bens e serviços. Abolida a propriedade privada das fazendas e fábricas, desaparecem as classes sociais e a penúria de umas em favor de outras. Sem classes sociais e sem desigualdade, não há como nem porque uma parcela da sociedade dominar a outra. E esse domínio é a razão de ser do Estado em toda a história humana. Nesta etapa mais avançada, portanto, *O Estado não é 'abolido', extingue-se* (Engels).

A etapa mais avançada, preparada pelo socialismo, é o *comunismo*. Neste, o Estado deixa de existir. Os países se fundem e o planeta passa a funcionar como um único país, em uma economia planificada socialmente. As diferenças de idiomas, culturas e costumes não impedem essa interação mundial, como já não impediram a formação do mercado mundial capitalista. Ao contrário, em uma sociedade livre da exploração e da miséria, com uma produtividade mais elevada, que permite atender a todas as necessidades sociais, os indivíduos poderão desenvolver todos os seus talentos e capacidades intelectuais. A arte, a ciência e a cultura deixarão de ser privilégio dos membros das classes superiores. A distribuição seguirá um novo lema: *De cada um conforme suas possibilidades, a cada um conforme suas necessidades*. A produção será tão elevada e sua distribuição já terá atingido um grau tamanho de satisfação das necessidades sociais, que o princípio da produtividade individual, como critério para a repartição dos produtos, poderá ser abandonado. Por isso mesmo, o Estado deixa de ser necessário e permanece apenas a administração das coisas materiais e a organização dos processos de produção, com trabalhadores conscientes e não alienados.

Portanto, o **comunismo** é uma etapa mais avançada que o **socialismo**. Nele, o Estado deixa de existir. Para atingir o **socialismo**, é necessária uma *revolução* anticapitalista dirigida pelos trabalhadores (pacífica ou não). Para atingir o **comunismo**, é preciso que o mundo inteiro (ou, pelo

menos, os países que possuem as maiores economias do mundo) se torne socialista e a riqueza geral aumente ainda mais, com uma distribuição cada vez mais igualitária. A passagem ao comunismo é uma consequência *natural* da evolução do socialismo.

Dito isto, o que pode ser um *país comunista*? Trata-se de uma expressão vazia de conteúdo científico, ao menos na concepção marxista – e ninguém propôs outra concepção como base para essa expressão. Se há países, então ainda não se chegou ao comunismo. Se há Estado, poderemos falar de um país capitalista ou socialista.

Um *país socialista* será uma possibilidade, de acordo com Marx? Assim como o capitalismo, o socialismo precisará se expandir mundialmente para completar-se. O socialismo em um único país jamais estará concluído. A divisão internacional do trabalho criada pelo capitalismo continuará a existir após a transformação de um ou alguns países em socialistas. Não é possível construir nem mesmo o capitalismo em uma única unidade nacional. A Grã-Bretanha, pioneira nesse modo de produção, precisou estendê-lo a muitos outros países como condição de seu próprio desenvolvimento. Os EUA, que a sucederam na liderança mundial do capitalismo, possuem um território imenso e uma população numerosa – e, mesmo assim, precisaram de um intenso processo de importação de máquinas e exportação de produtos agrícolas para se desenvolverem. Mais tarde, passaram a exportar produtos industriais e capitais (na forma de empréstimos e inves-

timentos externos). Depois, sua influência econômica se expandiu a vários territórios externos. Foi graças a esse contínuo fluxo de relações com o mercado mundial que o país se desenvolveu e acabou substituindo a Grã-Bretanha na condição de potência-líder do mundo capitalista. Ao término da Segunda Guerra Mundial, os acordos de Bretton Woods (1944) consagraram o predomínio mundial dos EUA e do dólar.

Se a internacionalização é necessária ao capitalismo, terá que ser ainda mais para o socialismo, que Marx supõe mais avançado.

Em síntese, o socialismo só se afirmará definitivamente à medida que conquistar muitos países, especialmente entre os que possuem economias industriais mais adiantadas. Só assim será possível ampliar em larga escala a produtividade do trabalho, contando com as tecnologias e as habilidades técnicas dos trabalhadores de países avançados e distribuindo melhor as atividades econômicas e a divisão do trabalho entre as diversas nações. Não será o lucro, decorrente da propriedade privada, que definirá os papéis de cada país, mas sim as necessidades da comunidade de países socialistas e as possibilidades de cada região e país para atender este ou aquele aspecto de tais necessidades. A *competição* será substituída pela *cooperação*. Somente a abolição da propriedade privada dos meios de produção permitiria, segundo Marx, eliminar a base de toda competição e implantar um regime superior apoiado na cooperação – o socialismo.

Portanto, a própria expressão ‘país socialista’ é limitada. Ela não é tão absurda quanto ‘país comunista’, mas requer uma qualificação. ‘Países em transição para o socialismo’ seria o mais correto. O socialismo integral será um regime internacional, ou não será socialismo. Ao menos, isso é o que se depreende da leitura de Marx e Engels – e também de Lênin, fundador da URSS.

Se muitos países avançarem para o socialismo, ele se tornará mais completo, até poder se transformar no comunismo. Neste, não haverá países nem Estados. Essa é uma etapa futura. O que está na ordem do dia, para Marx e os marxistas, é a conquista do socialismo.

A expressão *países comunistas* era usada particularmente pelos EUA e pelas forças pró-capitalistas no mundo para caracterizar a União Soviética e seus aliados. Durante a Guerra Fria (1945-1991), o sentido era pejorativo. O termo associava-se à ideia de um único partido permitido, dominando tudo e todos, à falta de liberdade, à prisão dos opositores, à presença constante da polícia política vigiando os cidadãos, ao controle estatal de toda atividade econômica. Também era associado a uma pretenção agressividade desses países para dominar outros e “convertê-los” ao seu regime pela força, justificando todo o aparato militar e nuclear dos EUA e também os regimes antidemocráticos que apoiavam contra o “perigo vermelho” (como as ditaduras militares latino-americanas). O nome tinha, portanto, uma *forte carga ideológica* pró-EUA e pró-capitalista. Embora fosse *vazio em termos teóricos*, ele tinha uma função política estratégica: apoiar

o lado capitalista na Guerra Fria. Dessa forma, seu uso prolongado criou um mito – de que o comunismo já existia de fato por trás da Cortina de Ferro⁵⁷.

A URSS, os países do Leste Europeu, China e Cuba não aplicavam esse nome a si próprios. Autodenominaram-se *países socialistas* (relembre o significado da sigla URSS); na Europa do Leste, a expressão mais comum era *democracias populares*. Este termo também possui uma carga ideológica, desta vez pró-soviética ou favorável a esses países. A ideia de que seria possível construir o socialismo integral em um único país contraria tudo o que Marx e Engels sempre afirmaram. Em *A Ideologia Alemã*, texto que Marx define⁵⁸ como *um ajuste de contas com nossa consciência filosófica anterior*, pode-se ler:

“Por outro lado, este desenvolvimento das forças produtivas (que implica já que a existência empírica atual dos homens decorra no âmbito da história mundial e não no da vida local) é uma condição prática prévia absolutamente indispensável, pois, sem ele, apenas se generalizará a penúria e, com a pobreza, recomeçará paralelamente a luta pelo indispensável e cair-se-á fatalmente na imundície anterior.”⁵⁹

57. Expressão de Winston Churchill, primeiro-ministro britânico durante a Segunda Guerra Mundial, para designar a linha divisória entre os países comunistas, aos quais era abertamente hostil, e as democracias capitalistas (que incluíam muitas ditaduras mantidas ou apoiadas pela Grã-Bretanha e pelos EUA).

58. No prefácio à *Contribuição para a Crítica da Economia Política*.

59. *A Ideologia Alemã*. Como Marx explica no prefácio citado na nota anterior, esse texto não foi dado a público e foi deixado “à crítica roedora dos ratos”. Sua primeira publicação ocorreu um século depois (em 1933).

Os marxistas russos, especialmente os bolcheviques, estavam conscientes disso. O programa do Partido Bolchevique, reescrito logo após a Revolução de Outubro, declarava que o proletariado russo havia escrito o primeiro capítulo da revolução socialista mundial. Lênin, em um artigo de 1922, ressaltou:

“Ainda nem terminamos de construir as fundações de uma economia socialista, e os poderes hostis do capitalismo moribundo ainda nos podem roubar o que já fizemos. (...) Sempre dissemos e repetimos a verdade elementar do marxismo – que os esforços conjugados dos trabalhadores de vários países avançados são indispensáveis para a vitória do socialismo. Ainda estamos sós, em país atrasado e mais arruinado do que tantos. Mas já fizemos muito.”⁶⁰

Essas ideias e expressões foram depois revogadas, apagadas e substituídas por outras que seguiam a teoria do Socialismo Num Só País. Esta nova teoria, defendida por Bukharin e Stalin⁶¹, tornou-se um dogma para os comunistas do mundo inteiro.

60. I. Lenin, *Notes of a Publicist*, publicação póstuma, no **Pravda**, 16 abril 1924; *Collected Works*, vol. 33, Moscou 1966, p. 204–207. Cf. Žižek, 2009. Grifo do autor (RVA)

61. Dois dirigentes do Partido Bolchevique desde antes da Revolução de Outubro de 1917. Bukharin era o maior teórico do partido. Após a morte de Lênin, defendeu uma política de enriquecimento dos camponeses. Apoiou e ajudou Stalin a combater a Oposição de Esquerda liderada por Trotsky (citado mais à frente) e a Oposição Unificada de Trotsky e Zinoviev. Presidiu a Internacional Comunista de 1926 a 1929, sucedendo a Zinoviev. Em seguida, criou e liderou a Oposição de Direita contra Stalin e sua política agrária (exposta adiante). Por fim, foi o mais prestigioso líder da “velha guarda” bolchevique executado com base nos Processos de Moscou (mencionados à frente). Bukharin foi publicamente reabilitado nos anos finais da URSS por M. Gorbatchev, penúltimo dirigente soviético. Por sua vez, Stalin, valendo-se do apoio crescente da burocracia partidária e estatal e de alianças de ocasião com membros da cúpula bolchevique, com quem depois rompeu e que mais tarde trucidou, transformou o posto de secretário geral do PCUS – ao qual ascendera ainda no período de Lênin – no cargo supremo da URSS. Exerceu esse cargo até sua morte, em 1953.

Dáí por diante, a expressão *países socialistas* passou a significar o socialismo integralmente realizado dentro das fronteiras de um único país e, após a Segunda Guerra Mundial, de alguns países. A ideia de uma transição para o socialismo, que somente se completaria em escala mundial, começou a ser combatida pelos dirigentes dos Partidos Comunistas em todo o mundo, como um erro e uma traição aos países socialistas. Contrariamente ao mito estadunidense do “comunismo” agressivo durante a Guerra Fria, a URSS e seus aliados do Leste buscavam a *coexistência pacífica* com o capitalismo – o que era outra crítica dos comunistas dissidentes contra o regime stalinista.

A partir da Revolução de Outubro de 1917, a palavra *socialista*, aplicada a indivíduos, identificava tanto os membros dos partidos social-democratas, reformistas e não revolucionários, como algumas correntes marxistas não apoiadoras da União Soviética, defensoras de alternativas revolucionárias ao capitalismo. O uso mais frequente era o primeiro (social-democratas), até porque alguns partidos ligados à II Internacional denominavam-se socialistas. O termo *Comunista* era associado em geral aos membros dos Partidos Comunistas, ou de rupturas desses partidos.

MARX E OS “PAÍSES SOCIALISTAS”

Tragicamente – ou ironicamente –, nenhum dos regimes pretensamente socialistas criados pelas revoluções do século XX evoluiu da forma prevista por Marx e pelos fundadores da União Soviética. Por que o *socialismo real* –

como o chamavam seus apoiadores após a Segunda Guerra Mundial, admitindo que era diferente do ideal – não realizou as previsões de Marx? Aliás, um aspecto dramático é que foi Lênin quem mais avançou no desenvolvimento das ideias de Marx sobre o futuro comunista da humanidade, no livro *O Estado e a Revolução* – no qual procura deduzir da teoria marxista os fundamentos da construção do Estado operário, do avanço para o socialismo e daí para o comunismo, com a consequente abolição final do Estado. O Estado fundado por Lênin e o Partido Bolchevique, a União Soviética (URSS), fruto da primeira revolução operária vitoriosa no mundo, tornou-se o primeiro Estado operário duradouro na história (mais de sete décadas). Exatamente nesse Estado, o regime pretensamente socialista degenerou para um regime *totalitário*, de partido único, de repressão a quaisquer opositores ou dissidentes, de perseguições policiais e campos de concentração, de massacres. Esse período foi identificado com Stalin, que sucedeu Lênin após sua morte em 1924. Os sucessores de Stalin, de 1953 a 1991, mantiveram a essência repressiva do regime, mesmo atenuando perseguições e massacres. O Estado soviético, longe de caminhar para sua extinção, tornou-se uma monstruosidade burocrática e opressiva⁶².

Os antimarxistas, alguns dos que se mantêm marxistas e diversos ex-marxistas arrependidos identificam uma con-

62. *O Estado e a Revolução*, de Lênin, é um clássico da teoria política marxista. Sintomaticamente, foi muito pouco divulgado na ex-URSS. É provável que isso se deva ao contraste entre suas previsões, de um Estado que “começaria a desaparecer” desde a vitória da revolução proletária, e a realidade do Estado totalitário soviético.

tinuidade fundamental entre Lênin e Stalin, o que faz do primeiro o responsável pelo totalitarismo que atingiu sua máxima expressão com o segundo. O maior argumento em favor desta opinião é que foi sob Lênin que os demais partidos foram suprimidos na URSS e as frações (correntes públicas de opinião dentro do partido) foram interditadas no próprio Partido Comunista da União Soviética (PCUS) – o novo nome do Partido Bolchevique após a tomada do poder.

Essa tese é contraditada por muitos marxistas, especialmente aqueles que se opuseram a Stalin, como Trotsky e seus seguidores, além de outras correntes e pensadores marxistas. Seu principal contra-argumento é que essas medidas eram justificadas temporariamente. Elas foram tomadas no auge da guerra civil (1918-1921), na qual os socialistas moderados, que no início faziam oposição legal aos bolcheviques, passaram a apoiar ativamente a contrarrevolução armada, juntamente com a burguesia russa, em sua tentativa de derubar os soviets. Após a vitória do Exército Vermelho, não havia mais justificativa para aquelas medidas restritivas. Assim, a manutenção daquelas proibições já teria sido, segundo esses críticos, uma manifestação das profundas deformações que o regime soviético estava sofrendo.

Além disso, esses marxistas assinalam o fato relevante de que as vítimas mais famosas de Stalin foram os principais revolucionários de Outubro⁶³, fuzilados entre 1936 e 1938 após os terríveis Processos de Moscou. Nesses pro-

63. A Revolução Soviética ocorreu em outubro de 1917, pelo antigo calendário russo. Desde então, o nome Outubro refere-se a essa revolução. No calendário atual, a data correta seria em novembro.

cessos, Stalin e o sinistro procurador soviético Vychinsky “provaram” – com confissões arrancadas sob tortura psicológica – que os companheiros de Lênin em 1917 haviam se aliado à Alemanha nazista e ao Japão militarista contra o governo soviético. Essa acusação inacreditável foi vendida ao mundo pela propaganda soviética, apoiada pelos Partidos Comunistas ao redor do planeta. Com base nela, os principais dirigentes da Revolução de Outubro foram fuzilados e seus apoiadores, presos em campos de concentração ou executados. O maior de todos os acusados era Leon Trotsky, exilado da URSS, o suposto articulador-mor internacional da conspiração antissoviética. Dezenas de milhares de comunistas, apoiadores de Trotsky, Bukharin, Kamenev, Zinoviev⁶⁴ e muitos outros dirigentes de Outubro de 1917, foram aprisionados e morreram nos campos de concentração soviéticos⁶⁵.

Esse resultado sangrento das disputas políticas no interior do PCUS decorreu do predomínio cada vez maior da burocracia “comunista”, a qual progressivamente foi tomando o lugar dos trabalhadores no Estado soviético. Os soviets, que na sua origem eram conselhos eleitos livremente nas fábricas e bairros e formavam a base do Estado (por isso chamado soviético), passaram a ter apenas

64. Os dois últimos eram os dirigentes bolcheviques mais próximos de Lênin até a Revolução de Outubro. Após a morte de Lênin, apoiaram Stalin, depois se uniram a Trotsky na Oposição, voltaram a aderir a Stalin e foram finalmente condenados nos Processos de Moscou e executados. Para se ter uma medida da sua importância, Zinoviev foi o primeiro presidente da Internacional Comunista, permanecendo nessa função de 1919 a 1926, quando passou a se opor a Stalin.

65. Sobre o campo de concentração de Vorkuta, que recebeu a maioria dos prisioneiros trotskistas, veja o artigo do historiador e militante Valério Arcary, no *site* 37.

membros do Partido Comunista selecionados por Stalin e pelos burocratas da cúpula do partidária. Os comunistas da primeira hora, que se opunham a esse controle burocrático e contrariavam as opiniões da cúpula, foram expulsos, presos e, mais tarde, a maioria foi executada ou morreu em campos de concentração, com base nos Processos de Moscou. Os motivos dessa burocratização avassaladora, que destruiu a democracia de base do Estado Soviético, serão apresentados com base na interpretação de Leon Trotsky em sua crítica ao stalinismo, na seção seguinte.

Mais uma contradição notória com o governo bolchevique passou a compor a rotina do regime stalinista: o tratamento às demais repúblicas e povos soviéticos. A extrema centralização estatal levou a abolição dos elementos de autonomia que haviam constituído o núcleo da proposta de Lênin para a integração voluntária dos antigos povos oprimidos pela Rússia à nova União de Repúblicas Socialistas. Casos ainda mais clamorosos ocorreram em torno da Segunda Guerra Mundial: Stalin repartiu a Polônia com Hitler em 1939 e depois invadiu os países bálticos na guerra contra a Alemanha, forçando-os a se integrarem à URSS. Esses eram os mesmos países a quem o governo bolchevique concedera independência logo após a Revolução de Outubro. Não admira que eles tenham sido os primeiros a se separar da URSS, antes mesmo de ela se desmantelar⁶⁶.

66. Uma cena emblemática do final dos anos 1980, foi a discussão pública entre Mikhail Gorbachev, penúltimo dirigente soviético, e um estudante lituano, que lembrou a posição de Lênin sobre seu país, irritando o líder da URSS. O episódio ocorreu em visita de Gorbachev à Lituânia para negociar uma nova autonomia, recusando-se a conceder a independência reclamada pela população.

A partir de 1929, Stalin deu uma guinada em sua política econômica, até então contrária à rápida industrialização defendida por Trotsky (que buscava assim fortalecer o proletariado na sociedade soviética). Pareceu aderir à proposta de seu maior rival, depois de tê-lo expulso da URSS ⁶⁷. Para isso, voltou-se contra os camponeses russos, requisitando matérias-primas agrícolas em volumes muito superiores aos que eles eram capazes de fornecer. Milhões deles foram fuzilados por descumprirem as ordens de Stalin; outros milhões morreram de fome ou frio. O maior crítico interno dessa política foi Bukharin, que defendia o oposto: estímulos ao enriquecimento dos camponeses para aumentar a produção agrícola. Bukharin chegou, nessa época, a comparar Stalin a Gêngis Khan, o conquistador mongol que devastou a Rússia na Idade Média.

Os anos 1930 na URSS mostraram uma combinação extraordinária de processos contraditórios que moldaram o país para as décadas seguintes. De um lado, a coletivização forçada das terras camponesas e o aniqui-

67. Na época da doença e morte de Lênin (1923-1924), uma luta surda pelo predomínio no PCUS foi travada entre Stalin e Trotsky. Este último acabava de se posicionar em oposição à burocratização do partido e do Estado soviético. Para a maioria do povo soviético e também no exterior, o nome de Trotsky era muito mais conhecido: presidente do Soviete Operário de Petrogrado (então capital da Rússia) em 1905 e 1917, organizador direto da tomada do Palácio de Inverno, negociador da paz com a Alemanha em Brest-Litovsk e, principalmente, criador e comandante do Exército Vermelho, que derrotou a invasão estrangeira aliada aos Brancos. Em seu leito, enfermo, Lênin ditou um testamento político às suas secretárias, no qual recomendava o afastamento de Stalin do núcleo do poder e indicava Trotsky como o dirigente mais capaz do Comitê Central (Lênin, 1979). No entanto, a maioria da direção partidária apoiava Stalin. O testamento de Lênin foi engavetado. Ao longo do tempo, muitos entre os mais destacados líderes do partido, da Revolução de Outubro e da URSS, antes favoráveis a Stalin, entraram em choque com o cada vez mais poderoso secretário geral do PCUS e acabaram em sua maioria eliminados por ele.

lamento de milhões de camponeses; de outro, o lançamento dos famosos Planos Quinquenais (de cinco anos) de industrialização. Esses planos criaram uma estrutura poderosa de indústrias pesadas necessárias à subsequente indústria de bens de consumo – e também à indústria de material bélico, indispensável a um país cercado por um mundo capitalista hostil que desejava destruí-lo. Ao lado desses dois grandes acontecimentos, de 1936 a 1938 ocorreram os já citados Processos de Moscou. A eliminação das principais lideranças de Outubro completou o domínio totalitário da burocracia no Partido Comunista e no Estado soviético, que já estavam fundidos em um só corpo. Daí por diante, a qualidade mais importante de um comunista passou a ser a obediência aos chefes. Ideias independentes passaram a ser indesejáveis e a restringir a ascensão pessoal na hierarquia do Partido-Estado. Coroava tudo isso o culto à personalidade de Stalin, que passou a ser conhecido como o Guia Genial dos Povos⁶⁸. Este último aspecto será retomado à frente.

É importante registrar aqui o caráter contraditório desses processos, para avaliar conjuntamente a força que pode assumir uma proposta socialista de reorganização da economia e da sociedade, tal como formulada por Marx e seus apoiadores, e, por outro lado, o horror totalitário que se abateu sobre a URSS. A ascensão industrial sovié-

68. Nas aparições públicas de Stalin, nenhum membro do partido queria ser o primeiro a interromper os aplausos e era necessária uma campanha para que eles cessassem. Uma cena hoje hilária ficou gravada: o próprio ditador se irritou com a ovação, que se estendia após a insistente campanha (veja vídeo: *Stalin angry*).

tica dos anos 1930 só teria sido possível em uma economia socializada. Nenhum país capitalista construiu em tão pouco tempo uma indústria pesada desse porte, capaz de suportar – como veremos adiante – uma guerra com a poderosa Alemanha nazista. Menos ainda em condições de completo isolamento mundial, como foi o caso soviético. Essa ascensão adquiriu ainda maior impacto na opinião pública mundial por coincidir com a Grande Depressão nos países industrializados, que se estendeu por toda a década de 1930.

Assinale-se que, após a Segunda Guerra Mundial, o planejamento econômico foi assumido como necessário em muitos países capitalistas avançados e em desenvolvimento. Muitos economistas e historiadores econômicos reconhecem a influência dos planos soviéticos anteriores à guerra sobre esse novo modo de pensar e dirigir as economias capitalistas. Naturalmente, tratava-se de planejamento em ambiente capitalista, buscando induzir os empresários privados a investir nesta ou naquela direção por meio de estímulos do Estado. Parte dos investimentos foi estatal, mas a essência era atrair e estimular investimentos privados.

Em um país socialista, cabia ao Estado operário encarregar-se do conjunto dos novos empreendimentos. Porém, quem dirigiu esse processo não foi uma democracia socialista, dirigida pelos trabalhadores em clima de liberdade e ampla discussão, e sim um regime totalitário dominado

por uma burocracia toda-poderosa. O custo social e político dessa industrialização burocraticamente implantada e controlada foi horripilante. O brutal saldo humano do stalinismo, especialmente naquela década, pode ser medido pela decisão do Estado soviético de proibir a divulgação das estatísticas demográficas dos Planos Quinquenais em 1938, porque revelariam o decréscimo da população em meio ao alardeado sucesso do socialismo⁶⁹.

Por outro lado, é imprescindível considerar que essa revolução e esse Estado inspiraram revoluções vitoriosas na China, no Vietnã e em Cuba, que deram origem a regimes políticos assemelhados ao da URSS stalinista, além dos países do Leste Europeu ocupados pelo Exército Vermelho durante e após a Segunda Guerra Mundial. Centenas de partidos e centenas de milhares (até milhões) de militantes comunistas pelo mundo afora se inspiraram no modelo soviético e, até meados dos anos 1950, glorificavam Stalin como dirigente mundial e legítimo sucessor de Lênin.

Além disso, a União Soviética teve papel de primeira grandeza na derrota da Alemanha nazista e, portanto, na reconquista da democracia (capitalista) na Europa Ocidental. Basta recordar que foi o Exército Vermelho⁷⁰ que tomou Berlim em 1945, hasteando a bandeira soviética no lugar do estandarte nazista na capital alemã. Durante

69. Cf. Letizia, 1996.

70. O exército da URSS manteve esse nome depois da guerra civil. Para duas avaliações opostas, de origem marxista, sobre o significado da derrota nazista perante o Exército Vermelho, ver *site* 38 e, em contraposição, Letizia, 1996.

o avanço das tropas soviéticas, toda a Europa Oriental foi liberada da ocupação alemã. Em todos os países ocupados, o Exército Vermelho era recebido como libertador. Sob sua influência, os trabalhadores, que identificavam a União Soviética com o socialismo, passavam a ocupar fábricas e fazendas, ainda com maior facilidade quando os empresários haviam colaborado com os ocupantes alemães. Assim ocorreu a socialização daquelas economias. Seus regimes políticos, decorrentes desse processo, foram cuidadosamente organizados pelas autoridades soviéticas em moldes semelhantes ao da URSS stalinista.

Esses fatos contraditórios mostram que é necessário um estudo muito mais aprofundado das experiências que pretenderam representar o legado de Marx no século XX. Só isso daria origem a outro texto, maior que este. É impossível avançar essa análise aqui. Em todo caso, deve-se assinalar que houve marxistas que não deram aval a esse desenvolvimento (ou retrocesso, na opinião deles) nos países socialistas. Alguns foram perseguidos e assassinados pelos próprios regimes totalitários que se diziam socialistas. O mais famoso desses marxistas, que combatiam o totalitarismo soviético e o denunciavam como negação do marxismo e do socialismo, foi Leon Trotsky, um dos fundadores da União Soviética e da Internacional Comunista e o segundo líder em importância na Revolução Socialista de 1917. Expulso e perseguido em todo o mundo (pelos governos capitalistas e pelo governo soviético), foi assassinado por um agente da polícia política soviética no

México em 1940⁷¹. Dois anos antes, Trotsky fundara, com seus apoiadores, a IV Internacional, opondo-se aos reformistas social-democratas e aos comunistas pró-soviéticos favoráveis a Stalin e propondo-se a resgatar o combate pela revolução socialista mundial e por autênticas democracias socialistas que evoluíssem até o comunismo⁷².

Outro líder revolucionário a sofrer destino parecido foi Andrés Nin, dirigente socialista espanhol durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), que opôs, de um lado, comunistas e socialistas e, de outro, militares fascistas apoiados pela Alemanha e Itália. Nin foi sequestrado pelos agentes soviéticos que apoiavam os comunistas espanhóis e assassinado por eles em 1938.

Houve outros críticos marxistas do regime totalitário soviético, expulsos dos partidos comunistas e alvos de pesadas calúnias – como um dos principais fundadores do Partido Comunista Italiano, Amadeo Bordiga. E houve pensadores e intelectuais marxistas, com menor envolvimento militante nas lutas políticas, mas defensores do marxismo enquanto ferramenta de análise, que jamais aprovaram os regimes totalitários que pretendiam representar a herança de Marx.

71. Dois romances históricos sobre esse assassinato: *A segunda morte de Ramon Mercader*, de Jorge Semprun, editado pela Paz e Terra e pelo Círculo do Livro; e *O homem que amava os cachorros*, de Leonardo Padura, pela Boitempo. Um impressionante relato da dimensão histórica de Trotsky à época pode ser visto na homenagem fúnebre do principal dirigente trotskista nos EUA, James Cannon (citado mais à frente), no site 39.

72. Contrariamente aos prognósticos de Trotsky e seus apoiadores, a IV Internacional nunca atingiu influência de massas como suas duas (*A memória do velho*) antecessoras. A partir dos anos 1950, dividiu-se em diversos grupos. Isso explica a existência, em alguns países (inclusive o Brasil), de vários partidos ou tendências que reivindicam a herança de Trotsky, identificada por eles como a continuidade de Marx, Engels e Lênin.

Um exemplo, em nosso país, foi o grande sociólogo Florestan Fernandes, professor emérito da USP, falecido em 1995. Mesmo que no final de sua vida tenha sido eleito duas vezes deputado federal, a maior influência de Florestan foi como intelectual, tendo sido mestre de muitos outros sociólogos – inclusive Fernando Henrique Cardoso, com quem rompeu politicamente quando este ocupou a presidência da República. Florestan era um marxista convicto, mas nunca defendeu ou apoiou o totalitarismo soviético.

Deve-se acrescentar o grande cientista Albert Einstein, criador da Teoria da Relatividade. Einstein sempre considerou necessário insistir na responsabilidade de todos os seres humanos sobre os destinos da sociedade. Os cientistas, por exemplo, não podiam viver em uma cúpula de cristal, ignorando as aplicações de suas descobertas pelos poderosos. Ao se opor à corrida nuclear – possibilitada em boa medida por suas descobertas –, o grande físico alemão foi perseguido pelo macarthismo⁷³ nos EUA. Um texto seu, publicado na edição inaugural da prestigiosa revista socialista dos EUA, *Monthly Review*, mostra sua clara inclinação socialista, associada à preocupação com a deformação burocrática que o regime socialista poderia sofrer⁷⁴. A época – 1949 – é emblemática: a Segunda Guerra

73. Política de perseguições aos cidadãos críticos da política interna e internacional dos EUA, suspeitos de simpatia pelo comunismo. O nome vem do senador Joseph McCarthy, seu inspirador, que criou o Comitê de Investigação de Atividades Antinorte-americanas no Congresso dos EUA. Esse comitê foi uma espécie de Inquisição moderna e devido a ele inúmeros artistas, intelectuais e cientistas, assim como cidadãos comuns, foram presos ou perseguidos e muitos perderam seus empregos. Charles Chaplin e Einstein estão entre as mais famosas vítimas do macarthismo (veja *site* 40).

74. O texto pode ser lido, em tradução insatisfatória, no *site* 41, ou no original em inglês no *site* 42.

Mundial tinha acabado de devastar o mundo; a corrida nuclear e a Guerra Fria estavam em seu início; e o stalinismo mostrava uma força imensa na URSS, na Europa do Leste convertida ao socialismo e na orientação dos Partidos Comunistas do Ocidente capitalista.

Porém, é forçoso reconhecer que esses militantes e estudiosos marxistas e socialistas que se opuseram ao curso brutal da URSS e de outros países socialistas foram *minoría* entre os que se consideravam marxistas e entre as organizações do movimento operário no mundo. A *maioría* dos militantes e teóricos que se autoidentificavam como marxistas apoiava ou, no mínimo, justificava o *totalitarismo* stalinista como um mal necessário, alegando que sem ele o mundo permaneceria sob a exploração capitalista.

O prejuízo causado à luta pelo socialismo por essa adesão, ou essa ausência de crítica, ao totalitarismo, praticado em nome do próprio socialismo, foi enorme. Os apoiadores do regime soviético no mundo capitalista ficavam em maus lençóis a cada nova revolta popular ocorrida nos países da Europa do Leste, contra os regimes totalitários erguidos à semelhança do stalinismo na URSS⁷⁵. Com a queda do Muro de Berlim e o fim da URSS e dos regimes do Leste europeu,

75. Diversas revoluções populares ocorreram nos países do Leste Europeu contra os regimes "socialistas" implantados à semelhança do regime soviético. As primeiras não tinham como proposta a restauração do capitalismo, embora fossem acusadas disso pela propaganda soviética e dos Estados-satélites da URSS, contra os quais eram dirigidas. A revolta operária em Berlim Oriental (1953), a revolução dos conselhos operários na Hungria (1956), a Primavera de Praga na Tchecoslováquia (1968) e a formação do sindicato Solidariedade na Polônia (1980) tinham propósitos antiburocráticos, democráticos, antitotalitários e não capitalistas – embora, no caso do Solidariedade, alguns elementos da cúpula fossem comprometidos com a Igreja e o capitalismo, como Lech Walesa, presidente do país após o fim do "socialismo". Todas foram afogadas brutalmente pelas forças soviéticas (com exceção da Polônia, onde um golpe militar interno ilegalizou o Solidariedade).

a maioria desses ex-apoiadores ficou desnordeada. Alguns partidos ex-comunistas tornaram-se defensores de um “capitalismo renovado, ecológico e social” (não está muito claro o que seria isso). Muitos ex-militantes ou intelectuais ligados a tais partidos (filiaados ou simpatizantes no passado) passaram a culpar Marx, ou Engels, ou Lênin, ou todos eles pelo ocorrido e buscaram outras escolhas. Até o momento, porém, ninguém conseguiu apresentar uma alternativa teórica e política que possua o mesmo valor explicativo e a mesma abrangência do marxismo.

Cabe aqui uma observação, que o objetivo deste texto não permite prolongar, mas deve ser colocada em termos sintéticos para dar todo o sentido ao debate. A crítica ao regime soviético e seus assemelhados se apoiava principalmente no aspecto político. Era seu ponto fraco mais evidente: a repressão, o partido único, o controle policial e ideológico das atividades mais naturais como a arte e o ensino, eram difíceis de defender mesmo pelos comunistas mais entusiasmados. Por outro lado, no plano social a situação era diferente: esses países desconheciam o desemprego, a miséria, moradores de rua ou a criminalidade, como existem mesmo nos países capitalistas desenvolvidos. Cuba possui os melhores índices de saúde da América Latina e uma das maiores taxas de alfabetização e de escolaridade. A Rússia, após o desmantelamento da União Soviética, passou a ter alguns bilionários e muita gente em condições de miséria. Na Alemanha Oriental, talvez o pior regime totalitário de todo o Leste Europeu,

um grave problema social explodiu após sua incorporação ao Ocidente capitalista: os moradores de prédios públicos que foram despejados e se tornaram sem-casa. Ou seja: há uma contradição entre as condições sociais que, embora com problemas, eram melhores sob o pretenso “socialismo” do que se tornaram após o seu fim, e os regimes políticos intoleráveis que a própria população desses países pôs abaixo.

Essa observação levanta perguntas que este texto não pretende esgotar, mas deixa à reflexão do leitor. Primeira: o capitalismo é capaz de assegurar vida digna a toda a humanidade? A pergunta é necessária porque, na atualidade, o capitalismo predomina no mundo e a humanidade está muito distante de ter adquirido condições dignas de vida para todos, ou ao menos para a maioria⁷⁶.

Segunda: regimes socioeconômicos mais igualitários necessitam de estruturas políticas repressivas e totalitárias? Essa correspondência é inevitável? A humanidade deve es-

76. Esta observação não deixa de se aplicar aos próprios países ricos. Por exemplo, há alguns anos os EUA sofreram as consequências do furacão Katrina. A cidade de Nova Orleans, berço do jazz, foi devastada. Grande parte de sua população, negra e pobre, foi desalojada e expulsa de suas casas e deu origem a um movimento social de protesto contra a indiferença do governo Bush a seu respeito. Não é razoável supor que a eleição do primeiro negro à presidência dos EUA, Barack Obama, tenha alterado a situação da maioria dos afrodescendentes naquele país. A explosão social ocorrida no final de 2014, contra a absolvição de um policial branco que assassinou um jovem negro (ver *site* 43), confirma mais uma vez essa suposição. Outro exemplo são os muitos milhares que perderam suas casas com a execução de hipotecas durante a crise do mercado *subprime*, que explodiu em 2008. Ambos os casos seguramente se agravaram muito depois do acordo antissocial realizado entre Obama e o Congresso dos EUA em 2011, para permitir a ampliação do endividamento explosivo do governo norte-americano. Os trilhões gastos com o salvamento de bancos e empresas serão pagos com o corte de despesas públicas, piorando a situação da população mais pobre. O mesmo ocorreu na Grã-Bretanha, França, Itália, Espanha e Portugal após os pacotes de medidas anticrise em 2011, o que gerou fortes protestos populares nesses países. Na Grécia, esse processo beirou o caos e levou, no início de 2015, à eleição do partido de esquerda Syriza.

colher entre igualdade e liberdade, ou os dois podem caminhar juntos? Há possibilidades de um socialismo democrático, com propriedade coletiva dos meios de produção e liberdade política plena?

Essas perguntas deveriam ser pensadas considerando as opiniões originais de Marx e Engels, as experiências que pretenderam representar a aplicação do marxismo à realidade concreta, os debates entre os próprios marxistas a respeito e, evidentemente, as opiniões contrárias a Marx e ao marxismo. Uma resposta possível, inteiramente compartilhada pelo autor deste texto, é apresentada na seção ‘O stalinismo sem Stalin’, nas palavras de um importante dirigente socialista norte-americano nos anos 1950.

Durante a Guerra Fria, havia duas respostas-padrão: os pró-capitalistas argumentavam que a desigualdade é benéfica – ela induz as pessoas a se esforçarem mais – e só pode ser eliminada à custa da liberdade. Além disso, a igualdade levaria à indolência e à preguiça generalizada. Já os comunistas pró-soviéticos defendiam a repressão estatal como necessária à manutenção da igualdade social, enquanto o capitalismo tentasse atacar os “países socialistas”, inclusive com espíões e sabotadores. Este segundo argumento era usado pela URSS e seus Estados-satélites para perseguir todos os opositores, classificando-os de agentes a serviço do imperialismo. Nos tempos de Stalin, chegou-se a usar oficialmente a expressão “Inimigos do Povo”, contra os famosos líderes bolcheviques de 1917, nos Processos de Moscou, e contra muitos outros dissidentes. Hoje, este

argumento em defesa da repressão estatal, em nome da preservação da igualdade contra agentes inimigos, parece distante (embora ainda persista em Cuba, na China e na Coreia do Norte). Já o seu oposto (em defesa da desigualdade) parece ter-se fortalecido. Será ele, então, a única resposta possível?

Deve-se ainda citar os anarquistas, outra corrente operária anticapitalista, os quais não concordavam com Marx nem com os regimes considerados socialistas, mas não conseguiram oferecer uma alternativa vitoriosa e deixaram de ter importância real no movimento operário após a Segunda Guerra Mundial. No plano intelectual, nunca chegaram a concorrer com o marxismo.⁷⁷

CRÍTICAS ANTIMARXISTAS E MARXISTAS À URSS

No plano econômico propriamente dito, as proposições de Marx foram contraditadas por diversos economistas, categoria na qual o marxismo é minoritário. Um dos maiores críticos foi o austríaco Ludwig Von Mises. Resumidamente, seu argumento é que o sistema de preços livres no capitalismo é o único instrumento que leva à alocação mais eficiente de recursos. Ao abolir esse sistema e adotar preços administrados pelo Estado com base em decisões

77. Registre-se que, até a Revolução de Outubro de 1917, o anarquismo era muito forte no movimento operário de muitos países e manteve essa força até a Segunda Guerra Mundial. No Brasil, a corrente anarquista predominava nos sindicatos operários e liderou a greve geral em São Paulo em 1917, quando os trabalhadores tomaram a cidade e as autoridades públicas fugiram por algum tempo. O Partido Comunista do Brasil, fundado em 1922, recrutou a maioria de seus militantes entre operários anarquistas, diferentemente de outros países, em que a maior parte dos partidos comunistas era formada por ex-social-democratas com formação marxista.

políticas, o socialismo perde eficiência econômica. Ou seja, desperdiça recursos, não produz o que efetivamente os consumidores desejam (expresso nos preços em alta que indicam demanda inatendida) e acaba prejudicando a maioria. Assim, o socialismo representa uma economia de menor eficiência econômica do que o capitalismo.

Note-se que a crítica de economistas neoclássicos como Von Mises não busca rebater os estudos históricos de Marx sobre a formação do capitalismo, com a expropriação dos trabalhadores de seus meios de produção. Também gasta pouca energia em contestar a teoria da mais-valia, considerada uma bobagem decorrente de outra – a teoria do valor-trabalho⁷⁸. O foco da crítica, portanto, concentra-se na pretensão de maior produtividade sob o socialismo, comparativamente ao capitalismo.

Nos fatos, um olhar de longo prazo enxerga argumentos pró e contra a crítica de Von Mises ao socialismo. Durante a Grande Depressão, muitas pessoas se perguntavam – em grande proporção com desgosto – se Marx não estaria certo. O mundo capitalista parecia desmoronar. Enquanto isso, a União Soviética implementava os Planos Quinquenais, que a levaram a construir toda a sua indústria pesada. Durante a Segunda Guerra Mundial, os armamentos soviéticos construídos pela indústria socializada fizeram frente à poderosa máquina de guerra alemã. Somente os EUA puderam se comparar a esse es-

78. Entre os neoclássicos, um dos poucos que se deu a esse trabalho foi o mestre de Von Mises, o economista austríaco Böhm-Bawerk (ver Bibliografia).

forço de guerra soviético. A batalha de Kursk (1943) foi o maior combate de veículos blindados da história e nela os tanques soviéticos derrotaram os famosos tanques Panzer alemães.

Da mesma forma, os avanços soviéticos na área nuclear e espacial foram todos obtidos com recursos e cientistas próprios, enquanto os EUA se beneficiavam de grandes cientistas europeus emigrados. E não apenas de fugitivos do nazi-fascismo, como de colaboradores deste. O Projeto Manhattan, que criou a bomba atômica usada no final da Segunda Guerra Mundial, contou com a ajuda do físico italiano Enrico Fermi. Werner Von Braun, criador das famosas bombas V-2 da Alemanha nazista, que arrasaram Londres na Segunda Guerra Mundial, foi também o criador, algumas décadas depois, do Programa Apolo, que levou o homem à Lua. Se este feito estadunidense foi fantástico, não se deve esquecer que as primeiras naves e conquistas espaciais do mundo foram soviéticas: o Sputnik (primeiro satélite artificial), a viagem espacial da cadela Laika e o grande acontecimento histórico da primeira viagem de um homem ao espaço – o cosmonauta Iúri Gagárin, de quem é a famosa exclamação: *A Terra é azul!*. A propaganda soviética durante muito tempo explorou essa diferença.

O fato mais incontestável foi o grande poderio industrial soviético, partindo de um país agrário, com poucos núcleos industriais concentrados basicamente em São Petersburgo e Moscou, antes da Revolução de Outubro. A classe operária, que dirigiu a Revolução, não era nem

10% da população russa na época. A grande maioria era formada por camponeses analfabetos, que usavam técnicas e costumes da Idade Média e acreditavam no czar “paizinho do povo”. Esse foi o país que, em três décadas, enfrentou a Alemanha nazista e, em seguida, os EUA na Guerra Fria, cujo desfecho, durante certo tempo, ninguém podia realmente prever.

Como termo de comparação, considere-se que, no ano da Revolução de Outubro na Rússia (1917), quando o país se encontrava na situação descrita acima, os EUA acabavam de se afirmar como a primeira economia do mundo, em plena Primeira Guerra Mundial. Assim, o regime soviético realizou uma corrida impressionante para alcançar os EUA. Em apenas quatro décadas, saiu na frente na corrida espacial, empatou a corrida nuclear e se tornou a segunda economia mundial⁷⁹.

A partir dos anos 1960, a economia soviética demonstrou sinais de perda de vitalidade. Nas décadas seguintes, os EUA a suplantaram em crescimento e inovação tecnológica. A partir dessa época, análises como as de Von Mises voltaram a ser citadas. Mas o ocorrido no período anterior não dá a essa interpretação uma validade total, mesmo para quem considera corretos seus argumentos.

Outras análises não marxistas obtiveram destaque nesse período. A mais influente foi a dos membros do

79. O presidente Obama referiu-se ao “susto” pregado pelos soviéticos nos EUA há 48 anos, em sua mensagem ao Congresso dos EUA de 25 de janeiro de 2011. Ele chamou de “momento Sputnik” da atual geração o presente desafio, em que economias asiáticas inovam mais que os EUA, e lembrou que, ao tempo do lançamento da nave espacial soviética, a Nasa sequer existia. Leia e assista no site 44.

Conselho de Segurança Nacional dos EUA, Leon Keyserling e Paul Nitze, ao final da Segunda Guerra Mundial. Em um memorando secreto, os dois conselheiros deram uma forte justificativa para o desencadeamento da corrida armamentista, que contrapôs EUA e URSS durante a Guerra Fria. Utilizando elementos-chave da análise econômica keynesiana, Nitze e Keyserling afirmaram que a pesquisa e a produção de armas cada vez mais sofisticadas era benéfica à economia estadunidense e maléfica à URSS. O gasto com armamentos era uma aplicação do princípio keynesiano do gasto público improdutivo para evitar as recessões. Armas de guerra não ampliam o estoque de produtos da sociedade, pois seu cliente exclusivo é o governo. O financiamento público à pesquisa e produção e depois o gasto com a compra desses artefatos injetavam recursos na economia, mantendo a demanda elevada para absorver a oferta de bens e serviços do setor privado e evitando crises de insuficiência de demanda. Além disso, as pesquisas científicas e tecnológicas de origem militar poderiam contribuir para a inovação na indústria civil. Já na URSS, esse efeito era distinto. Não havia insuficiência de demanda e sim demanda reprimida por bens e serviços. O gasto com armamentos (pesquisa, produção e compras) era um desvio enorme de recursos, que impedia de melhorar as condições de vida da população. E a estabilidade do regime soviético dependia dessa melhora.

Uma reaplicação desse princípio ocorreu no governo Reagan (1981-1989) com a Segunda Guerra Fria: os EUA

passaram a uma atitude ofensiva contra a URSS em vários níveis⁸⁰. Um elemento da nova atitude foi o apoio ao Talibá contra os soldados soviéticos no Afeganistão, invadido pela URSS para apoiar um governo aliado frágil. A Guerra do Afeganistão nos anos 1980 teve para a União Soviética um papel semelhante ao que a Guerra do Vietnã tivera nos anos 1960 para os EUA: um fiasco militar, uma saída humilhante e enorme descontentamento interno. Outro elemento dessa nova agressividade antissoviética foi o Projeto Guerra nas Estrelas⁸¹, que buscava supremacia nuclear para os EUA e ameaçava romper o “equilíbrio do terror”, como era chamada a equivalência entre o poderio destrutivo das duas superpotências nucleares até então. Essas e outras iniciativas semelhantes obrigaram o regime soviético a um esforço acima de suas possibilidades. O princípio de Nitzze-Keyserling foi confirmado com o dinamismo econômico estadunidense e a estagnação mais profunda da União Soviética.

Esta é uma interpretação proveniente de uma perspectiva keynesiana, mas pode ser compatibilizada com a abordagem marxista. Vejam-se, por exemplo, as observações em “A crítica da economia política de Karl Marx”,

80. Nos anos 1970, alguns governos estadunidenses se envolveram com a chamada *détente* (palavra francesa que significa relaxamento), isto é, a distensão das relações com a URSS. Acordos de redução de mísseis nucleares de longa distância marcaram essa política. Esses acordos não eliminaram a capacidade de cada uma das superpotências de destruir o mundo várias vezes, mas indicavam uma intenção de negociação. Com Reagan, os acordos foram interrompidos.

81. Ronald Reagan, ex-ator de cinema, usou propositalmente o nome da famosa série de ficção de George Lucas para o projeto mais ambicioso de supremacia nuclear da história dos EUA. A série, aliás, foi muitas vezes associada à Guerra Fria. O Império defendido por Darth Vader, o Lorde Negro, um regime baseado no medo, era identificado com o suposto comunismo. Reagan referia-se à URSS como o “Império do Mal”. Mais tarde, George W. Bush usou uma retórica semelhante, ao listar os regimes que faziam parte do Eixo do Mal: Iraque (na era Saddam), Irã e Coreia do Norte.

último item, sobre a economia armamentista e seu papel na economia capitalista.

Uma apreciação sumária da estagnação econômica soviética, em uma perspectiva marxista, pode ser vista em Letizia, 1996⁸². Por outro lado, a mais conhecida interpretação marxista da burocratização da URSS, feita com muita antecedência, previa que a própria burocracia governante acabaria levando o país de volta ao capitalismo, se não fosse antes derrubada pelos trabalhadores para retomar o caminho rumo ao socialismo. Essa interpretação é de autoria de Leon Trotsky, em seu livro *A Revolução Traída*. A trajetória dos sucessores de Stalin, especialmente Gorbachev, Yeltsin e Putin (este último foi chefe da KGB, a temível polícia política soviética), traz uma força expressiva a essa previsão.

De acordo com a interpretação de Trotsky, a degeneração do primeiro Estado operário da história representava um grande drama, mas seria em todo caso passageiro. Sua razão central teria sido o isolamento internacional da URSS, principalmente nas etapas iniciais de sua construção, as mais difíceis. O movimento operário europeu apoiou ativamente a União Soviética, boicotando o embarque de armas e suprimentos para as tropas invasoras aliadas aos “Branços”. Mas não foi capaz de oferecer a ajuda mais importante: sua própria revolução contra as burguesias europeias, no auge da carnificina que foi a Primeira Guerra Mundial, como esperavam Lênin e os bolcheviques. As lideranças operárias europeias ainda eram majoritariamente social-democratas

82. Letizia, 1996.

e foram seduzidas pelo convite a governarem os Estados burgueses europeus, como ocorreu na Alemanha imediatamente após a guerra, ou a manterem-se como “oposição leal à Sua Majestade”, como na Grã-Bretanha, França e outros países⁸³. Quanto aos partidos comunistas, ainda eram novos, pequenos e inexperientes.

A URSS teve que partir de uma economia muito atrasada. Camponeses em sua maioria analfabetos e com técnicas quase medievais de cultivo, compunham cerca de 90% de sua população. A classe operária se concentrava em São Petersburgo, Moscou e outras poucas cidades menores. Ela não constituía sequer 10% da população. Os quadros políticos do operariado e suas lideranças, ou estavam agora no governo soviético, ou tinham sido mortos na guerra civil e em atentados contrarrevolucionários. O país estava devastado pela guerra civil. Essas condições explicam a expressão de Lênin em um dos congressos da Internacional Comunista, dirigindo-se aos comunistas europeus: *Para nós, foi mais fácil começar; para vocês, será mais fácil concluir*⁸⁴. Essa expressão indicava que o atraso econômico russo tivera como consequência a fragilidade da burguesia russa, o que permitiu aos bolcheviques tomarem o poder com maior facilidade, com apoio da maioria da classe ope-

83. Ao término da Primeira Guerra Mundial (1918), uma revolução popular, com predomínio do operariado, varreu partes da Alemanha. O kaiser (imperador) Guilherme II abdicou e o Partido Social-Democrata foi chamado ao governo. Seu primeiro ato foi reprimir a revolta operária e assassinar seus líderes, os revolucionários Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo. Estes foram os dois primeiros mártires da Internacional Comunista, fundada logo depois em Moscou. Assim, após ter apoiado a guerra imperialista, a social-democracia alemã assumiu o papel de carrasco a serviço de sua burguesia.

84. Esta afirmação encontra-se no texto de Lênin *A III Internacional e seu lugar na história*. Ver *Bibliografia*.

rária. As burguesias europeias não se deixariam derrubar tão facilmente. Em compensação, uma vez iniciada a construção do socialismo naqueles países, ela seria muito mais rápida e indolor, diferentemente das imensas dificuldades da Rússia e das demais repúblicas soviéticas.

Em tais condições de atraso econômico, sem poder contar com a ajuda dos operários e técnicos das economias mais industrializadas, a URSS desenvolveu rapidamente um câncer burocrático: uma enormidade de funcionários e técnicos vindos das classes médias e superiores e muitos carreiristas sem tradição revolucionária. Lênin chegou a acusar o problema em seus últimos artigos para o partido⁸⁵, mas adoeceu em 1923, e veio a falecer no início de 1924. A camada burocrática da qual Lênin reclamava em seus últimos meses de vida cresceu de forma incontrolável, apoderou-se do Estado e do partido governante, eliminou a democracia de base dos soviets e impôs rígido controle ao Partido Comunista Soviético. Por fim, usando o prestígio do PCUS, a burocracia governante afastou a Internacional Comunista da rota da revolução mundial. Stalin foi o principal dirigente bolchevique associado à burocracia; o aumento de seu poder pessoal passou a refletir os interesses dessa camada social.

A Teoria do Socialismo em Um Só País adaptava-se perfeitamente aos interesses da burocracia que parasitava o Estado operário. Ela justificava o predomínio dos burocrata-

85. *Temos uma úlcera burocrática... As práticas burocráticas de nosso sistema estatal tornaram-se uma doença tão grave... aquilo que chamamos nosso aparelho nos é inteiramente estranho... trata-se de uma salada burguesa e czarista.* Esses trechos de diferentes intervenções de Lênin mostram sua preocupação cada vez maior com o problema. (Rodrigues, 1988).

tas em todos os domínios da vida econômica, social, cultural e política: eram eles os encarregados da tarefa histórica de construir o socialismo integral no interior das fronteiras da URSS, algo totalmente conflitante com a interpretação marxista. A mesma teoria justificava a transformação dos partidos comunistas nos demais países em “guardas fronteiriços da URSS” (expressão de Trotsky). Seu papel não era mais organizar a tomada do poder pelo proletariado, e sim pressionar suas burguesias para deixarem a URSS em paz. Caso um país capitalista se tornasse agressivo contra a URSS, então os sindicatos e organizações operárias sob influência do PC local se tornariam mais “radicais”, com intuito de pressão – não de revolução⁸⁶.

Com controle despótico do poder de Estado, a burocracia governante passava a transmitir para dentro do Estado operário as pressões do capitalismo imperialista. A URSS não podia escapar à divisão internacional do trabalho imposta pelo capitalismo. Esse processo só levaria, ao longo do tempo, à perda das conquistas sociais dos trabalhadores soviéticos – emprego, moradia, saúde, educação – e, finalmente, a reimplantar o capitalismo, destruindo aquelas conquistas. Revoluções proletárias vitoriosas em outros países, além de enfraquecer o capitalismo, também abalariam a burocracia soviética e fortaleceriam o proletariado da URSS.

86. Subteorias derivadas dessa foram desenvolvidas pelos partidos comunistas ocidentais. Um bom exemplo foi a tese da “revolução nacional-democrática e anti-imperialista” no Brasil (defendida pelo ex-PCB), que requeria a liderança da “burguesia nacional, antifeudal e progressista”, identificada com grande parte dos partidos e governos burgueses – os quais, segundo a tese, os operários deveriam apoiar.

Dessa forma, Trotsky buscava aplicar o materialismo histórico marxista à própria história recente da URSS⁸⁷. A ascensão de Stalin e a deformação totalitária do regime soviético, bem como a orientação stalinista dos partidos comunistas pró-soviéticos, que se afastavam da revolução socialista, eram assim explicadas pelo criador e ex-comandante do Exército Vermelho, agora exilado. Sua conclusão era de que a revolução socialista deveria, a partir de então, combinar duas tarefas interligadas. Nos países capitalistas, sua necessidade se fazia ainda mais intensa nos anos 1930, quando o desemprego se alastrava e fascismos e ditaduras militares se instalavam em escala mundial. Aí a tarefa do proletariado era a de organizar a *revolução social*, expropriando a burguesia e criando as formas políticas correspondentes – o Estado operário baseado em conselhos democráticos, do tipo da Comuna de Paris e dos sovietes do período inicial da Revolução de Outubro.

Essa revolução anticapitalista deveria se combinar com uma revolução do proletariado soviético contra a burocracia “comunista” opressora, que havia transformado a ditadura *do* proletariado em uma ditadura *sobre* o proletariado. Esta última seria uma *revolução política* – concentrada nas formas de controle do Estado, eliminando o poder da burocracia e restaurando o poder dos sovietes, baseados na mais ampla democracia de base. A base econômica e social do Estado operário seria preservada pelo proletariado, mas as formas políticas de controle sobre a economia socializada sofreriam

87. Um vídeo bem feito contendo a interpretação trotskista da Revolução de Outubro e da posterior degeneração burocrática do Estado soviético pode ser visto em *Eles se Atravaram* (ver Vídeos).

uma grande alteração, com a expropriação do poder autocrático da burocracia pelos trabalhadores.

Na ausência da revolução política, Trotsky previa que a burocracia acabaria produzindo uma *contrarrevolução social*, reimplantando a propriedade privada e destruindo as conquistas sociais do Estado operário: pleno emprego, acesso universal à moradia, saúde e educação etc.

Trotsky expôs suas concepções sobre a Revolução Socialista em inúmeros textos. Os dois mais importantes, que consolidam essas opiniões são *A Revolução Permanente* e o *Programa de transição*. Este último constitui o programa da organização fundada por Trotsky e sua corrente política, a IV Internacional. Em *A Revolução Permanente*, o revolucionário russo sintetiza os elementos da revolução socialista: nos países atrasados, as tarefas democrático-burguesas penderes (ou seja, não realizadas), como a reforma agrária, a democracia política e a independência e soberania nacionais, deveriam ser encabeçadas pelo proletariado, já que as burguesias desses países eram incapazes de romper com o imperialismo e as oligarquias agrárias.

“(...) a ditadura do proletariado tornava-se a arma com a qual seriam atingidos os objetivos históricos da revolução burguesa atrasada. Mas não podia parar aí. Uma vez chegado ao poder, o proletariado seria obrigado a fazer incursões cada vez mais profundas nas relações da propriedade privada em geral, isto é, a enveredar pelo caminho das medidas socialistas.” (A Revolução Permanente, p. 31).

Uma segunda dimensão da revolução socialista seria o próprio processo de construção do socialismo. Este processo teria avanços e recuos, seria pontuado de contradições e conflitos e os superaria por meio da contínua ação revolucionária dos trabalhadores, com o alargamento permanente da democracia operária. A transformação da sociedade até a plena realização do socialismo seria feita em sintonia com a revolução proletária em outros países e com a evolução daqueles já socializados.

Finalmente, o caráter internacional da revolução socialista seria seu terceiro elemento-chave.

“A revolução socialista começa no terreno nacional, desenvolve-se na arena internacional e completa-se na arena mundial. Assim, a revolução socialista torna-se permanente num sentido novo e mais amplo do termo: só está acabada com o triunfo definitivo da nova sociedade sobre todo o nosso planeta.” (idem, p. 206).

Esses e outros princípios do combate político de Trotsky, ao redor do qual se agrupou a principal e mais duradoura corrente política marxista não stalinista do século XX, constituem o que ele mesmo denominou a Teoria da Revolução Permanente⁸⁸, oposta à teoria do Socialismo Num Só País. Todos os grupos políticos trotskistas (que se

88. Trotsky, *A Revolução Permanente*. Trata-se da principal referência teórica da IV Internacional. Ela também considera a situação dos países capitalistas atrasados, onde as tarefas democráticas não realizadas pelas suas burguesias – em especial a reforma agrária – estariam a cargo do proletariado e se combinariam com a marcha rumo ao socialismo. Observe-se o contraste entre essa proposição e a dos partidos stalinistas cf. nota 86.

pulverizaram, como já referido) adotaram essa perspectiva como base teórica, encarada por eles como continuidade do marxismo e do bolchevismo.

Infelizmente, as revoluções socialistas ocorridas após a Segunda Guerra Mundial não fortaleceram o proletariado soviético contra a burocracia, como esperavam Trotsky e sua corrente política. Pelo contrário, elas reforçaram a burocracia. Os regimes “socialistas”⁸⁹ da Europa Oriental foram implantados na presença do Exército Vermelho, garantindo desde o início as mesmas características totalitárias da URSS: partido único, controle estatal sobre todas as atividades sociais (incluindo os sindicatos, a cultura etc.), ausência de liberdade de crítica aos governantes. A burocracia da URSS cuidou de evitar o surgimento de regimes semelhantes ao governo dos soviets russos dos primeiros anos da Revolução de Outubro. Na China, em Cuba e no Vietnã, as revoluções populares que derrubaram os regimes pró-capitalistas foram dirigidas ou incorporadas (caso de Cuba) por partidos comunistas pró-soviéticos, os quais, tampouco, possibilitaram o surgimento de uma democracia operária de base, pluripartidária, tal como existira, por pouco tempo, na Rússia revolucionária.

Confrontados à pressão das massas populares, esses regimes apelam para a repressão e, em última instância, para o apoio do capitalismo. Décadas após a morte de Trotsky,

89. Utilizamos este termo com as ressalvas feitas anteriormente, daí as aspas. Na verdade, trata-se de regimes de transição para o socialismo – transição interrompida pelo domínio burocrático, que levou essas sociedades de volta ao capitalismo.

os últimos sucessores de Stalin – Gorbatchev, Yeltsin e Putin – concretizaram a previsão do revolucionário exilado, apoiada no método marxista, de que a burocracia restauraria o capitalismo e destruiria o Estado operário. Por sua vez, a China Continental, nos anos 1990, abriu as portas às empresas capitalistas estrangeiras e desenvolve um setor privado interno, mantendo o controle férreo do Partido Comunista. Essa abertura ao capitalismo se deu em seguida à formidável revolta dos estudantes e trabalhadores na Praça da Paz Celestial em Pequim (1989), quando uma saída diferente chegou a se vislumbrar: a conquista da democracia pelo povo, contra a burocracia “comunista”. Os dirigentes do país acusaram o movimento de antissocialista e o reprimiram com uma brutalidade que indignou o mundo. Após essa repressão, foi o próprio regime chinês que se voltou para o capitalismo, sem abrir mão de seu poder autocrático, inclusive sobre setores-chave da economia – o que o diferencia da Rússia pós-URSS⁹⁰. Atualmente (2011), Cuba ingressa em reformas também de caráter antissocialista, reintroduzindo parcialmente a propriedade privada no campo⁹¹. O futuro dirá se, também nesses dois casos, os burocratas “comunistas” terminarão por reimplantar o capitalismo e destruir a economia socializada.

90. Vejam-se as palavras sugestivas de Slavoj Žižek, ex-dissidente do regime “socialista” iugoslavo, à multidão participante do movimento Ocupe Wall Street em outubro de 2011: *Não somos comunistas, se o comunismo significa o sistema que entrou em colapso em 1990. Lembrem-se que hoje os comunistas são os capitalistas mais eficientes e implacáveis. Na China de hoje, temos um capitalismo que é ainda mais dinâmico do que o vosso capitalismo americano. Mas ele não precisa de democracia. O que significa que, quando criticarem o capitalismo, não se deixem chantagear pelos que vos acusam de ser contra a democracia. O casamento entre a democracia e o capitalismo acabou.* Leia o texto completo no site 45.

91. Ver site 46.

Ou seja, o último aliado buscado pela burocracia são as massas trabalhadoras. Seu aliado preferencial são os capitalistas. Neste aspecto, a interpretação marxista de Trotsky foi confirmada. Países “socialistas” isolados e cercados pelo mercado capitalista não podem fugir à divisão internacional do trabalho criada pelo capitalismo. O Socialismo em Um Só País – e, depois, em alguns países – mostrou-se uma falácia e somente serviu para justificar regimes brutais autodenominados “socialistas”. A burocracia canonizava essa teoria antimarxista como a expressão do “leninismo”.

A esse respeito é importante registrar que os partidos comunistas dirigidos pelo stalinismo passaram a usar sistematicamente a expressão “marxismo-leninismo” como sinônimo do marxismo ortodoxo, reforçado pela experiência soviética. Seus opositores trotskistas começaram usando a mesma referência a Lênin: no Brasil, nos anos 1930, a organização trotskista criada por Mario Pedrosa e outros se identificava como “bolchevique-leninista”. Em seguida, seus membros mantiveram a referência ao bolchevismo, como corrente histórica, deixando de personificá-lo. Trouxe-se de uma reação ao culto à personalidade levado ao exagero pelos stalinistas.

De fato, na URSS, assim como nos partidos comunistas do mundo inteiro, Stalin passou a ser endeusado, foi chamado de “Guia Genial dos Povos” e legítimo sucessor de Lênin. Este, por sua vez, já falecido, foi tratado como outro gênio e transformado em quase santo, autor isolado da Revolução de Outubro; seus restos mortais foram mumificados no Kremlin e abertos à visitação pública. As ce-

nas mais típicas do final dos regimes “socialistas” da Europa Oriental mostravam a demolição das inúmeras estátuas construídas em homenagem aos dois dirigentes soviéticos, as quais eram associadas ao totalitarismo então derrubado.

Essa personificação dos movimentos revolucionários era abominada pelos bolcheviques e pelo próprio Lênin, assim como pela maioria dos marxistas até então. Ela contraria o materialismo histórico, que interpreta a história como fruto da ação das classes sociais em luta e não da genialidade de “grandes homens”. Obviamente, o materialismo histórico considera os líderes autênticos e suas qualidades pessoais um elemento importante do drama histórico; mas o fator decisivo é a ação das massas populares. Para um marxista, a qualidade de um líder é medida por sua influência na tomada de consciência crítica coletiva e na motivação para a ação do povo. Esse foi o papel das grandes lideranças nas revoluções burguesas dos séculos XVII, XVIII e XIX. As lideranças do proletariado só poderiam ser ainda mais vinculadas à conscientização e mobilização das massas trabalhadoras, uma vez que a revolução proletária, de acordo com Marx, seria a primeira em que as classes dominadas deixariam de servir à ascensão de uma nova classe dominante minoritária e se tornariam sujeitos de sua própria história.

Em síntese: uma sociedade submissa a autoridades “geniais”, cercadas de adulação pela propaganda estatal, e dominada pelo medo de qualquer crítica acarretar a acusação de Inimigo do Povo, era o oposto do que os socialistas

esperavam construir. Infelizmente, a duração dos regimes totalitários da URSS e seus satélites europeus e sua reprodução nos países que realizaram suas próprias revoluções socialistas – como China, Cuba e Vietnã – possibilitou uma falsa identidade delas com o socialismo (e – pior ainda – o comunismo), gerando uma das maiores deturpações ideológicas da história.

O STALINISMO SEM STALIN:

“DESESTALINIZAÇÃO”, CRÍTICA ANTISTALINISTA E RESTAURAÇÃO CAPITALISTA

Os anos 1950 marcaram o pleno desenvolvimento da Guerra Fria entre os EUA e seus aliados e a URSS com os países “socialistas” que a seguiam. Contudo, ocorreram algumas mudanças no *monolito* burocrático soviético. Stalin morreu em 1953. Em 1956, seu sucessor, Nikita Krushev, fez um histórico discurso perante o XX Congresso do PCUS (partido governante na URSS), denunciando os crimes de Stalin contra comunistas devotados. A denúncia de Krushev era incompleta, pois não mencionava todas as vítimas de Stalin, nem seu regime de terror sobre a população soviética. Ainda assim, causou enorme abalo nos comunistas do mundo inteiro, que até então seguiam praticando o culto à personalidade do Guia Genial dos Povos. Krushev atendia à necessidade de preservar a burocracia governante e seu regime totalitário diante de uma sociedade que se desenvolvia e se tornava mais crítica, dando a impressão de um relativo afastamento do terror stalinista – a chamada “deses-

talinação” da URSS. Esse momento marcava alguns pontos a favor da URSS na Guerra Fria, como a já mencionada liderança da corrida espacial, o empate nuclear com os EUA e a consolidação de um “campo” de países “socialistas” na Europa, satélites da URSS. Esses países, com regimes totalitários semelhantes ao soviético, autoproclamavam-se “democracias populares”.

A partir do XX Congresso e do discurso de Krushev, comunistas em diversos países, abalados em suas convicções dogmáticas sobre os méritos de Stalin e do stalinismo, passaram a falar de marxismos, no plural, e socialismos, um dos quais seria o soviético, “infelizmente” carente de democracia. Os comunistas que diziam isso assumiam um tom crítico em relação à URSS, mas a defendiam como país socialista que devia ser apoiado contra o imperialismo agressivo dos EUA. No entanto, continuava a haver comunistas que identificavam um completo antagonismo entre a proposta socialista radicalmente democrática, tradicional no movimento operário antes do stalinismo, e o regime totalitário dos países “socialistas”.

Uma brilhante confirmação da vitalidade desses comunistas antistalinistas pode ser lida em pronunciamento de um importante dirigente revolucionário nos EUA, James Cannon. Militante desde o início do século XX nas organizações operárias de seu país, Cannon foi fundador do Partido Comunista dos EUA e membro da Internacional Comunista nos tempos de Lênin. No final dos anos 1920, ligou-se à Oposição de Esquerda dirigida por Trotsky e rompeu

com o Partido Comunista, criando o Partido Socialista dos Trabalhadores (SWP em inglês). Este foi o mais importante partido relacionado à IV Internacional trotskista.

Em 1957, Cannon, já então um sexagenário com grande autoridade no SWP e no movimento trotskista internacional, fez uma palestra ao partido. Nela, atacou com veemência a concepção de que é possível a existência de um socialismo não democrático. O tema da palestra de Cannon era: Socialismo e Democracia. Seu foco consistia em explicar que ambos são indissociáveis. Destacamos abaixo alguns trechos mais fortes e remetemos o leitor ao texto integral em inglês⁹².

“Em Shakespeare, Marco Antonio lembra-nos que o mal frequentemente sobrevive aos seus autores. Isto é verdade no presente caso. Stalin está morto, mas a influência deformadora do stalinismo nas mentes de uma geração inteira, que considerava a si mesma socialista ou comunista, vive após Stalin. Isto é demonstrado mais eloquentemente por aqueles membros e companheiros de viagem do Partido Comunista que formalmente repudiaram o stalinismo desde o XX Congresso, mantendo algumas das suas mais desvirtuadas concepções e definições.

O socialismo, nos velhos dias que posso lembrar, era chamado com frequência a sociedade dos livres e iguais, e a democracia era definida como o governo do povo. Mas em anos recentes ouvimos definições diferentes que são menos

92. Ver Cannon, 1957. Os trechos aqui destacados são tradução livre do autor (RVA).

atraentes. Os mesmos que mencionei – os (...) que abjuraram Stalin sem realmente mudar nenhuma das ideias stalinistas assimiladas – ainda descrevem candidamente o estado de coisas na União Soviética, com toda sua desigualdade social e econômica mais exagerada, governada pela bárbara ditadura de uma minoria privilegiada, como uma forma de ‘socialismo’. E eles ainda conseguem dizer, com cara séria, que os regimes policiais hediondos nos países satélites, apoiados na força militar da Rússia, são uma espécie de ‘democracias populares’.

Howard Fast, o conhecido escritor que recebeu o Prêmio Stalin, (...) por muito tempo apoiou o que ele chamava ‘socialismo’ na União Soviética, de olhos fechados. Então o discurso de Krushev no XX Congresso (...) abriu os olhos de Fast, e ele não gosta do que vê. Isso conta a seu favor. Mas ele ainda chama aquilo de ‘socialismo’. Eis o que ele diz: ‘Na Rússia, temos socialismo sem democracia. Temos socialismo sem julgamento pelo júri, *habeas corpus*, ou... proteção contra o abuso da confissão sob tortura. Temos socialismo sem liberdade civil... Temos socialismo sem avenidas públicas de protesto. Temos socialismo sem igualdade para as minorias. Temos socialismo sem qualquer direito de livre criação artística. Em poucas palavras, temos socialismo sem moralidade’.

Eu concordo com tudo que ele disse aqui, exceto o prefácio que ele dá a todas as suas qualificações – que temos ‘socialismo’ sem isto e aquilo, temos ‘socialismo’ sem nenhuma das qualidades que uma sociedade socialista deveria ter nas

concepções do movimento anterior ao stalinismo. É assim que Fast descobriu diferentes variedades de socialismo. Como cogumelos. Você sai e colhe o tipo certo e você pode cozinhar uma refeição saborosa. Mas se você colher o tipo errado, você se envenenará. O ‘socialismo’ stalinista está tão próximo da coisa verdadeira quanto o cogumelo venenoso do cogumelo comestível.

Agora, é claro, os stalinistas e seus apologistas não criaram toda a confusão neste país sobre o significado do socialismo, ao menos não diretamente. A cada passo durante 30 anos, o trabalho stalinista de confundir e desmoralizar, de converter as palavras em seu significado oposto, foi apoiado por uma ação recíproca do mesmo tipo pelos capitalistas dominantes e seus apologistas. Eles nunca deixaram de tomar os stalinistas por suas palavras e apontar o regime stalinista na União Soviética, com todos os seus horrores, e dizer: ‘Aquilo é o socialismo. O *american way of life* é melhor’.

Na visão de Marx e Engels, e de Lênin e Trotsky que os sucederam, a transição do capitalismo à sociedade socialista sem classes só poderia ser realizada por uma democracia sempre em expansão, envolvendo as massas trabalhadoras cada vez mais em todas as fases da vida social, pela participação e controle diretos.

E, no curso do posterior desenvolvimento progressivo em todos os campos, como expressou Lênin, mesmo essa democracia, essa democracia operária, como forma de domínio de classe, não irá sobreviver a si mesma. Lênin disse: ‘A democracia mudará gradualmente e se tornará um hábito,

e finalmente irá definir', uma vez que a própria democracia, bem compreendida, é uma forma de Estado, isto é, um instrumento de domínio de classe, de que não haverá mais necessidade na sociedade socialista sem classes.

Prevendo o futuro socialista, o *Manifesto Comunista* disse: 'No lugar da velha sociedade burguesa, com suas classes e seus antagonismos de classe, teremos uma associação'. Anotem isso: 'uma associação', não um Estado – "uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos'.

A sanguinária abominação do stalinismo não pode ser tomada como substituta para essa imagem do socialismo futuro e do período de transição democrática que conduz a ele, como desenhado pelos grandes marxistas."

Esse discurso chama a atenção porque no movimento operário ocidental, durante a Guerra Fria, não era comum tal combinação entre a crítica implacável ao stalinismo e a firmeza na afirmação socialista e anticapitalista. De fato, de um lado, os social-democratas criticavam o totalitarismo soviético, mas contrapunham a ele um capitalismo mais "justo", com leis trabalhistas, sistemas previdenciários e serviços públicos amplos, o que não eliminava a exploração da mais-valia pela burguesia (embora, sem dúvida, atenuasse seus efeitos mais perversos), nem a tendência inevitável às crises de superprodução, que podiam ser quando muito adiadas para um futuro não muito distante pelas políticas de distribuição de renda. Esse paradigma só existiu em me-

nos de 20 países e nunca chegou à maioria dos povos do mundo. Acresça-se que os mesmos social-democratas não se opunham à exploração selvagem dos povos de outros continentes pelas burguesias europeias, como ficou escandalosamente claro no envolvimento do governo francês, dirigido pelo Partido Socialista, na guerra da Argélia (1954-1962), com o extermínio em massa da população argelina, então em luta pela independência, pelo exército francês. O equivalente norte-americano da social-democracia – o Partido Democrata, que contava com o apoio dos dirigentes da central sindical AFL-CIO –, ficou manchado com o ataque à Revolução Cubana (a fracassada invasão da Baía dos Porcos organizada pelo governo Kennedy em 1962), e pela escalada militar no Vietnã, para apoiar uma ditadura militar sangüinária no Sul contra a guerrilha comunista (Vietcong).

Por seu lado, no mundo inteiro, os comunistas acusavam todos os críticos socialistas dos regimes stalinistas como “agentes objetivos do imperialismo” e defendiam aqueles regimes como o “socialismo real” ou “possível”. No período da conferência de Cannon (nos anos 1950), ainda ocorriam *expurgos* nos países “socialistas” entre os próprios membros dos PCs dirigentes, com a ascensão e a queda de grupos ou *camarilhas* no poder e a prisão ou execução dos derrotados dentro do próprio partido governante⁹³ – sem falar na permanência dos regimes totalitários de partido único, repressão a dissidentes e ausência das mínimas

93. Um exemplo, entre tantos, dessa disputa entre camarilhas burocráticas é visto no clássico filme *A Confissão*, de Costa-Gavras, que narra um caso real, ocorrido na antiga Tchecoslováquia com o ex-dirigente comunista Artur London.

liberdades, como assinalou Cannon. Nos PCs ocidentais, continuava a ter forte reação aos que criticavam os “países socialistas”, mesmo que as críticas partissem de pessoas ou grupos anticapitalistas.

Observe-se que essa palestra de Cannon antecedeu em alguns anos a construção do Muro de Berlim pela feroz burocracia-satélite da Alemanha Oriental (1961). Em 1989, o Muro foi derrubado pelo próprio povo alemão, ante uma burocracia já então incapaz de impedir a revolta popular, dada a fraqueza e desmoralização de seu patrocinador político-militar, a burocracia de Moscou.

Dois anos depois, em 1991, foi a vez de a própria URSS se desintegrar. Destaque-se que a população das repúblicas soviéticas, claramente favorável ao estabelecimento de um regime democrático, pronunciou-se de forma maciça em referendo (mais de $\frac{3}{4}$ dos votantes), a favor da manutenção da união entre aquelas repúblicas – por sinal, o único referendo em toda a história da URSS, com a participação de 80% dos eleitores⁹⁴. Mas os líderes das burocracias “comunistas”, convertidos ao capitalismo, ignoraram esse posicionamento majoritário e repartiram a União Soviética em repúblicas separadas. Os burocratas da última leva dirigiram a restauração da propriedade privada e das relações capitalistas de produção. Nos países-satélites da Europa Oriental, cujas burocracias eram mais frágeis e dependentes do apoio soviético, agora inviável, alguns burocratas foram capazes de imitar o exemplo soviético de regresso ao capitalismo sob di-

94 Veja sites 47 e 48.

reção “comunista”, mas a maioria dos casos foi de derrubada dos odiosos regimes autointitulados democracias populares. Houve desde ditadores que foram mortos pela rebelião popular, como ocorreu na Romênia, até aqueles que tiveram que dar lugar a renomados opositores anticomunistas antes perseguidos, como na Tchecoslováquia e Polônia.

Assim, a burocracia pretensamente ortodoxa, marxista-leninista, cujas ações repressivas sempre se justificavam com a defesa do socialismo face aos pretensos contrarrevolucionários, acabou por levar a URSS e os Estados operários do Leste Europeu a regredirem ao capitalismo. Os partidos ocidentais que a obedeciam e defendiam os regimes totalitários como o socialismo “possível” ou “realmente existente” tornaram-se meros aparelhos políticos disputando o poder dos Estados capitalistas, com um discurso “social” mais fraco que o da antiga social-democracia – antiga, porque a atual está comprometida até a medula com as “reformas” exigidas pelo deus-mercado capitalista contra os trabalhadores.

Ou seja: as organizações que tradicionalmente reuniram os trabalhadores conscientes dos países capitalistas em suas fileiras deixaram de representar ou apresentar uma alternativa ao capitalismo. E os seus críticos de esquerda, como as inúmeras organizações trotskistas e outras, apesar de capazes de apresentar uma crítica correta e implacável aos regimes “socialistas”, nunca alcançaram influência expressiva no movimento operário por tempo suficiente para serem efetivamente vistas como alternativas políticas de organização da classe operária.

No entanto, o capitalismo seguiu cumprindo o roteiro básico previsto por Marx. E a luta de classes, também. As crises capitalistas estão longe de terem sido superadas, como se observa neste período histórico de desmoronamento das economias avançadas (2008-2016). Os povos atingidos pelas medidas exigidas pela oligarquia financeira que governa o mundo vêm buscando novas formas e novas plataformas para suas mobilizações, em defesa de seus direitos e conquistas agredidas. O que poderá surgir de novo nesse processo? Lembrando a expressão de Marx – *E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, ..., os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar-se nessa linguagem emprestada* – podemos nos interrogar: o que os novos movimentos desta 13ª década posterior à morte de Marx tomarão de empréstimo às experiências revolucionárias do século XX? A história das décadas recentes e a repulsa aos regimes stalinistas fazem crer que o totalitarismo esteja definitivamente enterrado; dessa forma, é possível e desejável que as curtas experiências históricas de democracia operária sejam resgatadas nos processos inevitáveis que virão, cumprindo as previsões indicadas por Cannon a partir dos fundadores do marxismo.

○ MARXISMO ESTARÁ ULTRAPASSADO?

Nas três décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial, o capitalismo teve “30 anos gloriosos” (expressão francesa) ou “Anos Dourados” (expressão norte-americana). Contudo, não se pode esquecer que os avanços sociais de então foram subsequentes à “Era da Catástrofe” (cf. Hobsbawm, 1995 – capítulo IV), marcada por duas guerras mundiais e uma crise econômica global. Esses três processos devastadores foram gerados no interior da economia capitalista mundial. Além disso, as conquistas sociais que os sucederam, nos Anos Dourados, decorreram das poderosas lutas sociais travadas pelos sindicatos e partidos operários, na Europa libertada do pesadelo nazifascista. Nos EUA, além da hegemonia finalmente (1944)⁹⁵ incontestada do país na economia mundial, o retorno de milhões de soldados dos campos de batalha da Europa e do Pacífico e as expectativas de melhoras com a paz – promessa constante dos governos estadunidenses durante a guerra – bem como o fortalecimento do sindicalismo operário

95. Ano da Conferência de Bretton Woods, que consagrou o predomínio econômico dos EUA e do dólar no capitalismo mundial. Até então, o país – maior economia do mundo desde 1917 – relutava em assumir papel de liderança mundial.

reunido na central AFL-CIO, forçaram a ampliação dos direitos sociais. No entanto, os avanços sociais que marcaram aquele período restringiram-se a uns poucos países do Hemisfério Norte (com exceção da Austrália). O Brasil, México e outros se industrializaram, mas não sanaram as imensas desigualdades sociais que vinham de seu passado colonial e semicolonial. Na África e em grandes áreas da Ásia e da América Latina, a miséria e a pobreza permaneceram ou até se alastraram.

Para piorar, já nos anos 1980, ao lado de uma enorme inovação tecnológica, ocorreu um tremendo retrocesso social: maior concentração de renda (a começar dos EUA), ataques às conquistas sociais, trabalhistas e previdenciárias dos Anos Dourados, duas décadas perdidas na América Latina, com estagnação econômica, desemprego em alta, crises inflacionárias e de balanços de pagamentos. Os países ex-“socialistas” conquistaram a democracia política, derrubando as ditaduras burocráticas anteriores. Porém, o preço dessa conquista foi o retorno do capitalismo, ocasionando graves problemas sociais, fortes desigualdades, guerras internas (como na ex-Iugoslávia) e migrações. Alguns deles estagnaram economicamente. Esse quadro mundial é o que Harvey, citado antes neste livro, considerou uma realidade mais próxima do que Marx dizia, na virada do século XX para o XXI.

O que podemos dizer desse período? O socialismo realmente fracassou? Ou o que foi derrotado foi a caricatura burocrática do socialismo, com regimes totalitários

de partido único e ditaduras repressivas sobre os trabalhadores? É possível falar do triunfo do capitalismo, agora engolfado em uma crise planetária que começa com o endividamento monstruoso dos EUA, põe em risco a União Europeia e envolve até algumas das economias-chave como a Itália? Que vitória pode ser comemorada quando milhares se mobilizam nos EUA gritando “nós somos os 99%” para protestar contra os privilégios concedidos ao 1% mais rico? Ou quando Portugal passa por diversas greves gerais, enquanto a Itália vivenciou a queda do antes inquebrantável Berlusconi e de seus inúmeros e instáveis sucessores indicados pelos bancos e presenciou manifestações populares contra as medidas de austeridade exigidas? Quando a Grécia, esmagada pelas exigências dos bancos europeus, elege o partido de esquerda Syriza e este acaba cedendo aos bancos e enfrentando perda de quadros e militantes e a decepção popular? E essas exigências, em todos os países, são justificadas com a necessidade de acalmar a Grande Divindade capitalista: *os mercados*. Ou seja, alguns milhares de grandes acionistas e cotistas de empresas-polvos e fundos bilionários, que aprisionam todos os governos e todas as nações em seu laço de ferro, voltado a perpetuar seus ganhos astronômicos⁹⁶.

96. Um artigo de um marxista britânico, com o título sugestivo de *A ditadura dos banqueiros*, esclarece bem esse processo em curso em 2011/2012 (*site* 49). Uma versão bem-humorada, também britânica, da crise, pode ser vista no youtube com o nome *The Last Laugh (A última risada – ver Vídeos)*. Recomenda-se também o filme *Trabalho Interno (Internal Job)*, que mostra as vísceras desse conluio dos conglomerados financeiros com os governos e as próprias universidades dos EUA, por meio de professores-consultores de bancos e governos.

As revoluções socialistas do século XX levaram invariavelmente a regimes totalitários. Mas também geraram conquistas sociais e avanços econômicos impressionantes e obrigaram o capitalismo, por certo tempo, a atender algumas reivindicações históricas do movimento operário. Os regimes totalitários desmoronaram, com as exceções já citadas. No entanto, o capitalismo não se fortaleceu, como alguns imaginavam nos anos 1990. Ao contrário, ele se desgovernou. Sem temer novas revoluções, avançou contra os benefícios que fora obrigado a conceder no pós-guerra e eliminou toda regulação estatal sobre os mercados financeiros. A desigualdade aumentou e os direitos sociais foram reduzidos. Os Estados perderam atributos de soberania e de controle sobre as economias nacionais. A ofensiva contra os direitos sociais e o estímulo à financeirização da economia pareciam o caminho do paraíso para os capitalistas. Finalmente, os excessos especulativos trouxeram a ressaca da pior crise dos últimos 80 anos. Ao tentar fugir da tendência à queda da taxa de lucros pelas vias combinadas da mais-valia absoluta e da especulação financeira, o capitalismo se vê mais uma vez atropelado pela crise de superprodução, desta vez em uma variante sob forma de crise especulativa, que rapidamente atingiu a produção e o emprego – ou seja, a economia real.

Insuficiência da demanda efetiva – a explicação keynesiana – pode ter servido em 1930, mas não se aplica com facilidade agora. O keynesianismo teve o mérito de assinalar a normalidade das crises no capitalismo, algo que

somente Marx havia feito anteriormente⁹⁷. Mas seus remédios foram e são efêmeros. A aplicação mais eficaz do gasto contracíclico prescrito por Keynes foi a economia de guerra, que acabou com o desemprego nos EUA após sua entrada tardia na Segunda Guerra Mundial. Essa política prosseguiu com a corrida armamentista e as guerras localizadas durante a Guerra Fria; mas encontrou seus limites em poucas décadas. A “estagnação” dos anos 1970 – cujo efeito prático foi a ascensão teórica e política da direita antikeynesiana, que desmantelou as políticas anticíclicas e a regulação estatal – expressava a incapacidade do capitalismo de se autorregular, mesmo com a “mão visível” do Estado movido a políticas keynesianas. Obviamente, isso não significa que os socialistas não devam apoiar as políticas sociais distributivistas e as regulações estatais que impõem limites ou direcionamento parcial ao capital. Contudo, devem reconhecer suas limitações, em lugar de considerá-las o remédio para os males do mundo (como fizeram muitos partidos social-democratas).

O retorno da “mão invisível” louvada por Adam Smith, agora sob os auspícios dos economistas da Escola dos No-

97. Na verdade, Thomas Malthus foi o primeiro economista importante a indicar a tendência a crises de insuficiência da demanda, antes de Marx e Keynes. Sua teoria mais popular – a do excesso populacional – não resistiu à prova do tempo. Mas Keynes reivindicou a teoria malthusiana sobre a demanda insuficiente e acompanhou a proposta de Malthus por gastos improdutivos que absorvessem o excesso de oferta. Keynes identificou a fonte desses gastos no Estado (gastos públicos contracíclicos). Outro grande economista, Joseph Schumpeter, identificou as crises como mecanismo central de mudanças no capitalismo por meio da “destruição criadora”, gerada por inovações tecnológicas e organizacionais. No conjunto, esses autores (incluindo Marx, obviamente) divergem da maioria dos economistas, que vêem o capitalismo como um regime autorregulado, sempre tendendo ao equilíbrio macroeconômico. A questão agora é: qual a teoria mais adequada para explicar *esta* crise? O “retorno a Marx” citado na Introdução indica que ao menos alguns, entre os líderes do capitalismo, conhecem a resposta...

vos Clássicos (como o Prêmio Nobel de Economia de 1995, Robert Lucas Jr., e de 2011, Thomas Sargent) e dos políticos neoliberais encabeçados por Thatcher e Reagan, emulados em todo o mundo, aproximou o cenário mundial do retrato apresentado por Marx no século XIX, precarizando os direitos sociais e trabalhistas (relembre-se o artigo essencial de Eduardo Galeano citado na nota 27) e concentrando mais a renda. Os dados compilados por Atilio Boron e o relatório da ONG Oxfam⁹⁸, entre outras informações, mostram uma pavorosa concentração da renda no mundo e dentro de cada país. O neoliberalismo adquiriu caráter impositivo e tornou-se o novo dogma político do capitalismo, com o famoso argumento da ex-chanceler britânica Margaret Thatcher: *There Is No Alternative* (TINA), ou Não Existe Alternativa. Na atualidade, algo semelhante se passa com a chamada Thatcher alemã, a chanceler Angela Merkel, que impõe políticas neoliberais a toda a Europa endividada, do alto do poderio econômico e político alemão na União Europeia. E isso em meio à crise mais grave dos últimos 80 anos, que teve o neoliberalismo como fator de aceleração. Nas palavras da professora Maria da Conceição Tavares, da UFRJ: *Vivemos um colapso do neoliberalismo sob o tacão dos ultra-neoliberais: isso é a treva!*⁹⁹

A atualidade exige uma explicação coerente para a maior crise capitalista desde 1929. E somente o marxismo pode oferecê-la. Por outro lado, o próprio marxismo

98. Ver, respectivamente sites 29 e 30.

99. Ver site 50.

precisa ser exercido na forma de uma crítica implacável às experiências “socialistas” que pretenderam falar em seu nome. Essas experiências não levaram a uma democracia mais ampla, como esperavam Marx e Engels, nem muito menos prepararam o advento do comunismo, com o desaparecimento do Estado. Os regimes de tipo stalinista conspurcaram o próprio sentido do socialismo e justificaram suas tiranias com a famigerada teoria do Socialismo em Um Só País, contrária a toda lógica marxista.

Com Marx, é preciso aprender a ser crítico do que parece eterno. O capitalismo derrubou (ou adaptou) todas as crenças anteriores, mas tem a pretensão de gerar uma nova crença na sua eternidade. Contudo, a sucessão de crises e o aumento das desigualdades revelam sua debilidade intrínseca.

Cabe lembrar que Marx e Lênin também deixaram como ensinamento a necessidade da ação política para enfrentar as classes dominantes. A burguesia precisou mobilizar o povo para derrubar as monarquias absolutas e as instituições feudais. Da mesma forma, os explorados sob o regime capitalista precisam se organizar e combater por seus interesses. A burguesia não cairá sozinha. Ao contrário, se os partidos e organizações da classe operária se desarmam ou se desmoralizam, alternativas de direita autoritária, de tipo fascista, podem reaparecer, apresentando-se como “salvadoras” e restauradoras da ordem contra a “baderna” (as mobilizações populares). Esse risco está presente na atualidade.

Os partidos de esquerda tradicionais, que reivindicavam a herança de Marx, estão desgastados. Os partidos

comunistas, devido à sua identificação anterior com o falido “socialismo real” e o *totalitarismo* que o caracterizava. Os partidos social-democratas desgastaram-se por terem se rendido à lógica neoliberal de redução dos direitos sociais. Nesse quadro, as ideologias conservadoras puderam atrair segmentos das classes médias e até parcelas menos organizadas ou conscientes do proletariado. Isso se refere não só ao próprio neoliberalismo, como aos movimentos neofascistas que tiveram certo crescimento eleitoral nas últimas duas décadas na Europa. Outra vertente é a direita religiosa nos EUA, forte sob Bush (filho) e mentora do grupo radical Tea Party, opositor de Obama, bem como os apoiadores da candidatura de direita, preconceituosa e racista, de Donald Trump.

É possível associar ao mesmo processo a chamada “Bancada BBB” (Boi, Bala e Bíblia) que domina a Câmara dos Deputados brasileira na Legislatura 2015-2018 – a mais conservadora desde a redemocratização. Esta voltou a mostrar sua inclinação reacionária com o golpe institucional da votação do *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff naquela casa legislativa em abril de 2016¹⁰⁰. Certos discursos raivosos e demagógicos, sob alegada inspiração religiosa ou de combate a um suposto “comunismo” em implantação no país (!), lembraram de maneira assustadora a

100. A conclusão deste livro ocorreu o durante o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (maio de 2016), que constituiu verdadeiro golpe institucional, em vista do casuismo jurídico de criar um crime para uma única pessoa pública. Diversos antecessores da presidente, além de 16 governadores eleitos juntamente com ela e prefeitos em exercício, sem falar no próprio relator do processo no Senado, foram e são praticantes habituais dos atos orçamentários subitamente reclassificados como crimes de responsabilidade pelo Tribunal de Contas da União, revertendo classificações anteriores. Entretanto, nenhum deles foi ou é objeto de processo de *impeachment*, ou de qualquer outra natureza, em vista dessa reclassificação.

linguagem dos grupos políticos, militares, empresariais e da mídia por ocasião do golpe civil-militar de 1964 – sem falar da grotesca invocação de ex-torturador já falecido, ligado à ditadura. O crescimento de manifestações públicas marcadas pelo ódio à esquerda, ao socialismo e aos movimentos sociais organizados, sob o patrocínio da mídia oligárquica e de redes sociais financiadas por magnatas brasileiros e norte-americanos, pode ser visto como parte do mesmo processo. Na origem deste, encontra-se a reação dos grupos empresariais e de rendas elevadas às reformas sociais ampliadoras de oportunidades e redutoras de desigualdades dos últimos 12 anos, incompletas e, em alguns pontos, omissas – ainda assim, inéditas e progressistas. Do outro lado, certa acomodação dos movimentos sociais, especialmente do sindicalismo, e uma estranheza da esquerda face às novas manifestações iniciadas em 2013 pela melhoria dos serviços públicos, em alguns casos questionando a própria legitimidade destes eventos, deixaram caminho aberto à sua manipulação pela direita.

A história não para. Novos movimentos surgem. No Brasil, a juventude secundarista ocupa escolas e os movimentos sociais reagem publicamente ao golpe institucional-midiático e às medidas antissociais do governo provisório ilegítimo. Em todo o mundo, verificam-se manifestações de descontentamento, rebelião e inconformismo. Alguns movimentos, militantes e partidos voltam a Marx. Outros evitam fazê-lo, mas não encontram alternativas válidas para explicar a presente crise mundial. Não há outra explicação coerente

para ela. É preciso que os movimentos atuais se armem com a crítica marxista ao capitalismo. Também é indispensável buscar no próprio Marx as bases para uma atitude abertamente crítica aos regimes “socialistas” que se pretenderam ou se pretendem seus herdeiros, bem como às organizações operárias ultrapassadas, que apoiaram aqueles regimes ou cedem o fundamental ao deus-mercado da religião capitalista, mantendo um discurso social cada vez mais pálido.

Haverá um caminho menos traumático para alcançar o socialismo? Será viável pensar em uma sociedade socialista mais democrática que as democracias capitalistas? Um socialismo democrático, cuja realização seja de alcance global, poderá ser a antecâmara do comunismo, no sentido de uma sociedade que se autogoverna sem necessidade das instituições estatais, em regime de abundância econômica e bem-estar social generalizado?

Marx acreditava na possibilidade de uma transição pacífica para o socialismo, em países capitalistas mais adiantados, nos quais os trabalhadores fossem uma proporção muito grande da população. Atualmente, essa é a realidade em um número de países muito maior do que na sua época. Nações europeias atrasadas se industrializaram e urbanizaram depois da morte de Marx. O capitalismo industrializou inúmeros países em outros continentes. Na América Latina, Brasil e México, entre outros, são exemplos de economias altamente urbanizadas – não apenas a indústria, mas também os serviços se desenvolveram amplamente e a maioria da população é assalariada. Em nosso

país, 80% das pessoas vivem em cidades. Algo semelhante se vê em países de outros continentes não europeus.

Por outro lado, o socialismo (incompleto), com todos os seus defeitos, levou a uma forte industrialização não apenas da Rússia e de outras ex-repúblicas soviéticas, como também da China e de países da Europa Oriental. É verdade que o retorno ao capitalismo tem provocado esvaziamento industrial em muitos deles. Mas os trabalhadores não voltarão ao campo e às condições do atraso cultural e social dos camponeses que os precederam antes da criação dos Estados “socialistas”. A cultura urbano-industrial permanece. E a busca de saídas – muitas delas individuais, mas muitas coletivas – também prossegue.

Agora, é o capitalismo que mostra um retumbante fracasso na arena mundial, sem ter tido nas últimas duas décadas qualquer adversário à sua altura – econômica, militar, política ou ideológica. A expansão mundial do desemprego, da pobreza e da carência habitacional é resultado intrínseco do capitalismo e de sua presente crise econômica global que já dura uma década. O contraste entre os dez trilhões de dólares despendidos no salvamento de bancos e empresas, no início desta crise, e a oitava parte desse montante, que seria suficiente para erradicar a fome em todo o planeta, é um testemunho gritante da inadequação desse regime às necessidades humanas.

Está aberta a possibilidade de que a proposta socialista enunciada por Marx alimente novos movimentos, novas opções políticas e novos militantes. E de que a humanidade construa autênticas democracias socialistas, nas quais

o Estado realmente comece a desaparecer, frente a uma sociedade a cada dia mais emancipada.

Um antigo militante comunista brasileiro, em uma conversa particular com o autor deste texto, expressou uma esperança bastante rara nos anos 1990, logo após a queda do Muro de Berlim e a desagregação da URSS. A maioria dos ex-apoiadores do “socialismo real” fazia autoironias, como esta, muito comum à época: *Deus está morto, Marx já morreu e eu não estou me sentindo muito bem*. Esse era o clima entre os que, durante décadas, acreditaram nos regimes da URSS e do Leste Europeu. Em meio a tal pessimismo, o amigo comunista disse: *A Comuna de Paris durou sete semanas e a União Soviética, sete décadas. O próximo regime socialista durará sete séculos!*

Sete séculos de socialismo são um exagero, se for verdade que a extinção do Estado começa no dia seguinte à instituição do novo regime (como afirma Lênin, ao desenvolver as reflexões de Marx e Engels). Em todo caso, o socialismo, enquanto uma democracia mais radical que a existente sob o capitalismo, como nos lembra Cannon a propósito dos fundadores do marxismo, ainda é uma experiência que pode ser encontrada apenas em embrião, nas sete semanas da Comuna e nos primeiros meses do regime soviético.

A obra de Marx continua a ter muito a oferecer para tornar realidade esse objetivo.

GLOSSÁRIO

Afluente: rico.

Autocracia, poder autocrático: governo de um soberano com poderes ilimitados (Novo Aurélio). O mesmo que absolutismo. O czarismo foi um dos últimos exemplos de regime autocrático. Neste texto, utilizou-se a expressão de forma ligeiramente distinta, para expressar o poder absoluto de um grupo social minoritário (a burocracia soviética), em lugar de um indivíduo. De fato, a burocracia assegurava seu domínio por meio do reforço a um ditador (Stalin), cujo poder se equiparava ao de um autocrata. Alguns de seus críticos fora da URSS o denominavam o “czar vermelho” ou o “autocrata do Kremlin”.

Avassaladora: que submete tudo e a todos; destruidora.

Belicista, belicoso: agressivo, incitador à guerra.

Beligerante: em guerra, guerreiro.

Camarilha: grupos que cercam um chefe de governo ou de Estado, influenciando suas decisões.

Canonizar, canonização: a palavra original designa o processo da Igreja Católica para declarar alguém um santo ou

uma santa. Equivale a santificação. Também se usa no sentido de louvar, enaltecer, exaltar excessivamente (Novo Aurélio). O texto utiliza o termo nesta segunda conotação, aplicando-o não apenas a pessoas, mas também a teorias, como a do Socialismo Em Um Só País. No caso, indica-se que essa teoria passou a ter caráter santificado, ou sacrossanto, para todos os comunistas pró-soviéticos, que a louvavam e exaltavam como expressão do marxismo ortodoxo (*).

Carnificina: massacre, destruição de pessoas, mortandade, extermínio.

Chauvinismo (*pronúncia: chovinismo*): conjunto de ideias que afirmam a superioridade de um povo, uma nação ou uma cultura sobre as demais (Novo Aurélio: nacionalismo exagerado). Foi muito seguido na Europa durante sua expansão neocolonial no final do século XIX, ou seja, no período formativo do imperialismo capitalista, explicado no texto. Os europeus justificavam seus domínios na África e Ásia como formas de levar civilização aos povos “primitivos” ou “bárbaros”, supostamente inferiores. A forma mais radicalizada do chauvinismo era o racismo – teoria que dividia a humanidade em raças, algumas superiores e outras inferiores.

Conluio: maquinação, trama, conspiração; combinação entre algumas pessoas para lesar outras.

Conspurcar: emporcalhar, sujar, manchar, macular, perverter, corromper.

Dogma: crença religiosa indiscutível, não sujeita à contestação ou ao debate. Deve ser aceita pelos crentes de cada religião de forma absoluta, sob pena de serem considerados hereges ou excluídos da comunidade religiosa. Exemplos de dogmas: a unidade de Deus para os judeus, cristãos e muçulmanos; a Santíssima Trindade e a Imaculada Conceição (virgindade de Maria) para os cristãos; a infalibilidade do papa em matéria religiosa para os católicos; a Verdade Divina contida na Bíblia – o Antigo Testamento para os judeus e o Novo para os cristãos, ou o Alcorão, transmitido pelo profeta Maomé, para os muçulmanos. Discordar de qualquer uma dessas crenças implica colocar-se em conflito com cada uma dessas religiões; não há discussão possível, a não ser para convencer o descrente, nunca para admitir uma mudança de opinião dos crentes. Algo semelhante ocorreu nas teorias políticas do século XX: nos países fascistas, a superioridade do Líder Supremo (como Mussolini na Itália e Hitler na Alemanha) era um dogma político, punindo brutalmente qualquer oposição; na URSS, a orientação do Partido Comunista e do Guia Genial dos Povos (Stalin) era outro dogma, aplicado a ferro e fogo; nos PCs dos países capitalistas, a disciplina comunista passou a ser entendida como obediência cega aos dirigentes partidários, também aplicada como um dogma – os críticos internos eram obrigados à autocrítica (confissão de seus erros), ou sumariamente expulsos sob graves acusações: agente da burguesia, do imperialismo ou da polícia. A era neoliberal (anos 1980 e 1990) trouxe outros dogmas políticos e econômicos nos países capitalistas: a autorregulação dos mercados (versão atualizada da “mão invisível”), os malefí-

cios da intervenção do governo na economia, a necessidade imperiosa das privatizações, da abertura indiscriminada dos mercados e o papel negativo dos direitos trabalhistas e previdenciários, culpados pelos *déficits* públicos. Esses princípios eram repetidos exaustivamente pelos jornais e telejornais; pelos políticos, economistas, consultores e palestrantes em todo evento público ou privado. Quem se opusesse a esses dogmas não era preso, torturado ou morto, mas tratado com desprezo, sarcasmo e com expressões desqualificadoras: jurássico, estagnado, ultrapassado e – curiosamente – dogmático... No final dos anos 1990 e início do século XXI, os críticos do neoliberalismo passaram a se referir a ele como Pensamento Único, que não admitia contestação. Ou seja, um novo dogma.

Emblemático: simbólico, significativo, exemplar.

Espada de Dâmocles: expressão que indica uma situação de perigo e incerteza total sobre o desfecho de algo ameaçador, gerado pela ambição de poder ou inveja. Segundo a Wikipédia, *“Dâmocles, cortesão e bajulador do rei Dionísio I de Siracusa, expressava constantemente sua inveja pela sorte do tirano. Para dar-lhe uma lição, Dionísio combinou que lhe passaria o poder por um dia. À noite, durante o banquete oferecido pelo tirano, Dâmocles percebeu que sobre sua cabeça pendia a espada do rei, suspensa por um fio de cabelo. Com isso, Dionísio lhe fez perceber que o poder está sempre à mercê das mais perigosas ameaças.”*

Espectro: fantasma.

Expurgo: eliminação de impurezas, limpeza, supressão do que é nocivo. Por analogia, aplicado à política, significa eliminação de ideias e pessoas julgadas nocivas, perigosas ou inconvenientes.

Falácia: argumento enganoso, falso, capcioso (= manhoso, ardiloso; insinuante, envolvente; argucioso para iludir – Novo Aurélio); argumentação que constitui um ardil, uma armadilha.

Famigerado(a): segundo o Novo Aurélio, famoso, afamado, célebre. O dicionário citado assinala que o uso comum se aplica em geral a malfeitores, embora possa ser aplicado de forma ampla. No texto, utiliza-se com o sentido indicado pelo Aurélio como mais comum, com sentido pejorativo ou reprovável, ao aplicá-lo à Teoria do Socialismo Em Um Só País; portanto, um malfeito, mais que um malfeitor. Isto é, uma teoria em conflito com o marxismo e com efeitos políticos danosos ao socialismo (à luta por ele nos países capitalistas e à sua construção na URSS e países do Leste Europeu), embora defendida pretensamente em nome do marxismo e do leninismo.

Imanente: característica que está contida em um objeto, inseparável dele.

Mazela: segundo o Novo Aurélio, ferida, chaga, doença ou falha moral. O texto utiliza a expressão no sentido de falhas no funcionamento regular do capitalismo, causadoras de sofrimento social.

Monolito: bloco rochoso integral, que dificilmente se rompe.

Oligarquia, oligarca: segundo o Novo Aurélio, governo de poucas pessoas, pertencentes ao mesmo partido, classe ou família; preponderância de uma facção ou um grupo na direção dos negócios públicos. No caso da mídia brasileira, citada como oligárquica no Capítulo final, faz-se referência ao punhado de famílias que controlam os meios de comunicação impressa e eletrônica do país.

Ortodoxo, ortodoxia: segundo o Novo Aurélio, conforme (de acordo) com a doutrina tida como verdadeira; conforme com os princípios tradicionais de qualquer doutrina; ortodoxia: o fiel, exato e inconcusso (= fixo, estável, inabalável) cumprimento de uma doutrina religiosa; conformidade com essa doutrina. A aplicação destes termos de origem religiosa à política refere-se à interpretação tida como original, exata, conforme com os fundadores da teoria, contra os críticos “de dentro”, isto é, que pretendem falar em nome dessa mesma teoria, porém deformando-a. O stalinismo atribuiu esse papel a si mesmo: as ações de Stalin e do PCUS, bem como as dos PCs ocidentais favoráveis à União Soviética, representavam a ortodoxia “marxista-leninista” e, segundo esse enfoque, seus críticos marxistas eram impostores ou falsários.

Paradoxo: contrassenso, absurdo, disparate, contradição.

Pauperização: empobrecimento, ato ou processo de tornar-se mais pobre.

Permeiar, permeando: atravessar, penetrar, passar através de.

Reabilitar, reabilitação: segundo o Novo Aurélio, restituir à estima pública ou particular; regenerar; restituir à normalidade do convívio social ou profissional. No caso, tratando-se de vítimas falecidas do stalinismo, o termo indica a revogação das acusações e a devolução do caráter legítimo das opiniões e atos praticados pelos condenados. O episódio citado no texto, da reabilitação de Bukharin por Gorbatchev no final dos anos 1980, é expressivo: Bukharin liderava a Oposição de Direita no PCUS contra Stalin, depois de tê-lo ajudado a derrotar a Oposição de Esquerda liderada por Trotsky (Bukharin foi, de fato, coautor intelectual da Teoria do Socialismo em Um Só País). Seu grupo político dentro do PCUS defendia o enriquecimento dos camponeses para promoção do crescimento agrícola, enquanto Stalin os arrasou, provocando a morte de 10 milhões (estimados) de membros dessa classe social. Gorbatchev, já na fase final de existência da URSS, buscou restaurar a propriedade privada da terra, abolida pela Revolução de Outubro.

Subjugar, subjugado(a): dominar, submeter; dominado, submetido.

Teocracia, teocrático(a): governo emanado de um Deus ou dos deuses. É um regime em que a religião dominante adquire o caráter de lei, ou até mais que isso. O Iluminismo e o liberalismo político promoveram o *estado laico*, isto é, desvinculado da religião. Daí em diante, religião passou a ser

um assunto privado e não público, o que também favoreceu a liberdade religiosa. Um exemplo do que ocorria em regimes teocráticos ocorreu na própria família de Marx: seu pai, judeu, teve que se converter ao protestantismo luterano para tornar-se funcionário público.

Totalitário, totalitarismo: segundo o Novo Aurélio, governo, país ou regime em que um grupo centraliza todos os poderes políticos e administrativos, não permitindo a existência de outros grupos ou partidos políticos; sistema de governo totalitário.

BIBLIOGRAFIA

Muitas das obras citadas abaixo tiveram várias edições em português, em Portugal e no Brasil. Algumas foram editadas em separado e em coletâneas de textos de Marx e Engels.

É possível encontrar diversas obras no Arquivo Marxista na Internet (AMI): www.marxists.org/portugues/index.htm. Também é possível encontrar muitas delas em bibliotecas acadêmicas e algumas no portal Domínio Público, que disponibiliza *downloads*: www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp.

Na medida do possível, são fornecidos *links* para edições em *e-books*. As edições portuguesas e as brasileiras mais antigas podem ser descobertas em sebos – para o que sugere-se o site: www.estantevirtual.com.br.

Biografias de Marx e Engels

FOUGEYROLLAS, P. *Marx*. São Paulo: Ática, 1989.

HUNT, Tristram. *Comunista de casaca – A vida revolucionária de Friedrich Engels*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

KONDER, Leandro. *Marx – Vida e obra*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

MEHRING, F. *Karl Marx – A história de sua vida*. São Paulo: Sunderman, 2013.

VLADIMIR, Ilitch Ulianov (Lênin). FRIEDRICH, Engels. In: *O que é o marxismo?* Lisboa: Estampa, 1974.

Sobre filosofia marxista

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2008.

ENGELS, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Lisboa: Estampa, 1974.

_____. LUDWIG, Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã. In: *Karl Marx e Friedrich Engels – Textos Vol. I*. São Paulo: Edições Sociais, 1975.

LÊNIN. *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*. In: *O que é o marxismo?* 5ª edição. Lisboa: Estampa, 1974.

MARX, K. e ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. Contém as Teses sobre Feuerbach (final). E-book: www.usp.br/cje/gcom/wp-content/uploads/2014/10/aideologiaalema_karlmarx_e_engels.pdf. Acesso em: 7 jan. 2015.

MARX, K. *Miséria da Filosofia*. E-book: www.marxists.org/portugues/marx/1847/miseria/index.htm. Acesso em: 7 jan. 2015.

Sobre materialismo histórico

LÊNIN. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2007; E-book: www.marxists.org/portugues/lenin/1917/08/estadoerevolucao. Acesso em: 7 jan. 2015.

MARX, K. *Prefácio à Contribuição para a Crítica da Economia Política*. In: *Contribuição para a Crítica da Economia Política*. Lisboa: Estampa, 1973. Disponível em: www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio.htm. Acesso em: 7 jan. 2015.

MARX, K. e ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. Há inúmeras edições impressas. Também em E-book: www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf. Acesso em: 7 jan. 2015.

MARX, K. O XVIII Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011. E-book: http://neppec.fe.ufg.br/uploads/4/original_brumario.pdf. Acesso em: 7 jan. 2015.

MARX, K. *A guerra civil na França*. E-book: www.ebooksbrasil.org/adobeebook/guerracivil.pdf. Acesso em: 7 jan. 2015.

PLEKHANOV, G. *A concepção materialista da história*. São Paulo: Escriba, S/D.

Sobre a crítica da economia política por Marx

Colectivo da Universidade de Berlim. Guia para a leitura do Capital. Lisboa: Antidoto, 1978.

ENGELS, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Lisboa: Estampa, 1974. AMI e-book: www.marxists.org/portugues/marx/1880/socialismo/index.htm. Acesso em: 7 jan. 2015.

HILFERDING, R. (1910) *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, col. Os Economistas, 1985.

HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MANDEL, E. SALAMA, P. *Introdução à teoria econômica marxista*. E-book: www.ilaese.org.br/wp-content/uploads/2012/11/Introdu%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-Teoria-Econ%C3%B4mica-Marxista-Salvo.pdf. Acesso em: 7 jan. 2015.

MARX, K. *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa: Estampa, 1973.

MARX, K. *O Capital*. Livros I a III. São Paulo: DIFEL, 1985,

1987. Vols. I a VI. São Paulo: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, K. *Salário, preço e lucro*. Disponível em www.marxists.org/portugues/marx/1865/salario. Acesso em: 7 jan. 2015.

MARX, K. *Teorias da mais-valia – História Crítica do Pensamento Econômico*. 2ª ed., Vol. I. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

MARX, K. *Teorias da mais-valia – História Crítica do Pensamento Econômico*, Vol. II. São Paulo: Difel, 1983.

MARX, K. *Teorias da mais-valia – História Crítica do Pensamento Econômico*, Vol. III. São Paulo: Difel, 1985.

MARX, K. *Trabalho assalariado e capital*. Disponível em: www.marxists.org/portugues/marx/1849/04/05.htm. Acesso em: 7 jan. 2015.

PIKETTY, Thomas. *O capital no século XX*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

SANDRONI, P. *O que é mais-valia*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1982.

TROTSKY, Leon. O marxismo em nosso tempo – O pensamento vivo de Karl Marx. E-book no AMI: www.marxists.org/portugues/Trotsky/1939/marxismo/cap01.htm. Acesso em: 7 jan. 2015.

ZIEGLER, Jean. *A Suíça lava mais branco*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

Críticas a Marx e ao marxismo

BRUE, Stanley. *História do pensamento econômico*. São Paulo: Cengage Learning, 2004.

BÖHM-BAWERK, Eugen. *A teoria da exploração do socialismo-comunismo*. Disponível em: www.mises.org.br/Ebook.aspx?id=33. Acesso em: 7 jan. 2015.

FUSFELD, D. *A era do economista*. São Paulo: Saraiva, 2003.

MISES, Ludwig Von. *O cálculo econômico sob o socialismo*. Disponível em: www.mises.org.br/Article.aspx?id=1141#Parte42. Acesso em: 7 jan. 2015.

Sobre o imperialismo

BUKHARIN. *O Imperialismo e a economia mundial*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.

LÊNIN. *Imperialismo, etapa suprema do capitalismo*. Portal Domínio Público (para download): www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2327.

TROTSKY. Manifesto da IV Internacional sobre a guerra imperialista e a revolução proletária mundial (Manifesto de Alarme). Disponível em: www.marxists.org/portugues/Trotsky/1940/05/manifesto.htm. Acesso em: 7 jan. 2015.

Sobre a experiência soviética

BROUÉ, Pierre. *O partido bolchevique* – versão parcial em português e completa em espanhol no Arquivo Marxista na Internet (AMI).

CANNON, James P. Socialism and democracy. 1957. Disponível em: www.marxists.org/archive/cannon/works/1957/socialism.htm. Acesso em: 7 jan. 2015.

HOBSBAWN, Eric. *Era dos extremos* – O breve século XX. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

LETIZIA, Vito: A Era dos Extremos de Hobsbawm (resenha crítica). *Revista O Olho da História* nº 2. Salvador: UFBA, 1996. Disponível em: www.oohodahistoria.ufba.br/o2vitor.html. Acesso em: 7 jan. 2015.

LÊNIN, V.I. Últimos Escritos (Testamento Político) & Diário das Secretárias. Belo Horizonte: Aldeia Global Editora, 1979. Disponível em: www.marxists.org/portugues/lenin/1923/01/04.htm. Acesso em: 7 jan. 2015.

REED, John: *Dez dias que abalaram o mundo*. São Paulo: Penguin Companhia, 2010.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Lênin: O partido, o estado e a burocracia*. São Paulo: Revista Lua Nova, nº 15, outubro, 1988.

SERGE, Victor. *O ano I da Revolução Russa*. São Paulo: Boitempo, 2007.

TROTSKY, L. *História da Revolução Russa* (2 volumes). São Paulo: Sunderman, 2007.

TROTSKY, L. *A Revolução Traída*. São Paulo: Centauro, 2007.

TROTSKY, L. *Os processos de Moscou*. São Paulo: Traço Editora, 1983.

ZIZEK, Slavoj. Como começar do começo. In: *New Left Review*. N. 57, p. 43-55, mai.-jun. 2009. (Portuguese). Acesso em: 7 jan. 2015.

Sobre as Internacionais Operárias

I Internacional

MARX: *Mensagem Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores*. Disponível em: marxists.anu.edu.au/portugues/marx/1864/10/27.htm#n5. Acesso em: 7 jan. 2015.

MARX: *Estatutos da Associação Internacional dos Trabalhadores*. Disponível em: marxists.anu.edu.au/portugues/marx/1871/10/24.htm. Acesso em: 7 jan. 2015.

II Internacional

LÊNIN. *A falência da II Internacional*. São Paulo: Kairós, 1979.

III Internacional

BROUÉ, P. *História da III Internacional*. São Paulo: Sunderman, 2007.

BUKHARIN e PREOBRAZHENSKY. *ABC do comunismo*. São Paulo: Global, 1980. Edipro, 2002.

LÊNIN. *A III Internacional e seu lugar na História* (1919). In: Lênine, V. I. *Obras Escolhidas*, Tomo 4. Lisboa: Avante, 1986.

LÊNIN, TROTSKY, BUKHARIN et. al. *Os quatro primeiros congressos da Terceira Internacional*. São Paulo: Palavra, 1982.

TROTSKY. *Stálin, o grande organizador de derrotas*. A III Internacional depois de Lênin. São Paulo: Sunderman, 2010.

IV Internacional

TROTSKY. *A revolução permanente*. Lisboa: Antídoto, 1977. Disponível em: www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2409 .

TROTSKY: *A agonia do capitalismo e as tarefas da IVª Internacional* (Programa de Transição). Disponível em: www.dominio-publico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2442.

Sites consultados

1. Marcello Musto – SinPermiso. A crise do capitalismo e a importância atual de Marx. www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-crise-do-capitalismo-e-a-importancia-atual-de-Marx/4/14529. Acesso em: 4 jan. 2015.
2. Tristram Hunt – The Guardian. Eric Hobsbawm: a conversation about Marx, student riots, the new Left, and the Milibands www.theguardian.com/books/2011/jan/16/eric-hobsbawm-tristram-hunt-marx. Acesso em: 4 jan. 2015.

3. *World Socialism – A capitalist criticises capitalism*. Disponível em: www.worldsocialism.org/spgb/education/depth-articles/economics/capitalist-criticises-capitalism. Acesso em: 15 fev. 2015.
4. George Magnus. Deem uma chance a Karl Marx! Disponível em: <http://outraspalavras.net/posts/deem-uma-chance-a-karl-marx>. Acesso em: 5 jan. 2015.
5. BBC Brasil. Governo argentino quer mais Marx e menos neo-liberalismo em faculdades de economia. Disponível em: www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/10/111014_argentina_marx_mc_is.shtml. Acesso em: 5 jan. 2015.
6. Morning Star. Christine Lagarde Invokes Marx At ‘Inclusive Capitalism’ Conference. www.morningstaronline.co.uk/a-fac3-Christine-Lagarde-invokes-Marx-at-inclusive-capitalism-conference#.VNvHCfnF_g9. Acesso em: 22 fev. 2015.
7. The Guardian. The Davos Oligarchs are right to fear the world they’ve made. www.theguardian.com/commentisfree/2015/jan/22/davos-oligarchs-fear-inequality-global-elite-resist. Acesso em: 22 fev. 2015.
8. O Estado de São Paulo. O capitalismo analisa as próprias falhas. <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,o-capitalismo-analisa-as-proprias-falhas-imp-,1597087>.
9. UOL. Marx, teórico do comunismo, vira cartão de crédito na Alemanha. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2012/06/20/marx-teorico-do-comunismo-vira-cartao-de-credito-na-alemanha.jhtm>. Acesso em: 8 jan. 2015.
10. Folha de S.Paulo. César Benjamin – Folha de São Paulo. Karl Marx manda lembranças. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2009200824.htm. Acesso em: 5 jan. 2015.
11. Emmanuel Joseph Sieyès. Considerações preliminares sobre o que é o Terceiro Estado. http://aprender.ead.unb.br/pluginfile.php/904/course/section/2282/O_QUE_E_O_TERCEIRO_ESTADO/_Sieyes.pdf. Acesso em: 4 jan. 2015.

12. Rede Brasil Atual. Corralito. www.redebrasilatual.com.br/mundo/2011/12/corralito-a-crise-institucional-argentina-completa-dez-anos. Acesso em: 5 jan. 2015.
13. O Estado de S. Paulo. Corralito. Disponível em: <http://internacional.estadao.com.br/blogs/ariel-palacios/corralito-ha-dez-anos-a-argentina-entrava-no-chaos-social-politico-e-financeiro-uma-decada-de-el-colapso-parte-3/>. Acesso em: 5 jan. 2015.
14. Vinicius de Moraes. Operário em construção. Disponível em: <http://educador.brasilecola.com/estrategias-ensino/operario-construcao-consciencia-social.htm>. Acesso em: 5 jan. 2015.
15. Arnaldo Lemos. Os clássicos da sociologia: Marx. Disponível em: http://sociologial.dominiotemporario.com/vale_a_penal_4.html. Acesso em: 6 jan. 2015.
16. Eduardo Galeano. Os direitos dos trabalhadores: um assunto para arqueólogos? www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Um-tema-para-arqueologos/6/15286. Acesso em: 6 jan. 2015.
17. UOL: *Leia a transcrição da entrevista de Benjamin Steinbruch ao UOL e à Folha*. <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/09/29/leia-a-transcricao-da-entrevista-de-benjamin-steinbruch-ao-uol-e-a-folha.htm>. Acesso em: 31 abr. 2016.
18. Marx, K. *O Capital*. Livro Primeiro. O processo de produção do capital. Terceira Secção: A produção da mais-valia absoluta. Oitavo capítulo: O dia de trabalho. 2. A avidez de sobretrabalho. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/capital/livro1/cap08/02.htm>. Acesso em 31 abr. 2016.
19. Marcelo Medeiros. Piketty e nós. Disponível em: <http://revis-tapiaui.estadao.com.br/edicao-92/tribuna-livre-da-luta-de-classes-ii/piketty-e-nos>. Acesso em: 29 jan. 2015.
20. Blog de Fernando Nogueira da Costa: *Críticas ao Livro de Thomas Piketty, “O Capital no Século XXI”*. Disponível em: <https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2014/05/24/criticas-ao-livro-de-thomas-piketty-o-capital-no-seculo-xxi/>. Acesso em: 31 abr. 2016.

21. CAGED. www.ipeadata.gov.br.
22. Osvaldo Coggiola. O tráfico internacional de drogas e a influência do capitalismo. São Paulo: Revista Adusp, agosto de 1996. Disponível em www.adusp.org.br/files/revistas/07/r07a07.pdf. Acesso em: 6 jan. 2015.
23. Ney Jansen. Drogas, Imperialismo e Luta de Classe. In: Revista Urutágua (UEM/DCS), nº 12 – 1997. Disponível em: www.urutagua.uem.br/012/12jansen.htm. Acesso em: 6 jan. 2015.
24. Vladimir Safatle (USP). “É uma piada” o silêncio da Globo sobre o caso HSBC. www.brasil247.com/pt/247/midiatech/170694/%C3%89-uma-piada-o-sil%C3%AAncio-da-Globo-sobre-o-caso-HSBC.htm. Acesso em: 21 fev. 2015.
25. FMI, World Economic Outlook Database. Acesso em: 12 dez. 2014.
26. BIS. OTC derivatives market activity in the first half of 2008. Disponível em: www.bis.org/publ/otc_hy0811.pdf. Acesso em: 6 jan. 2015.
27. BBC Brasil. Greenspan admite erro de ideologia à frente do Fed. Disponível em: www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/10/081023_greenspan_error.shtml. Acesso em: 6 jan. 2015.
28. Revista Poli, ano VI, nº 32, jan.-fev. 2014. David Harvey. ‘Vivemos hoje no que eu chamaria de democracias totalitárias’. www.epsjv.fiocruz.br/upload/EdicoesRevistaPoli/R39.pdf. Acesso em: 5 jan. 2015.
29. Atilio A. Boron. Saiba o que é o capitalismo. Disponível em: www.cecac.org.br/MATERIAS/A_Boron-saiba_capitalismo-18.05.2010-.htm. Acesso em: 6 jan. 2015.
30. BBC Brasil. Os 85 mais ricos do mundo têm o mesmo patrimônio de metade da população. Disponível em: www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/01/140120_riqueza_relatorio_oxfam_fn. Acesso em: 6 jan. 2015.

31. The Guardian. *Enquanto a desigualdade sobe, os nervosos super-ricos já estão planejando suas fugas*. Disponível em: www.theguardian.com/public-leaders-network/2015/jan/23/nervous-super-rich-planning-escapes-davos-2015. Acesso em: 31 abr. 2016. Tradução livre do autor.
32. The Guardian. Davos 2015: sobrepondo o pessimismo sobre a crescente desigualdade. Disponível em: www.theguardian.com/public-leaders-network/2015/jan/25/davos-2015-overriding-pessimism-over-growing-inequality. Acesso em: 31 abr. 2016. Tradução livre do autor.
33. Folha de S. Paulo, Mundo, 17/09/2008. ONU aponta maior produção agrícola como solução para fome de 900 mi. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u446007.shtml. Acesso em: 6 jan. 2015.
34. BBC Brasil. Crise mundial custou US\$ 10 trilhões aos governos, diz FMI. Disponível em: www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/07/090731_crisecustoml.shtml. Acesso em: 6 jan. 2015.
35. BBC Brasil. Polícia prende 700 pessoas em protesto contra bancos em Nova York. www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/10/111002_ny_prisoies_pu.shtml. Acesso em: 6 jan. 2015.
36. Opera Mundi. Hoje na História – 1914: Líder socialista francês Jean Jaurès é assassinado em Paris. <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/5383/hoje+na+historia++1914++lider+socialista+frances+jean+jaures+e+assassinado+em+paris.shtml>. Acesso em: 6 jan. 2015.
37. Blog Convergência. Valério Arcari: Vorkuta: o destino final dos trotskistas soviéticos. Disponível em: <http://blogconvergencia.org/blogconvergencia/?p=1956>. Acesso em: 6 jan. 2015.
38. Opera Mundi. Os cartazes de Stalin devem decorar as ruas de Moscou? <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opinioao>

/16811/os+cartazes+de+stalin+devem+decorar+as+ruas+demoscou.shtml. Acesso em: 6 jan. 2015.

39. James P. Cannon. À memória do “Velho”. www.archivoleon-trotsky.org/download.php?mfn=17946. Acesso em: 8 jan. 2015.

40. IG. Documentos revelam investigações sobre a vida de Charlie Chaplin. <http://ultimosegundo.ig.com.br/cultura/documentos-revelam-investigacoes-sobre-a-vida-de-charlie-chaplin/n1597634998567.html>. Acesso em: 6 jan. 2015.

41. Albert Einstein. Por que Socialismo? Disponível em: www.marxists.org/portugues/einstein/1949/05/socialismo.htm#topp. Acesso em: 6 jan. 2015.

42. Albert Einstein. Why Socialism? Disponível em: <http://monthlyreview.org/2009/05/01/why-socialism>. Acesso em: 6 jan. 2015.

43. O fantasma de Brown. Disponível em: www.istoe.com.br/reportagens/394405_O+FANTASMA+DE+BROWN. Acesso em: 6 jan. 2015.

44. Inova Unicamp. Momento Sputnik. Disponível em: www.inova.unicamp.br/inovacao/destaques/precisamos-ser-mais-inovadores-melhor-educados-e-ter-melhorinfraestrutura-que-o-resto-do-mundo-diz-obama-ao-congresso-dos-eua. Acesso em: 6 jan. 2015.

45. www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrarcfm?materia_id=18669&boletim_id=1025&componente_id=16448. Acesso em: 7 jan. 2015.

46. IG. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/especial/cuba/cuba-legaliza-compra-e-venda-de-propriedades-privadas/n1597351533163.html>. Acesso em: 7 jan. 2015.

47. *Referendum on the preservation of the USSR*. Disponível em: <http://sputniknews.com/infographics/20110313/162959645.html>. Acesso em 6 mai. 2016.

48. Wikipedia: *Referendo da União Soviética*. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Referendo_da_Uni%C3%A3o_Sovi%C3%A9tica. Acesso em: 6 mai. 2016.

49 . Alan Woods. Disponível em: www.marxist.com/a-ditadura-dos-banqueiros.htm. Acesso em: 7 jan. 2015.

50. Carta maior. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/%27Colapso-do-neoliberalismo-sob-o-tacao-dos-ultra-neoliberais-e-a-treva-%27/7/17138>. Acesso em: 7 jan. 2015.

Vídeos

Eles se atreveram – A Revolução Russa de 1917

www.centrodosocialismo.com.br/2013/05/eles-se-atreveram-revolucao-russa-de.htm. Acesso em: 7 jan. 2015.

Stalin angry

www.youtube.com/watch?v=ggiMnDEbjbc. Acesso em: 7 jan. 2015.

The Last Laugh

www.youtube.com/watch?v=CmGTnveyG7E. Acesso em: 7 jan. 2015.

POST SCRIPTUM

Neste ano de 1917, assistimos ataques brutais às conquistas sociais, trabalhistas e previdenciárias arrancadas pela luta de classes desde o final da II Guerra Mundial. Isso ocorre não apenas no Brasil governado pela quadrilha golpista de Temer-Aécio, mas também nos EUA, na França e por toda parte. Na América Latina, um retrocesso político vem sendo coordenado pelo imperialismo norte-americano e seus aliados locais, como o governo ilegítimo do Brasil, Macri na Argentina e a oposição venezuelana.

Direitos duramente conquistados estão sob fogo cerrado de todos os governos. No Brasil, as reformas trabalhista e previdenciária ameaçam nos lançar de volta aos anos pré-1930; o congelamento das despesas em educação e saúde fará piorar a cada ano esses serviços, já muito deficientes.

Diante desse ataque geral, é indispensável lembrar que foram as revoluções vitoriosas que primeiro implantaram aquelas conquistas, forçando o capitalismo a fazer concessões. A transformação da Rússia e de Cuba, antes nações ultra desiguais e com majorias populares sem acesso aos direitos básicos, em países de pleno emprego e acesso universal à moradia, saúde, educação e cultura, é um benefício maior do socialismo à humanidade. As conquistas que ainda permanecem nesses países são patrimônio comum

da sociedade humana. Quaisquer que sejam as críticas que façamos aos regimes políticos de partido único, esse aspecto fundamental merece realce permanente.

O livro *O retorno de Karl Marx* foi impresso na gráfica Gráfica Expressão&Arte. O miolo composto em Adobe Garamond Pro em corpo 11,5/14,8. A capa foi impressa em papel Supremo 250g, e o miolo em papel Offset 90g.

**Karl Marx e Friedrich Engels
deram-nos uma análise muito
boa do capitalismo.** GEORGE SOROS

**Estamos aturdidos,
em estado de choque.** ALAN GREENSPAN

Dêem uma chance a Karl Marx.
ANDREAS HOEFERT, economista-chefe do UBS suíço

**Marx mais atual hoje
do que há 30 anos.** D. HARVEY

**Direitos trabalhistas,
assunto para arqueólogos.** EDUARDO GALEANO

Marx ressurgiu na tela a partir da crise de 2008, que ampliou a necessidade de entendimento sobre a inadequação do capitalismo aos anseios por uma sociedade mais justa e igualitária.

Este livro busca apresentar a obra de Marx a jovens, estudantes e interessados em geral que jamais tiveram acesso a ela, ou a conheceram de maneira fragmentada.

O objetivo aqui é aproximar o leitor do próprio Marx, a partir de uma perspectiva favorável à sua teoria, mas nem por isso menos crítica.



9 788595 710092